



Ministério das Relações Exteriores
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos
Divisão de Inteligência Comercial

Como Exportar Espanha



COLEÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMO EXPORTAR

Espanha



Ministério das Relações Exteriores
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos

Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior

Série: Como Exportar

CEX: 244

Elaboração:

Ministério das Relações Exteriores - MRE

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Divisão de Inteligência Comercial - DIC

Embaixada do Brasil em Madri

Setor de Promoção Comercial - SECOM

Coordenação:

Divisão de Inteligência Comercial

Distribuição:

Divisão de Inteligência Comercial

Os termos e a apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE sobre a *status* jurídico de quaisquer países, territórios, cidades ou áreas geográficas e de suas fronteiras ou limites. Os termos “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” empregados em relação a países ou a áreas geográficas não implicam posição oficial por parte do MRE.

Direitos reservados.

O DPR, que é titular exclusivo dos direitos de autor, permite sua reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.

(*) Este guia foi registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional (ISBN 85-98712-67-1).

O texto do presente estudo foi concluído em janeiro de 2016.

B823c Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial.
Como Exportar: Espanha / Ministério das Relações Exteriores._Brasília: MRE, 2016.

141 p.; il._ (Coleção estudos e documentos de comércio exterior).

1. Brasil – Comércio exterior. 2. Espanha – Comércio Exterior. I. Título. II. Série.

CDU: 339.5 (81:460)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
MAPA	9
DADOS BÁSICOS	11
I. ASPECTOS GERAIS	13
1. Geografia	13
2. População, centros urbanos e nível de vida	14
3. Organização política e administrativa	23
4. Participação em organizações e acordos internacionais	26
II. ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS	27
1. Conjuntura econômica	27
2. Principais setores da atividade Econômica	29
3. Moeda e finanças.....	41
III. COMÉRCIO EXTERIOR GERAL DO PAÍS.....	47
1. Evolução recente: considerações gerais	47
2. Origem e destino.....	49
3. Composição segundo produtos.....	52
IV. RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-ESPANHA	57
1. Intercâmbio comercial bilateral	57
2. Investimentos bilaterais	63
3. Principais acordos econômicos com o Brasil	71
V. ACESSO AO MERCADO	77
1. Sistema tarifário.....	77
2. Regulamentação das atividades de comércio exterior	81
3. Documentação e formalidades	90
4. Regimes aduaneiros especiais	93
VI. INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES.....	99
1. Infraestrutura para importação/exportação	99
VII. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO	103
1. Canais de distribuição	103



2. Promoção de vendas	105
3. Práticas comerciais	108
4. Comércio Eletrônico.....	112
VIII. RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS	117
ANEXOS.....	122
- Endereços	122
- Fretes e comunicações com o Brasil.....	131
- Informações sobre SGP.....	132
- Informações práticas	132
BIBLIOGRAFIA.....	139



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a economia espanhola (13ª no mundo) experimentou uma transformação sem precedentes, acarretando uma mudança importante na sua estrutura econômica e produtiva. A Espanha deixou de ser um país eminentemente agrário, visto que o setor primário, principal suporte econômico até 1960, perdeu peso relativo na sua contribuição à produção e ao emprego nacional. Em 1960, a agricultura representava 22,6% do PIB espanhol e empregava aproximadamente 41,7% da população economicamente ativa. Atualmente, representa 2,3% do PIB e emprega 4,4% da força de trabalho. Apesar disso, a agricultura continua sendo importante do ponto de vista social, territorial e ambiental, ocupando mais da metade da superfície espanhola (38% do território correspondem à terra de cultivo e 14% a prados e pastos). A pesca, por seu lado, ocupa um papel igualmente destacado no setor primário espanhol, já que o país está entre os dez primeiros em valor comercializado de produtos pesqueiros no comércio internacional.

O setor industrial, que atualmente contribui com 15,5% do PIB e absorve 14% da população ocupada no país, conheceu seu apogeu entre 1960 e 1990. Nos últimos anos também viu reduzido seu peso na economia espanhola. Em 1985, representava 28% do PIB e empregava 24,6% da população economicamente ativa. Essa perda de importância na economia do país se deve ao incremento progressivo dos setores de serviços e de construção. Com vistas a reverter o processo de desindustrialização, o Governo espanhol tem buscado favorecer a criação de um novo tecido industrial ou a adaptação do existente a melhorias tecnológicas, especialmente nos territórios de menor renda e naqueles afetados pela perda de indústrias.

O setor da construção foi, a partir dos anos noventa e, sobretudo, na década passada, o motor de crescimento da economia espanhola. O peso da construção no PIB do país passou de 11,7% em 1996 para 17,9% em 2007 e, nesse período, também viu aumentar a sua participação de



9,3% para 13% do emprego total. Contudo, se contabilizadas as parcelas do setor industrial e do setor de serviços relacionadas com o setor imobiliário, o peso real da construção na estrutura produtiva da Espanha chegou a alcançar 39,4%. Com o advento da crise financeira, o setor mostrou sinais de esgotamento, em decorrência, especialmente, do excesso de oferta de imóveis construídos (e não vendidos) e da especulação imobiliária praticada no auge do “boom” imobiliário. Em 2007, o setor chegou a empregar 2,7 milhões de trabalhadores, número reduzido para 1,6 no primeiro trimestre de 2015; devido, fundamentalmente, a queda de atividade no setor. Em janeiro de 2014 havia 9,4% menos empresas dedicadas à construção que em 2013, registrando um total de 79.045. Neste sentido, a participação do setor de construção no PIB espanhol de 2014 foi de apenas 4,9%.

Por outro lado, nos últimos anos ocorreu uma expansão notável do setor de serviços que, atualmente, representa 68,4% do PIB espanhol e emprega a 75% da população ocupada, segundo levantamento de 2015 do Instituto Nacional de

Estatísticas (INE). Cabe destacar neste setor, os segmentos de comércio, turismo e transporte.

O grande crescimento do comércio internacional e dos investimentos no exterior nos últimos anos transformou a Espanha em um dos países mais internacionalizados do mundo.

No que se refere ao investimento, a Espanha se coloca como um dos principais receptores no mundo de capital estrangeiro. De acordo com a UNCTAD, em 2014, o país ocupava o 4º lugar no ranking de estoque de IED na União Europeia (UE), com US\$ 723 bilhões; sendo superada apenas pelo Reino Unido, Alemanha e França. Com relação ao fluxo de investimentos, nesse mesmo ano, a Espanha recebeu US\$ 23 bilhões e investiu US\$ 31 bilhões no exterior.

A Espanha tem um persistente foco de desequilíbrio na balança comercial¹. Pressionada pela necessidade de importar grande parte de seus insumos energéticos, a

¹ Cabe ressaltar que a balança comercial espanhola finalizou 2014 com o segundo menor déficit na última década (o primeiro foi o de 2013), registrando 32,8 bilhões de dólares, 48,7% mais em relação com o déficit registrado no ano anterior (22,7 bilhões de dólares). Segundo dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio espanhol, as exportações foram de 321,5 bilhões de dólares, um crescimento de 2,5% em comparação com 2013. Por seu turno, as importações alcançaram 354,3 bilhões de dólares.



economia do país tem apresentado, ao longo das últimas décadas, déficits comerciais expressivos, compensados parcialmente por superávits da conta turismo.

Quanto ao comércio de bens, a Espanha figurava em 2014 como o 18º exportador e 17º importador mundial; enquanto que, no tocante a serviços, é o 9º exportador e 16º importador mundial. Sua participação nos totais mundiais de bens exportados e importados é de 1,7% e 1,8%, respectivamente. A exportação e importação de serviços, por sua vez, representam, respectivamente, 3,1% e 2,1% do total mundial.

Os países intracomunitários são (especialmente França e Alemanha) os principais sócios comerciais da Espanha, representando a UE 59,9% do total da origem das importações em 2014. Fora da UE, encabeça o ranking o continente asiático, com uma participação de 17,9%. No segundo lugar, considerando todo o continente, está a América, com 11,2%; a terceira posição é ocupada pela África, que forneceu 10,6% no mesmo ano.

Os principais cinco grupos de produtos importados corresponderam aos combustíveis (20,9%), automóveis (11,2%), máquinas mecânicas (8,5%), máquinas elétricas (6,9), e produtos farmacêuticos (4,3%). O Brasil se posicionou como o 18º fornecedor no total da pauta das importações, com uma participação de 1,1%.

Essa baixa participação indica que o fluxo comercial não possui, ainda, a mesma intensidade verificada no fluxo de investimentos diretos entre ambos os países. Embora haja aumentado nos últimos anos, a importância do Brasil na pauta comercial espanhola segue estando aquém do esperado.

Em 2015 a Espanha, pelo segundo ano consecutivo, viu sua economia crescer, graças, principalmente, à retomada do consumo. Além disso, sua posição geográfica privilegiada e a qualidade das suas infraestruturas de transporte fazem do país uma possível porta de entrada para produtos brasileiros destinados à Europa e ao Norte da África. Representa, pois, uma grande oportunidade de negócios para exportadores brasileiros.



Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o mercado espanhol, esta publicação apresenta as informações básicas para as empresas que já exportam ou que estão na fase de inserção internacional.

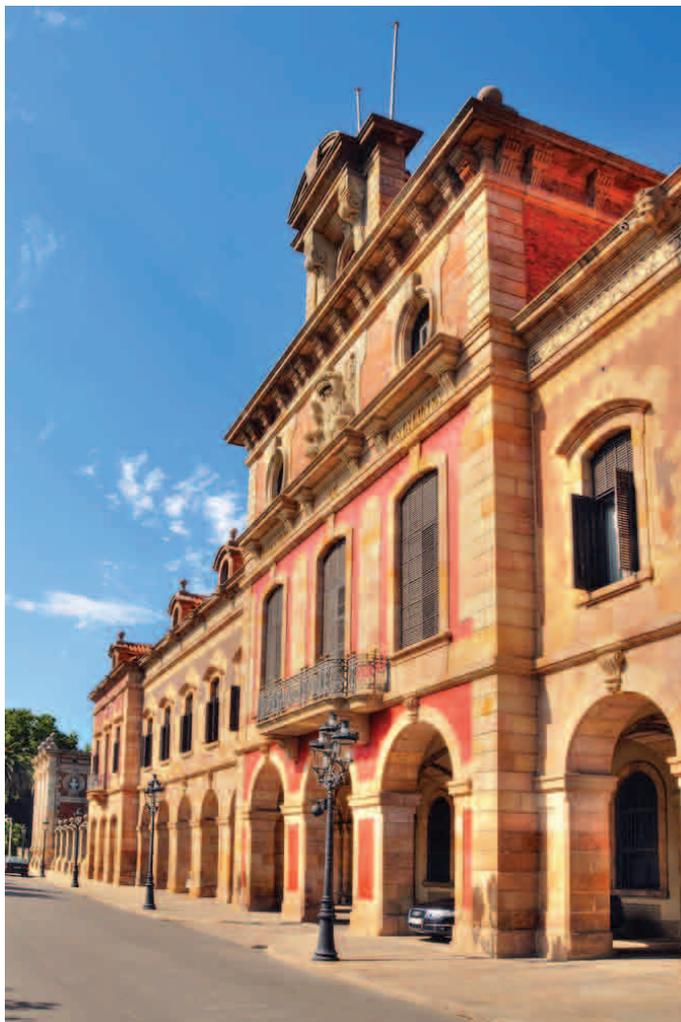


Foto: Nitro/Shutterstock.com

Parlamento da Catalunha em Barcelona.



MAPA





Foto: Anibal Trejo/Shutterstock.com

Fonte de Cibele e Palácio das Comunicações no centro de Madrid.



DADOS BÁSICOS

Superfície: 504.782 km²

População: 46.439,900 habitantes (01/01/2015)

Densidade Demográfica: 93,42 hab/km²

População economicamente ativa: 22.899.000 (2015)

Empregados: 18.048.700

Desempregados: 4.851.000

Principais Cidades:

Madri, Barcelona, Valência, Sevilha, Zaragoza, Málaga, Múrcia, Palma de Mallorca, Las Palmas de Gran Canária e Bilbao.

Moeda: Euro (€)

Cotação em 31/12/2015: € 1,00 = US\$ 1,09 / € 1,00 = R\$ 4,31

PIB a preços correntes em 2014: US\$ 1,404 trilhão (€ 1,041 trilhão)

PIB a preços correntes (estimativa para 2015): US\$ 1,041 trilhão (€ 1,073 trilhão)

Composição do PIB (2014):

	Agricultura	Construção	Indústria	Serviços
PIB principais setores	2,3%	4,9%	15,5%	68,4%

Crescimento real do PIB (2008-2015):

Crescimento real do PIB	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
	1,1%	-3,6%	0,01%	-1,0%	-2,6%	-1,7%	1,4%	3,1%

* Estimativa



PIB per capita em 2014: US\$ 30.278

PIB per capita (estimativa em 2015): US\$ 26.517

Comércio exterior em 2014 (US\$ bilhões):

Balança comercial	2012	2013	2014
Exportações	290,7	285,9	321,5
Importações	331,7	304,7	354,3
Saldo	-40,9	-18,8	-32,8

Intercâmbio comercial Brasil-Espanha 2014:

- Exportações brasileiras: US\$ 3,255 bilhões

- Importações brasileiras: US\$ 3,910 bilhões



Praça da Catedral de Valência (Basílica Metropolitana).



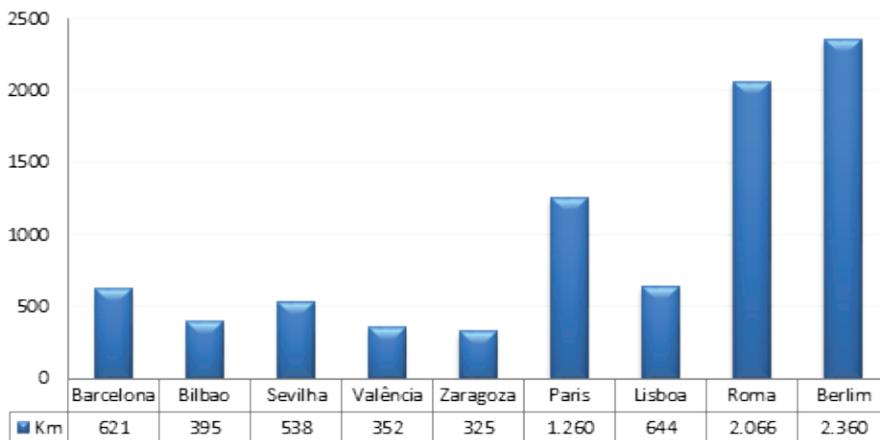
I - ASPECTOS GERAIS

1. GEOGRAFIA

Distâncias

A Espanha ocupa uma área de 504.782 km² no sudoeste da Europa, sendo o segundo maior país da UE. No nordeste faz fronteira com a França (64,3 milhões de habitantes e renda per capita de 44.331 dólares) e, a oeste, com Portugal (10,6 milhões de habitantes e renda per capita de 22.122² dólares). É banhada ao norte pelo mar Cantábrico, a sudoeste pelo oceano Atlântico e a leste e sudeste pelo mar Mediterrâneo. O território espanhol ocupa a maior parte da península Ibérica (493.484 km²), além das ilhas Baleares (4.992 km²) e das ilhas Canárias (7.447 km²). Pertencem, ainda, ao território espanhol, algumas pequenas ilhas próximas ao Marrocos e duas cidades situadas no norte da África: Ceuta e Melilla.

Distância de Madri para algumas cidades espanholas e europeias



Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados da "Dirección General de Tráfico (DGT)

2 Ambas as rendas per capita são a preços correntes em 2014. Fonte: FMI, novembro, 2015.



Levando em consideração sua histórica relação com a América Latina, a Espanha tenta posicionar-se como porta de entrada desse continente para a Europa e o Norte da África, um universo de 750 milhões de consumidores.

Clima

Grande parte do território espanhol é composto pela “Meseta Central”, com altitude média de 700 metros acima do nível do mar. As principais cadeias montanhosas são a cordilheira Cantábrica (norte), os Pirineus (nordeste), o sistema Ibérico (leste) e a serra Nevada (sudeste).

Ainda que possa ser classificado em termos gerais como mediterrâneo, o clima espanhol possui grande variedade. As regiões costeiras do Norte apresentam características de clima temperado úmido, enquanto a costa do Mediterrâneo, incluindo as Baleares, é fresca no inverno e quente e seca no verão. No interior o clima é seco, com invernos frios e verões quentes. Em Madri, historicamente o mês mais quente é julho, quando a temperatura mínima média é de 16°C e a máxima média de 35°C; o mês mais frio é

janeiro, época em que a temperatura média varia entre 0°C e 8°C. Nas Ilhas Canárias predomina o clima subtropical.

No que tange ao índice pluviométrico, 2014 foi mais úmido que o esperado. A precipitação média no país ficou em torno a 680mm (5% acima do valor normal).

2. POPULAÇÃO, CENTROS URBANOS E NÍVEL DE VIDA

População

A Espanha ocupa a quinta posição no ranking dos países mais populosos da UE. Até recentemente vinha registrando um crescimento da população superior à média europeia. Considerando o período 2001-2013, observa-se que a população espanhola aumentou em mais de 6 milhões de pessoas, alcançando em janeiro de 2013 a cifra de 46,7 milhões de habitantes. Esse número reflete a chegada à Espanha na década passada de numeroso contingente de imigrantes (especialmente com origem no Marrocos, na Romênia e na América Latina), que respondem hoje por quase 10% da população espanhola,



segundo destaca o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Com a crise econômica que estourou em 2008, a população vem diminuindo devido à emigração tanto de imigrantes recentes retornando a seus países de origem como de nacionais em busca de melhores oportunidades de emprego no exterior. O saldo migratório foi negativo em 102.309 pessoas em 2014. Em 01 de janeiro de 2015, residiam oficialmente no país 4.447.852 estrangeiros.

A cultura da Espanha contemporânea é reflexo da rica história prévia à formação do Estado nacional espanhol. O território, cujo domínio já esteve em mãos de romanos, visigodos, mouros e cristãos, permanece com marcas dessa mistura de culturas e, inclusive, identifica-se, dependendo da região, o predomínio de elementos culturais de uma ou de outra época histórica. O mais recente movimento migratório também vem contribuindo para a criação de uma identidade espanhola multicultural.

Um elemento que traduz essa diversidade é a existência de alguns

idiomas co-oficiais no território espanhol. Além do castelhano (idioma oficial e falado em todo o país), também são utilizados o catalão e suas variantes (na Catalunha, Valência e Ilhas Baleares), o basco (País Basco) e o galego (Galícia).

A população do país é majoritariamente católica (72% segundo o INE).

No que se refere à expectativa de vida, a Espanha, com 82,4 anos, situa-se como o sétimo país mais longo do mundo. Segundo recentes dados publicados pelo Fórum Econômico Mundial, o país tem na dieta mediterrânea a sua grande aliada, chegando a superar países mais desenvolvidos como Luxemburgo (81,4), Noruega (81,5) e Suécia (81,7). Dois países asiáticos encabeçam a lista: Hong Kong (83,5) e Japão (83,1). Dados da OCDE publicados no relatório “Panorama da Saúde 2015”, lançado em 04/11, colocam a Espanha ainda melhor situada (2º lugar), com expectativa de vida de 83,2 anos. Neste estudo, apenas o Japão detém uma média maior (83,4 anos).



Principais centros urbanos

A cidade mais populosa é a capital do país, Madri, representando 6,8% do total da população, seguida de Barcelona (3,4%) e Valência (1,7%).

Centros Urbanos - População das principais cidades (Censo 2011)

Cidades	População	Cidades	População
Madri	3.198.645	Córdoba	328.326
Barcelona	1.611.013	Valladolid	311.682
Valência	792.054	La Coruña	245.053
Sevilha	698.042	Granada	241.003
Zaragoza	678.115	Vitória	240.753
Málaga	561.435	Santa Cruz de Tenerife	204.476
Múrcia	437.667	Pamplona	195.943
Palma de Maiorca	402.044	Donostia-San Sebastián	185.512
Palmas de Gran Canaria	381.271	Santander	178.095
Bilbao	351.356	Albacete	171.999
Alicante	329.325	Salamanca	151.658

Fonte: INE

A Andaluzia é a comunidade autônoma com maior número de habitantes, com uma participação de 17,9% na população total do país. Em segundo lugar, encontra-se a Catalunha (16,1%). Ainda que abranja a cidade mais populosa da Espanha, a Comunidade de Madri ocupa a terceira posição, representando 13,7% do total.

Principais indicadores socioeconômicos

A Espanha ocupa atualmente a 13ª

posição no ranking do PIB mundial. Para 2015, previsões do FMI indicam a perda de uma posição, passando a ser a 14ª economia mundial e a 5ª da Europa.

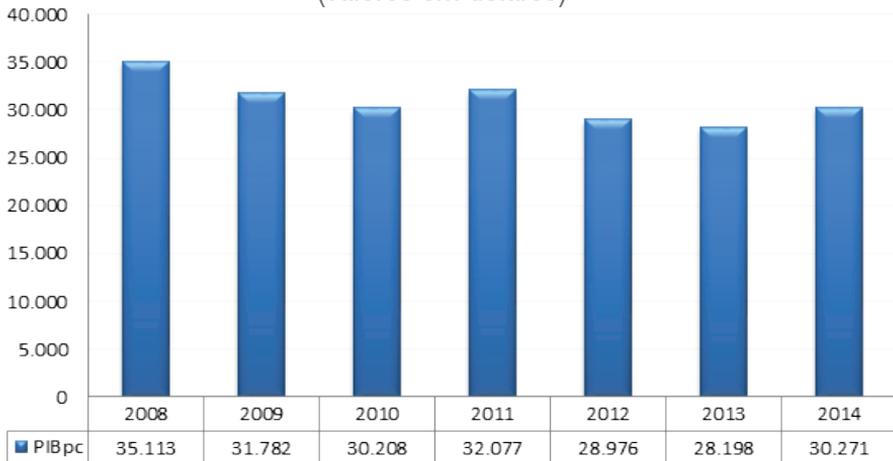
A economia espanhola não somente detém um PIB de país desenvolvido, como também apresenta altos padrões de renda per capita, ainda que venha registrando valores menores que no período anterior à crise. Entre as Comunidades Autônomas que registram os valores mais altos de



renda estão o País Basco, com 14.281 euros por pessoa, Navarra (13.221), Madri (12.597), Catalunha (12.205) e Aragão (12.037).

Evolução da renda per capita a preços correntes na Espanha, 2008-2014

(valores em dólares)



Fonte: FMI: "World Economic Outlook Database"

A distribuição da renda, entretanto, vem apresentando sinais que indicam um aumento na desigualdade social. A renda dos 20% mais ricos da população espanhola era, em 2007, 5,3 vezes superior à dos 20% mais pobres. Em 2011, passou a ser 6,8 vezes maior, o que contribuiu para colocar a Espanha no topo da lista da desigualdade na UE. A Espanha, junto à Irlanda, é o país europeu que mais viu aumentar a desigualdade nesse período. Em 2014, dados do

FMI, apontam a Espanha como um dos países europeus onde mais se intensificou as diferenças entre ricos e pobres³.

Análise histórica a partir de dados do Eurostat revela, ainda, que a Espanha, em 2004, registrava um Coeficiente Gini (CG) de 31, ao passo que, em 2014, alcançou 34,7. Nesse mesmo período, países que sofreram com maior impacto a crise

³ Fonte: FMI <. <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2014/012314.pdf#page=4&zoom=auto,0,362>



de 2008, como Portugal e Grécia, foram de 37,8 e 33, respectivamente, para 34,5 no mesmo período. O CG espanhol de 2014, ao lado do romeno, só é superado na UE-28 por Letônia (35,5) e Bulgária (35,4). Cabe ressaltar que esse contexto de aumento de desigualdade, segundo o jornal El Economista, foi também acompanhado por um aumento na demanda agregada do país. Entre 1985 e 2012, o PIB e o PIB per capita cresceram, respectivamente, 168% e 123%, enquanto que a desigualdade cresceu 10,8%.

Ainda segundo dados do Eurostat, a Espanha, no ano passado, tinha 29,2% do total da sua população em risco de pobreza ou exclusão social. Este percentual foi superado, entre seus vizinhos europeus, apenas por Grécia, com 36%, Romênia (40,2%), Bulgária (40,1%), Letônia (32,7%) e Hungria (31,1%). Segundo aponta o INE, as regiões mais expostas a esse risco são Múrcia (37,2%), Andaluzia (33,3%) e Extremadura (33,1%).

No que diz respeito ao consumo per capita em 2014, o gasto foi de € 10.759, aumento de 0,6% com relação a 2013. Em se tratando do gasto familiar, o valor médio, no mesmo ano, foi de € 27.038 (queda

de 0,2%), sendo as despesas com a moradia, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, responsáveis por 32% dos gastos familiares.

Considerando a evolução do salário mínimo, observa-se que, apesar da dificuldade econômica que atravessa o país, o seu valor tem crescido, estando atualmente em € 757 ao mês.

Outros indicadores

Nos últimos anos, foi registrado um aumento significativo de lares com equipamentos eletrônicos. Em 2012, na Espanha, 74% dos lares dispunham de computadores e 68% tinham acesso à internet, sendo 67% com conexão de banda larga (quase 10,4 milhões de domicílios).

Em 2015, os dados são ainda mais positivos. Com relação a aparelhos de televisão, 99,2% dos lares possuem pelo menos uma TV. Em 78% dos lares espanhóis existe telefone de rede fixa e, em 97%, existe pelo menos um telefone de rede móvel. Mais da metade da população (77%) acessa a internet através de aparelhos celulares. As comunidades autônomas com maior porcentagem de residências com acesso à internet são as de Madri (86%), Catalunha (83%) e Ilhas Baleares (83%).



Principais indicadores socioeconômicos (total de moradias)

	2014	2015
Televisão	99,2%	99,2%
Telefones fixos	78,2%	78,4%
Telefones celulares	96,4%	96,7%
Computadores	74,8%	75,9%
Internet (domicílio)	74,4%	78,7%
Internet (população)	76,73%	78,7%

Fonte: INE

Automóveis

A indústria automobilística, com uma fabricação recorde em 2014, tem sido uma das principais responsáveis pelo aumento das exportações espanholas, bem como na recuperação econômica e laboral no país.

A produção nacional alcançada em 2014 foi a maior dos últimos cinco anos, com um total de 2,4 milhões de unidades, incremento de 11,08% em comparação com a produção do ano anterior. Esse crescimento foi o maior registrado entre os principais fabricantes europeus e significou o nono posto no ranking mundial, logo após o Brasil, que figura como oitavo país fabricante.

Desse total produzido, 84,9% foi destinado ao mercado externo. A UE foi o principal destino das exportações do setor automobilístico espanhol, dos quais destacam a França (24,5%), Alemanha (19,4%), Reino Unido (10,5%), Itália (6,1%) e Portugal (3,8%). No âmbito extrarregional, os principais destinos foram Turquia (2,5%), Estados Unidos (2,1%), Argélia (1,3%) e Marrocos (1,3%). O Brasil, na 29ª posição, foi destino de 0,5% da produção. Os principais itens exportados pela indústria automobilística foram os automóveis de passageiros, que totalizaram 24 bilhões de euros, equivalentes a 10% do total exportado pela Espanha em 2014. Em seguida, vêm partes e acessórios de veículos (3,4%) e veículos para transporte de mercadorias (1,9%).

De acordo com dados recentes do Ministério de Economia e Competitividade (MINECO), esse setor teve participação equivalente a 16,2% do total de todos os bens exportados, contribuindo para um segundo recorde consecutivo das exportações totais do país em 2014, que totalizaram € 240 bilhões, um aumento de 1,8% em comparação



com o ano anterior. Com esse resultado, o déficit comercial do país foi o segundo mais baixo desde 1998 (€ 24,5 bilhões).

Além de ter influenciado a balança comercial, o setor automobilístico também participou, em 2014, com 10% no PIB espanhol e empregou 9% do total da população ativa. Essa indústria figurou no ano passado como umas das dez principais geradoras de emprego no país, com 26.800 novos postos de trabalho, um aumento de 26,1% em comparação com as vagas criadas em 2013.

Segundo aponta a Associação Espanhola de Fabricantes de Automóveis e Caminhões (ANFAC), o aumento na produção foi possível, fundamentalmente, por três variáveis: i) pelo aumento da demanda externa, que possibilitou um superávit comercial dez vezes superior àqueles registrados nos anos pré-crise econômica; ii) pela maior flexibilidade laboral que levou aumentos na produtividade e, por último, iii) graças aos planos PIME Aire e PIVE.

Atualmente, estão em vigência os

Planos PIME Aire 4 e o PIVE 7, ambos do Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente. Aquele, desde novembro de 2014, conta com um orçamento total de € 9,6 milhões, e se destina à renovação da frota de vans e veículos comerciais, bem como, bicicletas elétricas, motocicleta ou ciclomotores híbridos ou elétricos. O incentivo pode chegar a até € 10 mil por veículo. Os Planos PIMA Aire, desde a sua criação, já permitiram a utilização de € 43,5 milhões para a substituição de cerca de 35 mil veículos comerciais e turismos.

O PIVE 7, programa que conta com um orçamento total de € 175 milhões, está destinado à substituição de um total de 175 mil veículos de passageiros e comerciais. Para tanto, o plano subsidia um desconto mínimo de € 2 mil na compra de novos veículos que apresentem menor consumo de combustível e nível de emissões de CO₂.

Siderurgia

De acordo com a “Unión de Empresas Siderúrgicas” (UNESID), a demanda de aço terminou o ano de 2014 com um desempenho



positivo, graças a uma retomada do crescimento durante o último trimestre desse ano (3,1% no índice interanual). O consumo siderúrgico subiu 5,9%, ainda que com cifras bastante inferiores às registradas na década de noventa.

A balança comercial desse setor registrou um rendimento aquém do esperado. As importações alcançaram 8,3 milhões de toneladas, incremento de 9,6% em comparação com 2013. Subiram as importações procedentes da UE em 8,8%. Já as originárias de terceiros países aumentaram 12,3%, sendo a China a responsável por quase 50% desse montante.

Do lado das exportações, verificou-se uma estabilidade em relação com o ano anterior, com 9,9 milhões de toneladas vendidas ao exterior. As exportações com destino à UE caíram 2,2%, ao passo que aquelas destinadas a terceiros países registraram um incremento de 2,6%.

A balança comercial fechou o ano superavitária, com um saldo de € 1,7 bilhão, 17% menor que o de 2013.

Educação

De acordo com dados do Eurostat de 2011 (último dado disponível), a Espanha, ao lado da França e Malta, é um dos países europeus com 100% de alfabetização. Com relação à educação de nível superior, a Espanha também registra ótimos índices de participação representando, nesse mesmo ano, 9,7% do total (1,9 milhão de estudantes) do número de estudantes matriculados em Universidades da UE-27. Durante o ano letivo de 2010-2011, matricularam-se 1.455.885 alunos nas universidades espanholas, sendo 53,9% desse total mulheres. Em 2011, 40,6% da população espanhola entre 30 e 34 anos tinha estudos universitários finalizados, seis pontos percentuais acima da média da UE-27.

Vale destacar que o último ranking “QS TOP 50 under 50”, publicado pela consultoria Quacquarelli Symonds, inclui cinco universidades espanholas entre as 50 melhores instituições de ensino superior com menos de 50 anos no mundo. A Universidade Autônoma de Madrid (9^a), a Autônoma de Barcelona (10^a),



a Pompeu Fabra de Barcelona (27^a), a Politécnica de Catalunha (28^a) e a Carlos III de Madrid (33^a) foram muito bem pontuadas na pesquisa, que é liderada pela Universidade Tecnológica Nanyang, de Cingapura. A Universidade Politécnica de Valência encontra-se entre as sessenta melhores, enquanto que a Politécnica de Madrid se encontra entre as oitenta.

No que se refere à educação de pós-graduação, o ranking Global MBA 2015⁴, elaborado pelo Financial Times, inclui três escolas espanholas de negócio entre as melhores do mundo: IESE Business School (7^o), IE Business School (12^o), e ESADE Business School (19^o). Os institutos mencionados contam com forte vocação internacional, recebendo estudantes do mundo inteiro.

No contexto europeu, cabe ressaltar que a Espanha é o principal destino dos alunos do Programa ERASMUS, que promove o intercâmbio de mais de 180 mil estudantes por ano na União Europeia. Cerca de 40 mil deles têm como destino o país ibérico. Os estudantes permanecem por até um

ano no país, sendo distribuídos pela ampla rede de universidades. O relacionamento Brasil-Espanha na área educacional é pautado pela fluidez e pela constância e está baseado em sete vertentes principais, quais sejam: (i) o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF); (ii) o acordo para concessão de bolsas entre a CAPES e a Fundação Carolina; (iii) os convênios entre universidades brasileiras e espanholas, com ênfase naquelas pertencentes ao “Grupo Tordesilhas”; (iv) as bolsas concedidas pela CAPES e pelo Santander Universidades aos alunos do “Programa Universidade para Todos” (PROUNI); (v) o ensino do português e a difusão da cultura brasileira no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca; (vi) a divulgação da realidade brasileira pelas Cátedras Brasil das Universidades de Valladolid e de Salamanca e (vii) o ensino de português e atividades de divulgação da cultura brasileira na Casa do Brasil em Madri.

O CsF é o principal programa de mobilidade acadêmica no âmbito da cooperação educacional. Desde a primeira edição do

4 Fonte: <http://rankings.ft.com/businessschoolrankings/global-mba-ranking-2015>



CsF-Espanha, em 2012, até o momento, foram concedidas 5 mil bolsas em 55 universidades espanholas. A Espanha ocupa o 7º lugar como destino de estudantes e pesquisadores brasileiros. Por outro lado, há 112 pesquisadores espanhóis atuando em projetos conjuntos em universidades brasileiras ao amparo do CsF, o que coloca a Espanha em segundo lugar mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

Por último, cabe destacar que mediante a aprovação do decreto 148/2015, publicado no Diário Oficial da União em 7/7/2015, o Brasil aderiu à Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (“Convenção da Apostila de Haia”). Com isso, foram facilitados os trâmites burocráticos de homologação de títulos e de transferência de créditos.

IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Espanha é o de um país de mais alto padrão de desenvolvimento. Ela ocupa o 27º lugar no ranking do indicador, com

0,869. Esse dado se refere ao ano de 2013. O IDH do país aumentou 0,4% ao ano desde 2000, quando registrava um índice de 0,826.

Tudo indica que o aumento na expectativa de vida espanhola impactará positivamente os valores do IDH de 2014, que será publicado nos próximos meses. Outro fator que deverá contribuir para a possível melhora no IDH espanhol é o aumento no PIB per capita em euros (que cresceu 1.2% em relação a 2013, alcançando € 22.708).

3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

Organização política

Segundo a Constituição espanhola de 1978, o regime político do país é uma monarquia parlamentarista no qual o monarca é o Chefe de Estado, símbolo da unidade nacional e da permanência das instituições. O Rei arbitra e modera o funcionamento regular das instituições e assume a mais alta representação do Estado espanhol nas relações internacionais. A Chefia de Governo é exercida pelo Presidente de Governo.



Compete ao rei (Artigos 56 a 65 da Constituição): sancionar e promulgar as leis, convocar e dissolver as Cortes Gerais, convocar eleições nos termos previstos na Constituição, e exercer o controle supremo das Forças Armadas.

As Cortes Gerais, que constituem o Parlamento espanhol, são compostas por duas Câmaras: o Congresso dos Deputados e o Senado; os membros de ambas as Câmaras são eleitos a cada quatro anos por sufrágio universal (existe a possibilidade de convocação de eleições antecipadas, contudo, preenchidas determinadas condições).

Espanha política

Forma política do Estado	Monarquia parlamentarista
Chefe do Estado	Rei Felipe VI
Presidente do governo	Mariano Rajoy, desde 20 de dezembro de 2011
Cortes Gerais	Congresso dos Deputados (350 membros) e Senado (265 membros)
Partido governante	Partido Popular (PP)
Organização territorial	O Estado se organiza territorialmente em municípios, províncias e comunidades autônomas.
União Europeia	Membro desde 1986

Fonte: "La Moncloa"

Ministérios na Espanha

Ministérios	Sites
Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (Agricultura, Alimentação e Meioambiente)	http://www.magrama.gob.es/es/
Asuntos Exteriores y Cooperación (Assuntos Exteriores e Cooperação)	http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/Paginas/inicio.aspx
Defensa (Defesa)	http://www.defensa.gob.es/
Economía y Competitividad (Economia e Competitividade)	http://www.mineco.gob.es/porta/site/mineco/
Educación, Cultura y Deporte (Educação, Cultura e Esporte)	http://www.mecd.gob.es/portada-mecd/



Empleo y Seguridad Social (Emprego e Seguridade Social)	http://www.empleo.gob.es/index.htm
Fomento	http://www.fomento.gob.es/mfom/lang_castellano/
Hacienda y Administraciones Públicas (Fazenda e Administracións Públicas)	http://www.minhap.gob.es/es-ES/Paginas/Home.aspx
Industria, Energía y Turismo (Indústria, Energia e Turismo)	http://www.minetur.gob.es/es-ES/Paginas/index.aspx
Interior	http://www.interior.gob.es/
Justicia (Justiça)	http://www.mjusticia.gob.es/cs/Satellite/es/1200666550194/DetalleInicio.html
Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad (Saúde, Serviços Sociais e Igualdade)	http://www.msssi.gob.es/

Fonte: "La Moncloa" (http://www.lamoncloa.gob.es/Gobierno/MinistrosyMinistras_new/VicepresidentaPrimeraPresidenciayPortavoz.htm)

Organização administrativa

O Reino da Espanha é constituído por 17 Comunidades Autônomas e pelas Cidades Autônomas de Ceuta e Melilla. Num segundo escalão administrativo estão as 50 províncias que, por sua vez, se subdividem em mais de 8 mil municípios.

Para mais informações, recomenda-se consultar a Secretaría de Estado de Administraciones Públicas, órgão que pertence ao Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas:

http://www.seap.minhap.gob.es/enlaces/administraciones_autonomicas.html



4. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E ACORDOS INTERNACIONAIS

Nos âmbitos financeiro, econômico e comercial, a Espanha é membro, entre outras, das seguintes organizações internacionais:

- União Europeia (UE)
- Organização das Nações Unidas (ONU)
- Organização Mundial do Comércio (OMC)
- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
- Fundo Monetário Internacional (FMI)

Cabe destacar que, no que tange a defesa, o país faz parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).



Foto: ppl/Shutterstock.com

Palácio da Aljaferia, um dos palácios mouriscos mais bem preservados na cidade de Saragoça.



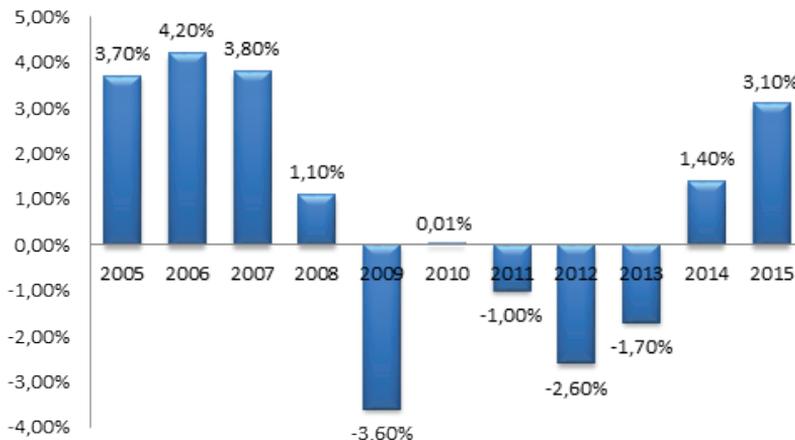
II. ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

1. Conjuntura econômica

No período compreendido entre 1996 e 2007, a Espanha acumulou desequilíbrios em razão de uma bolha imobiliária, bem como dos excessos do setor bancário. Isso tornou o impacto da crise econômica internacional ainda mais grave.

Em 2014, após três anos consecutivos de recessão, a taxa de crescimento do PIB voltou a apresentar valores positivos, registrando um incremento de 1,4%. Para 2015, a estimativa, segundo o FMI, é de um crescimento de 3,1%, o maior entre os países desenvolvidos. No que diz respeito à formação bruta de capital fixo, o crescimento em 2014 foi ainda maior: 3,4%, passando de € 198.089 milhões em 2013 para € 204.107 em 2014.

Evolução variação anual PIB, 2005-2015



Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do FMI: "World Economic Outlook Database", novembro 2015 e INE

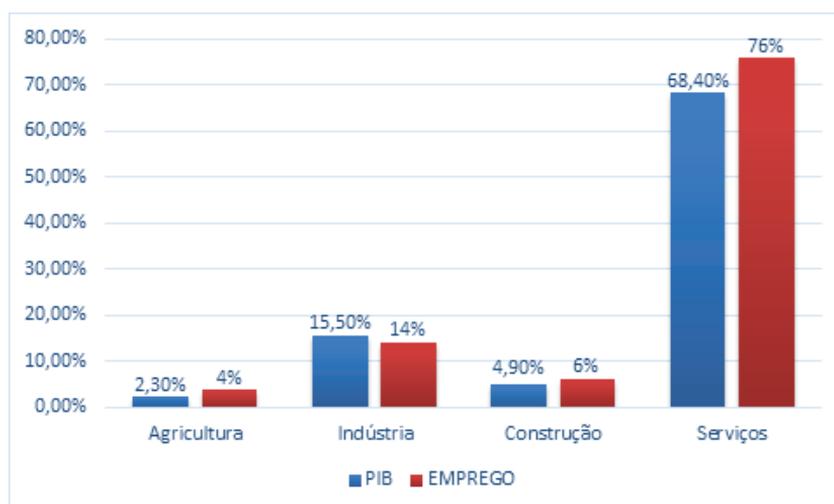
O PIB espanhol tem no setor de Serviços o seu principal motor de crescimento, representando, em 2014, 68,4% do total. A indústria, no segundo lugar, participou com 15,5%. Construção e agricultura representaram 4,9% e 2,3%,



respectivamente. Os impostos líquidos sobre os produtos respondem pelos demais 8,9%.

No terceiro trimestre de 2015 (último dado divulgado pelo INE), um pouco mais de 18 milhões de pessoas estavam ocupadas na Espanha. Dessas, 76% pertenciam ao setor de Serviços. A Indústria, no segundo lugar, absorvia 14%. O setor da Construção voltou a empregar mais que o da Agricultura (4%) e já detém 6% da força de trabalho.

Contribuições setoriais ao PIB e ao emprego na Espanha, 2015



Fonte: INE

Quanto ao índice de desemprego, esse alcançou a marca recorde de 26,7% em abril de 2013 (6,2 milhões de desempregados) e deve permanecer elevado nos próximos anos, especialmente entre os jovens, faixa em que se verifica uma taxa de desemprego de cerca de 50%. Os dados mais recentes, que se referem ao terceiro trimestre de 2015, indicam uma taxa de 21,18%.

No que tange à inflação, observa-se uma queda contínua a partir do final da década de 1980. A média de inflação entre 1987 e 1992 foi de 5,8%;



baixando de 5% pela primeira vez em 1993; e, a partir de então, vem-se reduzindo progressivamente. A taxa interanual de inflação em dezembro de 2014 foi de -1,0%. Essa queda se deve, principalmente, à diminuição dos preços dos combustíveis. Em outubro de 2015, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrado foi de -0,7%.

2. PRINCIPAIS SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Agropecuário e florestal

A produção agrícola na Espanha, em 2014, alcançou 49,7 milhões de toneladas de frutas e hortaliças; 20,6 milhões de toneladas de cereais; e 28,6 milhões de toneladas de tubérculos e leguminosas. Representa mais de 10% da Produção Final Agrária (PFA) da UE. Os olivais, com 4,4 milhões de toneladas, representam a principal cultura, bem como respondem pela maior área cultivada, absorvendo mais de 57% do total da superfície cultivada. A área cultivada total na Espanha vem crescendo exponencialmente desde 2002, passando de 185.974 hectares para 832.991, em 2014. As maiores áreas encontram-se nas comunidades

autônomas de Andaluzia (66,6%), Extremadura (14,3%) e Aragão (7%).

Por outro lado, cresce também as importações de produtos agroalimentícios. Em 2014, com mais de 36 US\$ bilhões, as compras internacionais desses produtos cresceram 3% em comparação com o ano anterior. Os segmentos de panificação e as frutas e hortaliças, praticamente empatados, alcançaram, juntos, mais de US\$ 20 bilhões e representaram 55% do total. No terceiro lugar, figuram as importações de peixes e frutos do mar, com US\$ 7 bilhões.



Evolução das importações de produtos agroalimentares, 2012-2014 (US\$ milhões)

	2012	2013	2014	Var% 13-14
1 -- AGROALIMENTARIOS	34.590	35.280	36.301	3
1.1. PANIFICAÇÃO E OUTROS	10.676	10.014	10.036	0
1.2. HORTOFRUTÍCOLAS	8.985	9.450	9.866	4
1.3. PEIXES E CRUSTÁCEOS	6.233	6.337	6.832	8
1.4. LATICÍNIOS	2.196	2.339	2.347	0
1.5. GORDURAS E ACEITES	1.798	2.240	2.225	-1
1.6. PRODUTOS CÁRNICOS	1.840	1.905	1.903	0
1.7. TABACO	1.822	1.844	1.820	-1
1.8. ANIMAIS VIVOS E SEUS DERIVADOS	821	941	1.022	9
1.9. PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	216	205	246	20

Fonte: ICEX - Estacom

Historicamente os produtos da pesca sempre deram contribuição fundamental de proteínas à dieta espanhola. Isso favoreceu o desenvolvimento de atividades pesqueiras (em 2014 o setor contava com 9.635 barcos pesqueiros, a terceira maior frota europeia depois da Grécia e Itália, que dispunham de 15.716 e 12.545 respectivamente), inclusive em águas internacionais, que representaram mais de 60% do total da captura espanhola em 2014. Por seu turno, a região Norte do país, banhada pelo Atlântico, destaca-se na pesca nacional com uma participação de mais 50%. No que se refere ao faturamento dessa indústria em 2014, dados do MAGRAMA revelam que foram alcançados mais de € 2 bilhões; sendo € 771 milhões como resultado da atividade em águas nacionais e € 1,3 bilhão em águas internacionais.

Segundo o Eurostat, a Espanha, em 2013 (último dado disponível), capturou 904.126 toneladas de peixes, 3º lugar no ranking da UE-27, encabeçado pela Noruega e Islândia. O país é também um dos maiores consumidores de peixe



Foto: Ivan Abrasnikin/Shutterstock.com

Templo da Sagrada Família em Bracelona, projeto de Antoni Gaudi, renomado arquiteto catalão.



da Europa. De acordo com o boletim de consumo alimentar doméstico de novembro de 2014, elaborado pelo Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente (MAGRAMA), o consumo médio per capita nesse ano foi de 26,40 kg, uma retração de 2,9% em comparação com 2013. Já o consumo das famílias diminuiu 4%. Para mais informação sobre o consumo alimentar, acessar o site do MAGRAMA:

http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/consumo-y-comercializacion-y-distribucion-alimentaria/informeconsumoalimentacion2014_tcm7-382148.pdf

A silvicultura também tem um peso importante dentro da economia do país, ainda que venha sofrendo perdas significativas durante os últimos anos, devido, especialmente, à recessão no setor da construção.

O país, com 27,7 milhões de hectares de superfície florestal (40% dessa superfície está protegida), a segunda maior na Europa, atrás apenas da Suécia. O plano estratégico do MAGRAMA para desenvolver esse setor, denominado “Plan de Activación Socioeconómica del

Sector Forestal 2014-2020⁵”, revela que o setor participa com quase um 1% no PIB do país.

No que se refere ao comércio exterior, passou-se de um déficit de € 902 milhões em 2004 para um superávit de € 335 milhões em 2013. França, Portugal e Itália foram os três principais destinos das exportações, enquanto que as importações procederam especialmente da França, Portugal, Suécia, Estados Unidos e Brasil.

Com relação à pecuária, esta representa quase 40% do total da produção agrária espanhola. A distribuição do gado é diversificada e responde a fatores agroclimáticos e culturais. No Norte predomina o rebanho bovino voltado a indústria de laticínios. No Oeste e Sudoeste encontra-se a criação de gado voltado para o abate, bem como a criação do porco ibérico. A Região de Múrcia e a Catalunha (Lleida/Lérida) destacam-se crescentemente na indústria suína e avícola, enquanto que as comunidades da Galícia, Cantábria e Extremadura perderam protagonismo

5 Acesse o Plano em: http://www.magrama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/politica-forestal/20140618_PASSFOR_FEADER_tcm7-333328.pdf



nesses setores. Os demais rebanhos (equino, ovino, caprino) vêm perdendo importância no setor, devido a uma maior mecanização agrícola e à diminuição de área de pastos.

A atividade de maior presença na Espanha é, sem dúvida, a suína, representando 53% da atividade pecuária do país. As comunidades autônomas que detêm o maior número de cabeça desse tipo são Catalunha (27%), Aragão (25%) e Castilha e León (13%). A segunda atividade mais importante é a ovina, mais presente nas comunidades de Castilha e León (20%), Extremadura (19%) e Castilha - La Mancha (16%). Já as regiões com maior criação de gado bovino são Castilha e León (21%), Galícia (16%) e Extremadura (13%).

Mineração

As comunidades autônomas de Castilha e León, Madri e Andaluzia destacam-se no setor mineiro espanhol, tanto no segmento de minerais ferrosos quanto no de não ferrosos. Castilha e León é a principal produtora de minério na Espanha, com 17 empresas.

Em relação ao volume de negócio na

indústria de mineração, as estatísticas de 2013 revelam que o setor de metais básicos é superior ao de minerais não metálicos, com € 29 bilhões, participando com 9% do total da indústria espanhola. O segmento de produtos de minerais não metálicos alcançou, nesse mesmo ano, € 16 bilhões (5% do total).

Indústria

Segundo dados do MINETUR⁶, o parque industrial espanhol tem no processamento de alimentos e na distribuição energética os setores mais rentáveis, correspondendo a 32% e 31% do total da indústria em 2013 (último dado disponível), respectivamente. Outros setores com cifras superiores aos US\$ 40 bilhões são o de refino de petróleo (18%), químico (17%) e automobilístico (15%).

⁶ Fonte: http://www.minetur.gob.es/es-ES/IndicadoresyEstadisticas/DatosEstadisticos/III.%20Industria/III_10.pdf



A Indústria espanhola em 2013

(€ milhões)

SETORES INDUSTRIAIS	Número de empresas	Produção	Cifra de negócio	Part. %
01. Minerais energéticos	57	815.802	805	0,3%
02. Refino de petróleo	17	48.742.877	57.979	18,2%
03. Energia elétrica, água e gás	-	-	-	-
03.1. Fornecimento de energia elétrica, gás, vapor e ar acondicionado	2.224	61.282.435	98.706	31,0%
05. Metálicas básicas	1.032	29.455.997	29.287	9,2%
05.1. Siderurgia e primeira transformação	420	15.727.906	15.627	4,9%
05.2. Metais não ferrosos	188	10.689.853	10.595	3,3%
05.3. Fundição	424	3.038.238	3.065	1,0%
06. Minerais não metálicos	1.475	2.744.955	2.700	0,8%
07. Produtos de minerais não metálicos	6.789	15.513.459	15.675	4,9%
07.1. Vidro e produtos de vidro	807	2.914.576	2.948	0,9%
07.2. Produtos cerâmicos	1.005	3.996.049	4.200	1,3%
07.3. Cimento, cal e gesso	2.101	5.365.104	5.175	1,6%
07.4. Outros Produtos de minerais não metálicos	2.875	3.237.731	3.351	1,1%
08. Química (com produtos farmacêuticos)	2.914	49.510.307	53.433	16,8%
08.1. Produtos farmacêuticos	281	12.677.909	13.961	4,4%
08.2. Química básica	787	22.362.528	24.334	7,6%
09. Produtos metálicos	24.069	28.171.187	28.546	9,0%
10. Maquinaria e equipamento mecânico	4.606	17.151.356	17.631	5,5%
11. Eletrônica e TIC	1.381	4.377.735	4.298	1,3%
12. Maquinaria elétrica	1.687	14.173.770	14.824	4,7%
13. Veículos	1.405	45.568.571	48.245	15,1%
13.1. Veículos a motor	79	28.524.339	31.143	9,8%



13.2. Componentes	1.327	17.044.232	17.101	5,4%
14. Outro material de transporte	-	-	-	-
14.1. Construção aeronáutica e espacial	75	5.569.859	5.093	1,6%
14.2. Construção naval	246	2.168.764	2.193	0,7%
14.3. Material ferroviário	56	2.841.096	2.759	0,9%
15. Alimentação, bebidas e tabaco	20.080	97.756.396	102.858	32,3%
15.1. Alimentação	16.995	81.342.773	85.975	27,0%
15.2. Bebidas	3.059	15.409.446	15.872	5,0%
15.3. Tabaco	26	1.004.178	1.011	0,3%
16. Têxtil e confecção	8.238	9.438.387	9.703	3,0%
16.1. Têxtil	3.696	4.854.738	4.962	1,6%
16.2. Confecção	4.542	4.583.649	4.740	1,5%
17. Couro	659	1.082.712	1.114	0,4%
18. Calçado	2.077	2.416.225	2.437	0,8%
19. Madeira, móveis e cortiça	15.056	10.079.844	10.236	3,2%
19.1. Madeira e cortiça	6.904	5.269.289	5.368	1,7%
19.2. Móveis	8.152	4.810.556	4.868	1,5%
20. Papel, artes gráficas e reprod. sup. gravados	9.339	17.899.674	18.307	5,7%
20.1. Pasta de papel e papel	1.374	12.314.663	12.750	4,0%
20.2. Artes gráficas e reprod. sup. gravados	7.965	5.585.010	5.556	1,7%
21. Borracha e plásticos	3.529	16.977.646	17.819	5,6%
22. Outras indústrias manufatureiras	4.204	3.370.986	3.651	1,1%
22.1. Joias e bijuteria	936	604.186	632	0,2%
22.2. Jogos e brinquedos	172	516.448	556	0,2%
Total	117.380	305.896.525	318.472	100,0%

Fonte: MINETUR



Atualmente, a Espanha ocupa o quinto lugar entre as maiores potências industriais europeias, sendo superada apenas por Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Segundo destaca o Ministério de Fomento, a distribuição espacial do seu parque industrial apresenta grandes contrastes, tanto em relação ao pessoal ocupado, quanto no que tange à produção e ao investimento. A indústria espanhola está concentrada no Norte do país, sendo o Sul a região onde se concentram os serviços dedicados ao turismo, bem como as atividades primárias vinculadas à agricultura.

Madri e Barcelona respondem por mais de um terço dos trabalhadores e investimentos industriais. Seguem em importância algumas regiões localizadas no eixo do rio Ebro (Zaragoza e Navarra) e o País Basco, junto a outras situadas no eixo do Mediterrâneo (Valência, Alicante) e em Sevilha.

No Norte (País Basco) está concentrada a maioria das indústrias de base (siderurgia e metalurgia). Localizada no Nordeste (Catalunha) está a indústria química. A região central do país (Comunidade de Madrid) e o Leste (Comunidade

Valenciana) possuem, juntamente com a Catalunha, uma ampla gama de indústrias de transformação.

Ao longo da Costa Atlântica - Bilbao (Norte), Ferrol (Noroeste), Cádiz (sul de Andaluzia) - distribuem-se as diversas indústrias pertencentes ao setor naval. Já a indústria ligada ao setor petrolífero está localizada em Tarragona (Catalunha), Cádiz e Huelva (sul da Andaluzia).

Especial destaque cabe à indústria automobilística espanhola. Em 2013, como já anteriormente dito, a produção nacional que alcançou mais de 2 milhões de veículos, graças à presença de diversas multinacionais distribuídas pelo país, concretamente 9 empresas e 17 fábricas. Com esse desempenho, a Espanha manteve o segundo lugar no ranking de maiores produtores na Europa, exportando 87% da produção.

Energia

A principal característica da Espanha na área de energia é a forte dependência de importações: mais de 60% da energia consumida – em particular petróleo e gás – é importada. Em 2014, a importação



de gás natural atingiu 383.971 Gigawatts (GWh); enquanto que a de petróleo não-refinado (principal produto importado da Espanha com participação de 12,5% na pauta total) alcançou 59.054 toneladas. Apenas 0,45% do petróleo e do gás natural consumidos no país são de origem espanhola. O déficit energético do país explica em boa medida o que há de estrutural do seu déficit comercial. Dados de 2014 revelam que somente as importações de combustíveis e lubrificantes responderam por 19,95% do total da pauta de importação. A energia elétrica, por sua parte, correspondeu a 0,13%. Os principais países de procedência desse total importado são Nigéria, México, Rússia e Arábia Saudita para o petróleo; e Nigéria, Catar e Noruega para gás natural. Em ambos os casos esses conjuntos de países responderam por 55% dos totais.

Segundo dados do Ministério da Indústria, Energia e Turismo (MINETUR) sobre energia primária na Espanha, foram consumidos, em 2014, 118.413 Ktep (kilo toneladas equivalentes de petróleo), uma diminuição de 1,69%, em comparação com o consumo registrado em 2013. A distribuição

desse consumo teve no petróleo a principal fonte, com 42,85%. Em seguida veio o gás natural com 19,98%; e no terceiro lugar, a energia nuclear com 12,61%. No entanto, cabe ressaltar que a utilização de fontes renováveis vem aumentando. Em 2014, o consumo procedente de fonte hidráulica aumentou 6,3% e a eólica e solar 3,9%. Por outro lado, a utilização de biomassa caiu 7,8%.

No tocante à produção de energia, destacam-se as fontes renováveis, com 49,91%. No segundo lugar, temos a nuclear, com 44,41%. Ocupa a terceira posição o carvão, com 4,69%.

As principais empresas do setor na Espanha são: Endesa (de capital italiano), Iberdrola e Gas Natural/Fenosa. A Red Eléctrica de España (REE), estatal, é a transportadora única e operadora do sistema elétrico nacional.

Biocombustíveis

No setor de transportes, o interesse por biocombustíveis tem sido residual em termos de atenção por parte do governo espanhol, tendo em vista que as autoridades locais optaram por



veículos elétricos como alternativa limpa para reduzir dependência em relação ao petróleo importado. Na prática, os biocombustíveis vêm perdendo a disputa para os setores que propugnam pela opção pelo carro elétrico, especialmente as empresas automotivas. Ainda assim, existe legislação nacional sobre o tema, que leva em consideração o cumprimento da normativa comunitária, que determina que, em 2020, ao menos 10% da energia consumida no setor de transportes seja de origem renovável.

Segundo dados de 2014 da Asociación de Empresas de Energías Renovables (APPA), os setores de biodiesel e etanol contribuíram, de maneira direta e indireta, com € 417,7 milhões no total do PIB, 40,1% de aumento em comparação com 2013. Ao biodiesel correspondeu € 308,2 milhões, aumento de 85,6% em relação ao ano anterior. Já o etanol, alcançou € 109,5 milhões, cifra 17,1% inferior a 2013. Tal retração se deve fundamentalmente à diminuição dos preços, uma vez que a produção e vendas se mantiveram estáveis se comparadas com o ano anterior.

O consumo total de biocombustíveis no país, nesse mesmo ano, aumentou 9,2% em relação com 2013, passando de 1,07 milhão para 1.2 milhão de toneladas. Este incremento foi devido ao hidro biodiesel (+89.627 t) e ao etanol (+27.048 t).

O consumo de etanol alcançou 293 mil toneladas, incremento de 10,2% com respeito ao ano anterior, graças à possibilidade de realizar misturas diretas de etanol e gasolina durante todo o ano.

Serviços

O setor de serviços espanhol é o principal motor econômico do país, chegando a contribuir com quase 70% do PIB e empregar a 76% da população ocupada em 2014. As áreas que mais se destacam são: bancária, distribuição, engenharia, gestão e construção de infraestruturas, gestão de água e coleta de lixo, hotelaria, seguros e telecomunicações.

De acordo com dados do INE, observa-se que, em 2013⁷, o volume de negócio do setor de serviços

7 A última pesquisa anual sobre o setor de serviços foi publicada pelo INE em junho de 2015 com base nos dados elaborados em 2013.



diminuiu 4,0% e alcançou a cifra de € 402 bilhões. As comunidades autônomas com maior participação nessa cifra foram Madri (33,3%), Catalunha (19,8%) e Andaluzia (9,3%). E também o foram no que se refere ao mercado de trabalho, representando no total 22,8%, 18,9% e 13,2%, respectivamente.

O segmento das telecomunicações apresentou a maior produtividade. Os serviços de lavanderias, salões de beleza e outros serviços personalizados foram os menos produtivos. Houve também uma diminuição no número de empregados e de empresas, com uma queda de 1,9% e 0,7%, respectivamente. Em 2013, esse setor contava com mais de cinco milhões de pessoas ocupadas e mais de um milhão de empresas, que tiveram 86,7% das suas vendas realizadas dentro da Espanha e 13,3% no exterior.

As pequenas empresas (com menos de 10 funcionários) representaram 95,6% do número total de empresas, absorveram 43% do emprego no setor e responderam por quase 30% do faturamento do setor. Já as grandes empresas (mais de

250 empregados) representaram apenas 0,1% do total de empresas e concentraram 34% do faturamento. Com relação à distribuição do faturamento por segmentos, destacam-se as atividades de transporte e armazenagem, absorvendo 24% do total, embora com uma queda de 3% em comparação com 2012. Em segundo lugar, aparece o segmento de informação e comunicações (18%). As profissões liberais, logo depois, representaram 17%.

Outros setores

Turismo

O segmento turístico, especialmente o internacional, é um dos pilares da economia do país, consolidando-se nos últimos anos como alavanca da recuperação econômica e do emprego do país. De acordo com o INE, o setor turístico, em 2012, é o segundo com maior faturamento no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Diante desses dados, o seu impacto no PIB do país foi de 10,9%. Ele responde, ainda, por 11,9% do emprego total na Espanha, o que corresponde a 2,1 milhões de pessoas.



Em 2014, o PIB turístico cresceu 2,9% e criou 53.213 novos empregos. De acordo com o INE, a Espanha recebeu, em 2014, 65 milhões de turistas estrangeiros (aumento de 7,1% em comparação com 2013). Nesse mesmo ano, o turismo no país gerou uma receita de € 45 bilhões, 4% a mais que a cifra registrada no ano anterior.

Dados mais recentes do Hosteltur revelam que o PIB turístico cresceu 3,7% durante os meses de verão de 2015 e espera-se um crescimento consolidado para esse ano de 3,5%, enquanto que o PIB nacional incrementaria 3,1%. Esse setor foi responsável por empregar, no penúltimo trimestre do ano de 2015, a 1,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

A Espanha ocupa o quarto lugar no ranking da OMT entre os países mais visitados, atrás apenas da França, EUA e China.

Setor Imobiliário

Desde que estourou a bolha imobiliária, entre 2007 e 2008, os imóveis residenciais na Espanha perderam, em média, um terço do seu

valor e a maioria dos especialistas do setor coincide que será impossível alcançar em um horizonte curto de tempo os níveis de preços praticados antes da crise. Na visão dos profissionais dessa área, o ideal hoje seria garantir ao setor um crescimento sustentável, mediante investimentos de longo prazo.

De fato, o mercado imobiliário, paralisado pela falta de financiamento e a escassa demanda derivada da crise econômica, cada vez registra menos operações, criando dificuldades para estabelecer, com mais precisão, os preços dos imóveis. O mercado de transação comercial que registrou 900.000 operações em 2004, caiu para 364.601 operações em 2014, ainda que tenha havido um incremento de 19,1% em comparação com o ano anterior, segundo indica o Consejo General del Notariado.



3. MOEDA E FINANÇAS

Moeda e taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 1998 fixaram-se as taxas de câmbio irrevogáveis entre o euro e as moedas dos Estados membros que participaram da terceira fase da União Econômica Monetária (UEM). Em 1 de janeiro de 1999 nasceram as moedas em euros e se constituiu o Eurossistema (autoridade monetária que controla a zona euro), formado pelo Banco Central Europeu (BCE) e por todos os bancos centrais dos países da zona do euro, responsável de definir a política monetária. A autoridade econômica e política estão sob a responsabilidade do Eurogrupo e da Comissão Europeia, respectivamente. Iniciou-se assim, um período de transição que finalizou em 1 de janeiro de 2002 com a circulação dos bilhetes e as moedas em euros e a retirada dos bilhetes e as moedas nacionais (na Espanha, o euro entrou em circulação em 1 de janeiro de 2000, ainda que até 2002 não substituiu na íntegra a peseta, que manteve uma taxa de conversão irrevogável de 166,386). Atualmente, a zona euro está constituída por 19 países da União Europeia, incluindo a

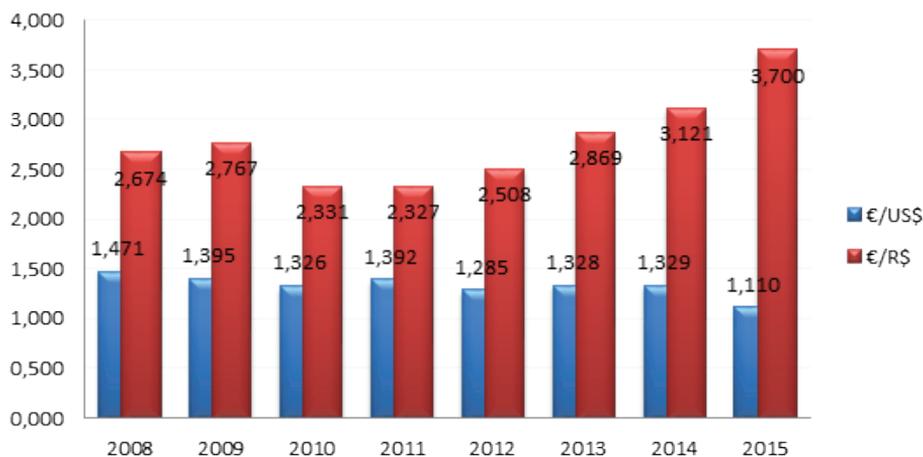
Espanha (ver países em azul no mapa abaixo).

O Euro na economia espanhola

O euro vem experimentando constante desvalorização com relação ao dólar, ainda que, em 2015, não se tenha cumprido a previsão feita pelo Deutsche Bank (DB) de uma paridade entre as duas moedas. O câmbio EUR/US\$, nesse ano, registrou uma média de 1,10 dólares por euro: passou de 1,20 dólares no segundo dia de janeiro para 1,08 dólares no último dia do ano.

No que diz respeito à taxa de câmbio EUR/REAL, houve valorização da moeda europeia, tendo sua cotação flutuado em torno de R\$ 3,70 ao longo de 2015. No último dia do ano, a moeda o euro valia R\$ 4,31.

Evolução das taxas de câmbios €/US\$ e €/R\$, 2008–2015



Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do Banco de España (<http://www.bde.es/webbde/es/estadis/infoest/a2004.pdf>)

Balço de pagamento e reservas internacionais

Em 2014, pelo terceiro ano consecutivo, regista-se um superávit exterior da Espanha, com uma capacidade de financiamento que alcançou 1,2% do PIB, ainda que apresentando um desempenho inferior ao registrado em 2013 (2,1%).

Evolução do Balço de Pagamento, 2012-2014

(€ milhões)

Rubricas	2012	2013	2014
Capacidade (+) / necessidade de financiamento (-) em % do PIB	0,2%	2,1%	1,2%
Transações correntes	-2.404	15.565	10.238
Conta de capital	5.178	6.784	4.448
Conta financeira	1.750	35.138	21.106
Erros e omissões	-1.024	12.789	6.419
Resultado	3.500	70.276	42.211

Fonte: Banco de España
(<http://www.bde.es/f/webbde/SES/Secciones/Publicaciones/PublicacionesAnuales/BalanzaPagos/14/Fich/bp2014.pdf>)



Composição das Reservas Internacionais

(Posição em 31 de outubro de 2015)

Ativos de Reserva e outros ativos em moeda estrangeira

(valor de mercado aproximado - € milhões)

Discriminação	Valor	%
Ouro	9.355	17,62%
Direitos Especiais de Saque (DES)	3.473	6,54%
Posição de reservas no FMI	1.420	2,67%
Divisas conversíveis	35.582	67,02%
TOTAL (A)	49.830	93,86%
Outros ativos em moeda estrangeira (B)	3.261	6,14%
Total (A) + (B)	53.091	100,00%

Fonte: Banco de España

Finanças públicas

A Espanha, com uma cifra de € 1,033 trilhão, terminou o ano de 2014 com um novo recorde de dívida pública (97% do PIB). A Administração Pública Central representou 84,6% dessa dívida no PIB, seguida das comunidades autônomas com 22%, administração local (3,9%) e Seguridad Social (1,6%). Para 2015, as projeções indicam que se superará a barreira dos 100% do PIB.

No que tange ao déficit público, a Espanha terminou 2014 com um saldo negativo de 5,8% do PIB, sendo superada apenas por Chipre dentro da UE.

A deterioração das contas públicas provocada pela crise econômica e o envelhecimento populacional são sérios desafios para o país. Na opinião de Bruxelas, a Espanha deveria ajustar suas contas mediante aumento de receita (impostos) acompanhada de diminuição nos gastos. O sistema de proteção social (as pensões pagas pelo Estado e o sistema de saúde) também deveria ser reformado para desacelerar o incremento previsto para os próximos anos.



O Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas disponibiliza on line todo o Orçamento Geral de 2016⁸, detalhando suas receitas e gastos por programa e nível da Administração Pública – Estado, Organismo Autónomo, Agências Estatais, Outros Organismos Públicos e Seguridad Social.

Sistema bancário

O Eurossistema, autoridade monetária da zona do euro, é constituído pelo Banco Central Europeu e pelos bancos centrais nacionais e tem como principal objetivo manter a estabilidade de preços através da proteção do valor do euro.

A liberalização do sistema bancário espanhol nos anos oitenta provocou a fusão de diferentes bancos e o aparecimento de entidades bancárias de grande escala, passando a figurar com destaque em rankings mundiais. Destacam-se, neste conceito, o Grupo Santander (3º maior banco mundial em termos de lucratividade e 18º em ativos, e 3º maior banco privado no Brasil) e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA).

O sistema bancário espanhol é moderno e abrange bancos comerciais (ademais dos supracitados, destacam-se os bancos La Caixa, Sabadell, Popular e Bankinter⁹), bancos de investimento, fundos de investimentos e empresas seguradoras. A Espanha, de uma maneira especial entre os seus sócios europeus, sentiu a crise global financeira que se iniciou em 2007. Como medida para remediar os inúmeros danos ao setor financeiro, foi realizada uma intervenção pública visando à estabilização do sistema, de forma a evitar riscos de insolvência e facilitar o acesso ao crédito.

No entanto, a escassez de crédito no mercado financeiro segue sendo um dos principais problemas a afetar, principalmente, as pequenas e médias empresas do país.

Cabe mencionar, o recente processo de reestruturação e saneamento do sistema das Caixas de Poupança, com a entrada em vigor do Real Decreto-Lei 2/2011 para o reforço do sistema financeiro espanhol. Esse Real Decreto legalizou o processo de fusão de inúmeras Caixas que se

8 Fonte: <http://www.sepg.pap.minhap.gob.es/sitios/sepg/es-ES/Presupuestos/ProyectoPGE/Paginas/ProyectoPGE2016.aspx>

9 Para conhecer mais instituições bancárias presentes no país, sugerimos visitar o site da Associação Espanhola Bancária (AEB) <http://www.aebanca.es/es/BancosSocios/index.htm?pPage=1>, bem como o Banco de España: www.bde.es.



consolidaram em 11 entidades. Os bancos mais atuantes em comércio exterior na Espanha são Grupo Santander, BBVA, Citibank, Deutsche Bank e La Caixa. Cabe mencionar também a presença comercial na Espanha do Banco do Brasil e do Banco Itaú.

A Asociación Española de Bancos, além do Banco de España, disponibiliza informação sobre todos os bancos que operam no país¹⁰.

Risco-país

O risco-país da Espanha é calculado com base na diferença entre a rentabilidade do bônus espanhol a 10 anos e o bônus (bund) alemão também a 10 anos.

O risco-país apresenta valores mais baixos que os registrados no auge da crise de confiança no país, ocorrida em 2012. Para isso, é inegável a contribuição positiva da possibilidade de aquisição de títulos soberanos por parte do Banco Central Europeu (BCE), mas também, como avalia o Fundo Monetário Internacional (FMI), o esforço do governo espanhol para

estabilizar a economia, corrigindo os desequilíbrios acumulados nos últimos anos de crescimento.

A taxa de juros nos países da zona euro era, no final de 2015, 0,05% ao mês. Já a taxa de juros paga pelos títulos públicos espanhóis entrou em patamares negativos desde novembro de 2015, graças à liquidez existente no mercado proporcionada pelo lançamento do programa de compra massiva da dívida (QE) em março de 2015, que vai injetar na zona do euro cerca de € 1,5 trilhão até março de 2017.

¹⁰ AEB: <http://www.aebanca.es/es/BancosSocios/index.htm?pPage=3>



Foto: Shchpikova Elena/Shutterstock.com

Praça da Espanha em Barcelona, construída para a Expo de 1929.



III. COMÉRCIO EXTERIOR

1. EVOLUÇÃO RECENTE: CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Espanha é um país historicamente importador. De acordo com dados da OMC, em 2014, a Espanha respondeu por 1,9% no total das importações mundiais de mercadorias (1,45% nas importações de serviços). O valor das suas compras internacionais alcançou US\$ 354 bilhões, contribuindo com 26% do seu PIB. No que se refere às exportações, sua participação mundial no comércio de bens foi de 1,7; e 2,71% no de serviços. Suas vendas ao exterior alcançaram US\$ 322 bilhões, contribuindo com 23% no PIB. Tais resultados colocam o país entre as 20 maiores potências comerciais do mundo.

Apesar do bom desempenho espanhol no setor externo no período recente, a sua balança comercial é deficitária há mais de 45 anos, devido fundamentalmente às importações energéticas. Nesse sentido, ademais da predominância dos países comunitários no ranking dos dez principais países fornecedores ao país, figuram a Argélia (7º) e Rússia (10º) como importantes parceiros comerciais.

A entrada em vigor do Tratado de Maastrich (que eliminou as barreiras alfandegárias entre os países da UE que formalizaram o “mercado de livre circulação de pessoas, mercadorias, bens e capitais” em 1993) e a diminuição da taxa de juros dentro da Espanha (que passou de 11,68% em janeiro de 1995 a 4,02% em dezembro de 2002) provocaram um crescimento das importações de bens de consumo e de bens de capital, gerando um incremento no déficit da balança comercial a partir de 1998.

Segundo se pode observar, as exportações em 2014 registraram um crescimento de 2,5% em comparação com 2013. Por seu turno, as importações cresceram 5,5%; aumentou também o saldo negativo da balança comercial espanhola, passando de US\$ 21 bilhões para US\$ 32 bilhões.



Evolução da Balança Comercial: 2008-2014

(US\$ milhões)

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	Valor	Variação ano anterior	Valor	Variação ano anterior	Valor
2008	279.602	11,0%	419.180	7,9%	-139.577
2009	221.348	-20,8%	285.813	-31,8%	-64.464
2010	248.434	12,2%	319.328	11,7%	-70.893
2011	299.392	20,5%	365.884	14,5%	-66.491
2012	290.826	-2,8%	331.762	-9,3%	-40.936
2013	313.673	7,1%	335.750	0,3%	-22.076
2014	321.492	2,5%	354.325	5,5%	-32.833

Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados ICEX – Estacon

Com respeito ao peso das Comunidades Autônomas na balança comercial, destaca-se Catalunha, representando 25% do total das exportações espanholas e 27% das suas importações. No segundo lugar, está a Comunidade de Madri com 12% e 19%, respectivamente. A Andaluzia, na terceira posição, participou com 11% nas exportações e 12% nas importações.

Com o objetivo de melhorar a competitividade da economia do país, mediante uma maior participação do setor externo no crescimento e na geração de emprego, o Governo lançou o “Plan Estratégico de Internacionalización de la Economía Española 2014-2015”, que conta com 41 medidas e ações voltadas a internacionalização da economia espanhola e de suas empresas. Algumas dessas medidas pretendem facilitar à empresa o acesso ao financiamento necessário para sua expansão internacional. Entre todos os instrumentos financeiros de apoio oficial aprovados, cabe ressaltar o “Fondo para Inversiones en el Exterior (FIEX)”, o “Fondo para Operaciones de Inversión en el Exterior de la Pequeña y Mediana Empresa (FONPYME)” e o “Fondo para la Internacionalización de la Empresa (FIEM)”, bem como as linhas de financiamento para investimentos nos setores eletrônico e tecnologia e a “Línea ICO-Internacional 2014”.



2. ORIGEM E DESTINO

Importações

A Europa é o principal continente fornecedor à Espanha representando 60% do total das suas importações em 2014. Na segunda e terceira posições, bastante aquém, estão Ásia e as Américas, com 18% e 11%, respectivamente.

Distribuição das importações (CIF) por área geográfica: 2010-2014 (US\$ milhões)

Origem	2010	2011	2012	2013	2014	Variação (13-14)	2014 % no total
África	28.705	32.580	35.776	37.458	37.701	0,65%	10,64%
América	33.425	40.998	41.775	40.292	39.558	-1,82%	11,16%
Ásia	61.388	72.186	61.239	58.342	63.519	8,87%	17,93%
Europa	194.503	218.467	191.827	195.870	212.263	8,37%	59,91%
Oceania	1.285	1.651	1.140	891	1.191	33,69%	0,34%
Outros	22	0	3	5	91,60	1.732,00%	0,03%
Total mundo	319.328	365.884	331.762	332.859	354.325	6,45%	100,00%

Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do ICEX – Estacon

Considerando o ranking dos dez principais países fornecedores à Espanha, em 2014, destacam-se os sócios europeus com sete países. China e EUA também tem um peso importante nas importações espanholas, representando no total 7% e 4%, respectivamente. O Brasil, nesse mesmo ano, ocupou a 18ª posição (perdeu uma em comparação com 2013), com uma participação de 1% no total.



Distribuição das importações (CIF) por país: 2010-2014 (US\$ milhões)

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 13-14	2014 % no total
Alemanha	37.503	43.296	36.022	37.611	42.814	13,83%	12,08%
França	34.721	39.721	35.213	36.328	38.870	7,00%	10,97%
China	25.106	26.033	22.863	23.182	26.424	13,98%	7,46%
Itália	22.569	24.077	20.780	19.806	20.822	5,13%	5,88%
Reino Unido	14.586	15.519	13.458	13.271	14.766	11,27%	4,17%
Países Baixos	14.220	14.875	14.517	13.338	14.185	6,34%	4,00%
Estados Unidos	12.829	15.097	12.716	13.761	13.823	0,45%	3,90%
Portugal	11.257	12.866	11.513	13.253	13.397	1,08%	3,78%
Argélia	6.077	7.876	8.854	12.309	12.166	-1,16%	3,43%
Bélgica	7.901	9.001	7.772	8.625	8.891	3,08%	2,51%
...							
Brasil (18ª posição)	4.035	5.019	4.330	4.341	4.069	-6,29%	1,15%
Subtotal	190.810	213.385	188.043	195.831	210.231	0,55%	0,59%
Outros países	128.518	152.498	143.719	139.919	144.094	-0,49%	0,41%
Total	319.328	365.884	331.762	335.750	354.325	5,53%	100,00%

Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do ICEX – Estacon



Exportações

Do lado das exportações, as vendas para a UE também são as mais importantes, absorvendo 70% do total exportado pela Espanha em 2014. As Américas, com 11%, e o continente africano, com 7%, ocuparam o segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Distribuição das exportações (FOB) por área geográfica: 2010-2014 (US\$ milhões)

Origem	2010	2011	2012	2013	2014	Variación (13-14)	2014 % no total
África	13.842	16.247	19.542	21.925	21.878	-0,21%	6,81%
América	23.657	29.714	31.259	33.231	35.177	5,86%	10,94%
Ásia	18.561	23.383	24.280	27.699	30.387	9,70%	9,45%
Europa	185.162	220.656	202.316	216.929	224.518	3,50%	69,84%
Oceania	1.647	2.423	3.040	3.586	2.414	-32,69%	0,75%
Outros	5.562	6.967	5.869,503	8.180,835	7.116,81	-13,01%	2,21%
Total Mundo	248.434	299.392	290.826	311.552	321.492	3,19%	100,00%

Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados ICEX – Estacon

No tocante à distribuição por país, tal como observado nas importações, há uma predominância europeia. Em 2014, a França e Alemanha juntas responderam por mais de 25% do total exportado. O Brasil, nesse mesmo ano, ocupou o 17º lugar entre os maiores importadores de produtos espanhóis, com uma retração de 13% em comparação com 2013, e representando 1,3% do total exportado pela Espanha.



Distribuição das exportações (FOB) por país: 2010-2014 (US\$ milhões)

	2010	2011	2012	2013	2014	Var. 13-14	2014 % no total
França	45.229	51.716	47.108	50.454	50.456	0,00%	15,69%
Alemanha	26.071	30.786	30.738	31.797	33.375	4,96%	10,38%
Portugal	21.869	24.398	20.357	22.918	24.119	5,24%	7,50%
Itália	21.941	24.406	21.609	21.876	23.092	5,56%	7,18%
Reino Unido	15.366	19.640	18.314	21.409	22.138	3,41%	6,89%
Estados Unidos	8.729	11.011	11.586	11.648	14.227	22,14%	4,43%
Países Baixos	7.826	8.815	8.987	9.252,	9.944,	7,48%	3,09%
Bélgica	7.011	8.460	8.059	8.187	8.109	-0,95%	2,52%
Marrocos	4.622	5.751	6.804	7.343	7.821	6,50%	2,43%
Turquia	4.969	6.215	6.084	6.415	6.699	4,44%	2,08%
...							
Brasil (17ª posição)	2.921	3.605	3.603	4.838	4.219	-12,80%	1,31%
Subtotal	166.559	194.810	183.254	196.142	204.204	4,11%	63,52%
Outros países	81.875	104.581	107.571	117.531	117.287	-0,21%	36,48%
Total	248.434	299.392	290.826	313.673	321.492	2,49%	100,00%

Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do ICEX – Estacon

3. COMPOSIÇÃO POR PRODUTOS

Importações

Os combustíveis e lubrificantes (Capítulo 27) são os principais itens da pauta de importação da Espanha, representando 21% no total das importações em 2014. Em segundo lugar, estão veículos e seus acessórios (Capítulo 87),



com 11% do total. No terceiro lugar, com 8%, estão máquinas e aparelhos mecânicos.

Evolução da composição das importações por capítulos: 2012-2014 (US\$ milhões)

CAPÍTULOS	2012	2013	2014	Var. 13-14	2014 % no total
27. Combustíveis e óleo mineral	79.923	76.231	74.369	-2,44%	20,99%
87. Veículos automóveis e tratores	29.063	32.775	39.834	21,54%	11,24%
84. Máquinas e aparelhos mecânicos	26.321	27.368	29.924	9,34%	8,45%
85. Aparelhos e materiais elétricos	22.151	22.909	24.556	7,19%	6,93%
30. Produtos farmacêuticos	14.573	14.629	15.320	4,72%	4,32%
39. Plásticos e suas obras	9.796	10.619	11.500	8,30%	3,25%
29. Produtos químicos orgânicos	10.094	10.926	10.993	0,62%	3,10%
72. Ferro fundido, ferro ou aço	10.007	9.697	10.228	5,48%	2,89%
62. Vestuário e acessórios, exceto de malha	7.568	7.893	9.005	14,08%	2,54%
90. Instrumentos e aparelhos de óptica, medida.	6.392	6.874	7.707	12,11%	2,18%
Subtotal	215.891	219.926	233.442	6,15%	65,88%
Outros produtos	115.870	115.824	120.883	4,37%	34,12%
Total	331.762	335.750	354.325	5,53%	100,00%

Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do ICEX – Estacon

Agrupando-se os dados acima por setores econômicos, verifica-se o predomínio dos setores de semimanufaturados ao lado do energético, representando no total das importações 22% e 21%, respectivamente. A soma dos três primeiros setores (energéticos, semimanufaturados e bens de capital) corresponde a quase 60% da pauta de importação espanhola.

Principais setores econômicos na importação em 2014



Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do ICEX – Estacon

Exportações

Analisando o comportamento das vendas ao exterior por Capítulos, observa-se na tabela abaixo que os produtos compreendidos no Capítulo 87 (Veículos automóveis e seus acessórios) ocupam o primeiro lugar, alcançando 16% da pauta exportadora em 2014, e registrando um aumento de 8% em comparação com o ano anterior. Atingindo quase a mesma participação, tem-se com a soma dos segundo e terceiro colocados (Máquinas e aparelhos mecânicos; e Combustíveis).



Evolução dos principais capítulos exportados: 2012-2014

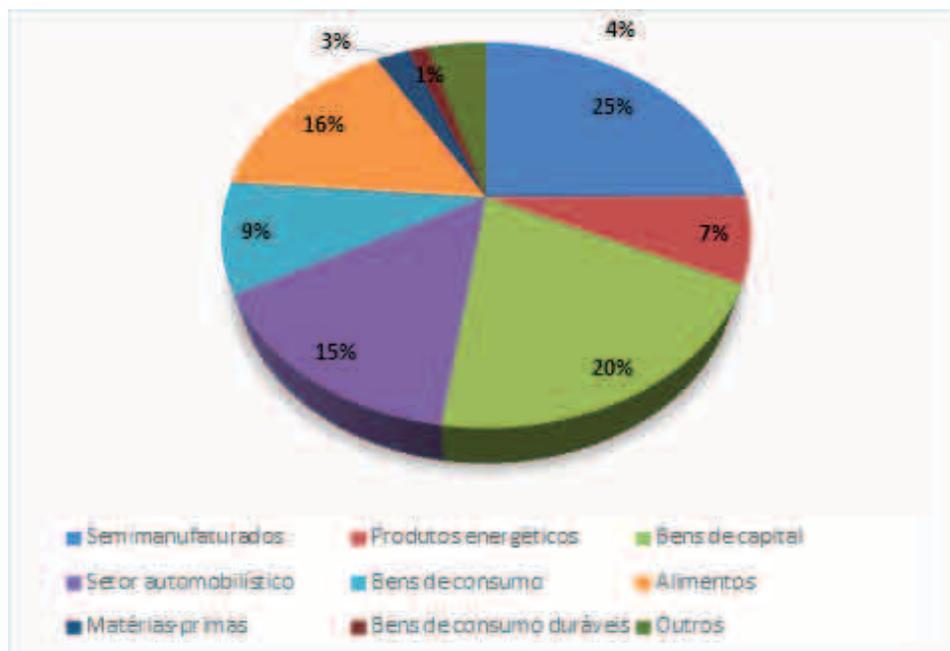
(em US\$ milhões)

CAPÍTULOS	2012	2013	2014	Var. 13-14	2014 % no total
87. Veículos automóveis	42.596	48.370	52.111	7,73%	16,21%
84. Máquinas e aparelhos mecânicos	22.854	26.358	24.573	-6,77%	7,64%
27. Combustíveis	22.027	21.727	23.206	6,80%	7,22%
85. Aparelhos e materiais elétricos	16.431	16.882	17.331	2,66%	5,39%
30. Produtos farmacêuticos	12.748	13.088	12.785	-2,32%	3,98%
99. Conjunt. de outros produtos	12.859	13.100	12.668	-3,30%	3,94%
39. Plásticos e suas obras	10.738	11.533	12.563	8,93%	3,91%
08. Frutas sem conservar	8.255	9.189	9.342	1,67%	2,91%
72. Ferro fundido, ferro e aço	9.548	8.994	9.108	1,27%	2,83%
73. Obras de ferro fundido	7.276	8.284	8.243	-0,49%	2,56%
Subtotal	165.337	177.529	181.935	2,48%	56,59%
Outros produtos	125.489	136.144	139.557	2,51%	43,41%
Total	290.826	313.673	321.492	2,49%	100,00%

Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do ICEX – Estacon

Analisando as exportações do ponto de vista dos setores econômicos, verifica-se o predomínio dos produtos semimanufaturados (25%), dos bens de capital (20%) e dos alimentos (16%). O setor automobilístico, representando 15% da pauta exportadora espanhola, ocupou o quarto lugar.

Principais setores econômicos na exportação em 2014



Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do ICEX – Estacon



IV. RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL-ESPAÑA

1. INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

Evolução recente

O intercâmbio comercial entre Brasil e Espanha, em 2014, foi da ordem de US\$ 7,2 bilhões, redução de 10,8% com relação ao ano anterior e equivalente a 1,58% do total do intercâmbio brasileiro. As exportações alcançaram cerca de US\$ 3,3 bilhões, o que significou uma queda de 8,21% em comparação com o ano anterior. As importações pelo segundo ano consecutivo, foram superiores às exportações (US\$ 3,9 bilhões); ainda que, também registrando uma queda de 12,85% no mesmo período.

Analisando os últimos cinco anos, observa-se, na tabela abaixo, que o ano de 2011 apresentou o melhor resultado para o Brasil, com um superávit de US\$ 1,4 bilhão; enquanto que, em 2014, houve um déficit de US\$ 655 milhões. Tal resultado está relacionado com o aumento continuado das importações brasileiras e, por outro lado, da diminuição das exportações à Espanha, já verificada desde 2011.



Euro, moeda corrente da Espanha.

Foto: LiliGraphie/Shutterstock.com



Intercâmbio comercial Brasil-Espanha, 2010-2014

(US\$ bilhões FOB)

Corrente de Comércio BR-ES	2010	2011	2012	2013	2014
Exportações	3,9	4,7	3,7	3,6	3,2
Δ% ano ant.	46,18%	20,85%	-21,61%	-3,06%	-8,21%
Part. total %	1,93%	1,84%	1,52%	1,48%	1,45%
Importações	2,8	3,3	3,5	4,5	3,9
Δ% ano ant.	41,83%	18,94%	7,31%	26,61%	-12,85%
Part. total %	1,53%	1,46%	1,59%	1,87%	1,71%
Intercâmbio comercial	6,7	8,1	7,2	8,1	7,1
Saldo	1,1	1,4	0,15	-0,9	-0,66

Fonte: MIDC/SECEX

Composição do comércio Brasil-Espanha

As exportações brasileiras estão concentradas em produtos básicos (76%), e as espanholas, em produtos semimanufaturados e manufaturados, ou seja, industrializados (94%).



Comércio bilateral Brasil-Espanha por fator agregado, 2012-2014 (US\$ bilhões FOB)

Exportações						
Setores	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)	2014	Part. (%)
1. Produtos básicos	2,8	76,76%	2,7	76,32%	2,5	76,49%
2. Produtos industrializados	0,842	22,84%	0,798	22,33%	0,705	21,68%
Semimanufaturados	0,295	8,02%	0,246	6,88%	0,221	6,79%
Manufaturados	0,546	14,81%	0,552	15,45%	0,484	14,89%
3. Operações especiais	0,14	0,40%	0,48	1,35%	0,59	1,83%
Total	3,7	100%	3,6	-3,06%	3,2	100,00%
Importações						
Setores	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)	2014	Part. (%)
1. Produtos básicos	0,162	4,58%	0,156	3,49%	0,226	5,80%
2. Produtos industrializados	3,4	95,42%	4,3	96,51%	3,7	94,20%
Semimanufaturados	0,143	4,05%	0,198	4,43%	0,160	4,10%
Manufaturados	3,2	91,37%	4,1	92,08%	3,5	90,10%
3. Operações especiais	-		-		-	
Total	3,5	100,00%	4,5	100,00%	3,9	100,00%

Fonte: MIDC/SECEX

Analisando os dez principais produtos comprados pela Espanha do Brasil em 2014, tem-se, em primeiro lugar, uma commodity agrícola (soja) com 33% do total. Na segunda e terceira posições, bastante atrás, estão os minérios (especialmente de ferro) e os combustíveis (com predominância do óleo bruto), representando 13% e 10%, respectivamente.



Evolução dos 10 principais produtos exportados para a Espanha, 2012-2014

(US\$ milhões, FOB)

Produtos	2012		2013		2014	
	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total
Soja em grãos e sementes	1.134	31,0	1.061	29,9	1.074	33,0
Minérios	536	14,6	391	11,0	410	12,6
Combustíveis	432	11,8	535	15,1	329	10,1
Farelo de soja	169	4,6	116	3,3	241	7,4
Café, chá, mate e especiarias	151	4,1	132	3,7	183	5,6
Pasta de madeira	100	2,7	80	2,3	103	3,2
Carnes	86	2,3	101	2,8	94	2,9
Plásticos	88	2,4	89	2,5	91	2,8
Frutas	64	1,7	72	2,0	73	2,2
Ferro e aço	63	1,7	47	1,3	69	2,1
Subtotal	2.823	77,1	2.624	74,0	2.667	81,9
Outros produtos	840	22,9	922	26,0	588	18,1
Total	3.663	100,0	3.546	100,0	3.255	100,0

Fonte: MIDC/SECEX

Do lado das compras brasileiras à Espanha, destacam-se as importações de combustíveis, representando 14% do total. No segundo lugar, vêm máquinas mecânicas, com quase 13%. Os produtos químicos orgânicos, na terceira posição, respondem por 6,4%.



Composição das importações brasileiras originárias da Espanha, 2012-2014

(US\$ milhões, FOB)

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	145	4,1	902	20,1	547	14,0
Máquinas mecânicas	545	15,4	655	14,6	489	12,5
Químicos orgânicos	233	6,6	242	5,4	250	6,4
Automóveis	210	5,9	186	4,1	225	5,8
Máquinas elétricas	340	9,6	318	7,1	225	5,8
Plásticos	151	4,3	170	3,8	189	4,8
Obras de ferro ou aço	185	5,2	246	5,5	142	3,6
Farmacêuticos	137	3,9	140	3,1	135	3,5
Químicos inorgânicos	121	3,4	120	2,7	129	3,3
Subtotal	2.067	58	2.979	66	2.331	60
Outros produtos	1.476	42	1.508	34	1.579	40
Total	3.543	100,0	4.487	100,0	3.910	100,0

Fonte: MIDC/SECEX

Com respeito ao peso das Comunidades Autônomas na balança comercial com o Brasil, destaca-se a Catalunha, que responde por 24% do total das exportações espanholas, e absorve 34% das importações provenientes do Brasil. A continuação, levando em consideração apenas as importações espanholas, estava em 2014 a Galícia, com 14% de participação no total.



Comunidades Autônomas na balança comercial com o Brasil, 2012-2014 (US\$ milhões)

Comunidades Autônomas	2012		2013		2014	
	EXP %	IMP %	EXP %	IMP %	EXP %	IMP %
Andaluzia	11,16%	10,07%	13,07%	9,60%	9,6%	8,3%
Aragón	2,27%	0,27%	2,87%	0,26%	3,8%	0,5%
Astúrias (Principado de)	4,34%	12,06%	2,78%	10,52%	3,8%	10,0%
Baleares (Ilhas)	0,07%	0,02%	0,02%	0,02%	0,0%	0,0%
Canárias (Ilhas)	0,45%	3,32%	0,18%	5,77%	0,4%	3,7%
Cantábria	2,79%	0,20%	1,66%	0,03%	2,0%	0,3%
Castilla y León	3,79%	1,24%	3,02%	1,00%	4,7%	0,7%
Castilla-La Mancha	1,14%	0,24%	0,99%	0,30%	1,1%	0,3%
Catalunha	30,40%	35,16%	23,28%	28,26%	24,2%	34,1%
Ceuta	0,00%	0,00%	0,00%	0,19%	0,0%	0,2%
Comunidade Valenciana	5,80%	7,84%	11,81%	10,58%	8,9%	11,0%
Extremadura	0,94%	0,02%	0,69%	0,03%	0,8%	0,1%
Galícia	5,94%	1,65%	5,53%	3,80%	2,8%	14,0%
Madri (Comunidade de)	10,39%	8,17%	10,56%	8,88%	14,3%	9,9%
Melilla	0,00%	0,00%	0,00%	0,28%	0,0%	0,2%
Murcia (Região de)	3,15%	12,40%	8,90%	12,82%	4,8%	10,1%
Navarra (Comunidade Foral de)	3,43%	0,75%	2,62%	0,30%	4,9%	0,6%
País Basco	12,91%	1,20%	11,39%	2,00%	13,5%	2,2%
Rioja (La)	0,81%	0,42%	0,52%	0,60%	0,3%	0,4%
Sem determinar	0,22%	4,96%	0,12%	4,78%	0,1%	4,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do ICEX – Estacon



2. INVESTIMENTOS BILATERAIS

Investimentos espanhóis no Brasil

A Espanha ocupa o segundo lugar entre os maiores investidores finais no Brasil, com um estoque total de cerca de US\$ 80 bilhões. O Brasil, depois do Reino Unido, é o principal destino dos seus investimentos diretos. Já estão instaladas no País praticamente todas as grandes corporações espanholas cotadas em bolsa (IBEX 35), englobando quase todos os setores da economia brasileira. E essa aposta tem sido mais que recompensada. Segundo dados financeiros publicados pelas próprias companhias, o Brasil já representa uma parcela significativa nos seus faturamentos.

O Brasil, durante o primeiro semestre de 2015, representou: 28% do EBITDA global do Banco Santander; 27% da Indra (percentual para toda a América Latina; a sede regional da empresa está localizada no País); 24% da Telefónica; 23% da Mapfre; 22% da Sacyr Vallehermoso, 17% do Dia; 14% da Abertis; 10% da CIE Automotive; 9% da Iberdrola; 6% da Gas Natural Fenosa; e 2% da Repsol (inclui o mercado norte-americano).

O mercado brasileiro já é a segunda fonte de faturamento para a Telefónica, atrás apenas da Espanha (de acordo com o ritmo de crescimento em ambos os países nos últimos meses, estima-se que o Brasil tenha superado a Espanha no segundo semestre 2015), Indra, Mapfre e Dia. E o segundo para o Santander (depois do Reino Unido) e para a Abertis (depois da França). De acordo com dados do último Censo de IED publicado pelo Banco Central do Brasil, em 2013 (com dados consolidados até 2011), as 971 empresas espanholas instaladas no Brasil, possuem um estoque de capital investido de mais de US\$ 77 bilhões no País (13% do total). Esse montante, ainda que tenha havido uma retração de quase 10% em comparação com o acumulado de 2010, é superado apenas pelos investimentos diretos provenientes dos Estados Unidos, que correspondem a um estoque de US\$ 115 bilhões (19% do total) e que, por seu turno, aumentaram 5% em relação ao ano anterior.



Distribuição do estoque de IED no Brasil, 2010-2011

(US\$ milhões)

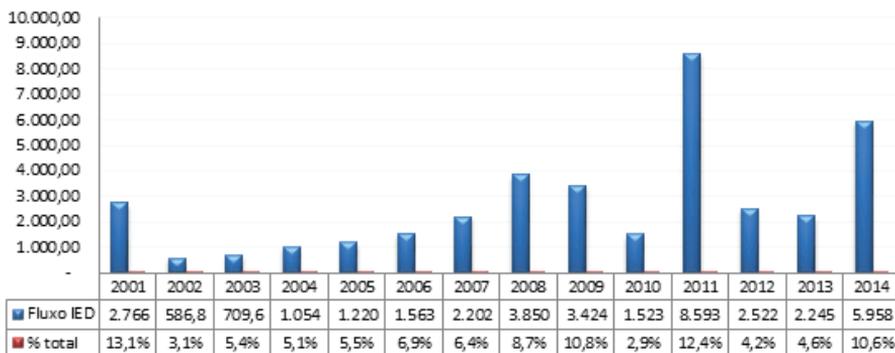
Países	2010		2011		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
Estados Unidos	109 700	18,7	115 341	19,6	4,8
Espanha	85 421	14,5	77 059	13,1	-9,6
Bélgica	50 342	8,6	54 852	9,3	8,1
Reino Unido	41 635	7,1	41 772	7,1	-
Brasil	46 237	7,9	35 673	6,1	-22,7
França	30 674	5,2	35 538	6,0	15,3
Japão	29 004	4,9	33 132	5,6	14,2
Alemanha	30 350	5,2	24 439	4,1	-21,1
Itália	18 235	3,1	21 707	3,7	19,3
Canadá	14 443	2,5	14 702	2,5	-
Subtotal	456 041	78,0	454 215	77,0	4,8
Total	587 209	100,0	589 190	100,0	-9,6

Fonte: Banco Central do Brasil (Censos de Capital Estrangeiro no País). Dados do investidor final

Em relação ao fluxo do investimento espanhol, o gráfico abaixo demonstra uma aposta constante no Brasil, ainda que na década anterior tenha entrado mais capital devido ao processo de privatizações. A partir de 2009, com a crise financeira nos mercados internacionais, o volume de capital começa a cair, para reagir em 2011, quando se registra a maior entrada de investimentos desde 2008. Em 2014, os investimentos espanhóis no País alcançaram cerca de US\$ 6 bilhões (incremento de 165% em comparação com 2013), ocupando o quarto lugar no ranking, com uma participação de 11% no total do fluxo de IDE daquele ano.



Evolução do ID espanhol no Brasil e % no total, 2001-2014 (US\$ milhões)



Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do Banco Central do Brasil

No que tange aos setores de destino desse capital, e nesse caso considerando o estoque de investimento, a área financeira se destaca, com 37%. O setor das TIC, na segunda posição, recebeu 30%. Já o setor industrial atraiu quase 20%, ocupando o terceiro lugar no ranking.

Brasil: distribuição do estoque do ID espanhol Critério do investidor final em 2011 por ramos de atividade (US\$ milhões)

Seção - CNAE	Valor	% no total
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	4	0,01%
B - Indústrias Extrativas	10.931	14,19%
C - Indústrias de Transformação	3.495	4,54%
D - Eletricidade e Gás	6.315	8,20%
F - Construção	2.368	3,07%
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	669	0,87%
H - Transporte, Armazenagem e Correio	322	0,42%
I - Alojamento e Alimentação	271	0,35%



J - Informação e Comunicação	22.740	29,51%
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	28.487	36,97%
L - Atividades Imobiliárias	472	0,61%
Outros ^{3/}	987	1,28%
Total país	77.059	100,00%

Fonte: Banco Central do Brasil (Censos de Capital Estrangeiros no País. (2011)

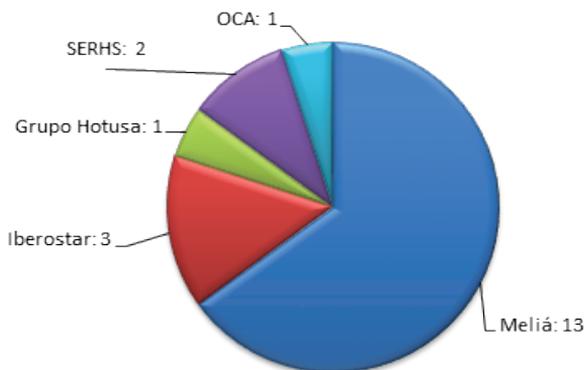
O investimento espanhol no Brasil distingue-se daquele ocorrido em outros países (em particular da América Latina) pelo fato de esses investimentos terem sido realizados, em sua quase totalidade, a partir do final da década de noventa. Em 1995, o estoque de investimento espanhol no País limitava-se a US\$ 251 milhões. Na primeira metade daquela década, os destinos preferenciais na América Latina eram a Argentina, o Chile e a Venezuela. Com a estabilização da economia brasileira e o programa de privatizações, o Brasil tornou-se o principal receptor de fundos na região, recebendo 38% dos fluxos espanhóis entre 1996 e 2001.

No que diz respeito ao setor turístico e, segundo dados da Hosteltur referentes a 2015, estão presentes no Brasil cinco cadeias hoteleiras espanholas, com um total de 20 hotéis.



Cadeias hoteleiras no Brasil, 2015

(unidades de estabelecimentos)



Fonte: HOSTELTUR

Investimentos brasileiros na Espanha

Embora haja forte presença dos investimentos espanhóis no Brasil, ainda é relativamente pequena a presença de empresas brasileiras na Espanha. Considerando o estoque da cifra de negócio (incluindo as operações ETVE) disponibilizado pelas estatísticas espanholas que vão até 2013, o Brasil acumula um investimento de € 5,7 bilhões na Espanha (0,21% do total), cifra que o posiciona no 26º lugar entre os principais investidores estrangeiros no país, sendo o segundo país latino-americano, depois do México. Considerando o estoque durante o mesmo período, porém sem

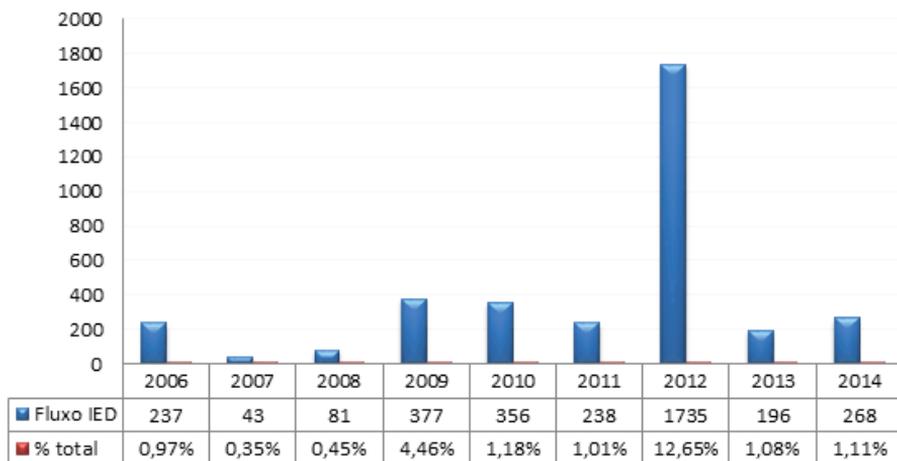
as operações das ETVE, o montante se reduz para € 4,6 bilhões, situando o Brasil no 12º lugar.

Duas operações merecem destaque: a compra, em novembro de 2005, pelo grupo Gerdau, de 80% das ações do líder espanhol de aços especiais, Sidenor; e, em 2006, a fusão entre a espanhola Tavex e a Santista Têxtil, dando origem à empresa líder mundial na fabricação de tecidos Denim, com faturamento superior aos US\$ 500 milhões ao ano. Essa última, no entanto, foi adquirida, em fevereiro de 2015, pelo Grupo alemão Aurelius. A Espanha tem ganhado importância



como mercado alvo dos investimentos brasileiros no exterior. Somando-se os fluxos de investimento entre 2006 e 2014, de acordo com os dados do BACEN, a Espanha figura como o 13º país de destino do ID brasileiro, com um total de US\$ 3,5 bilhões. Observa-se no gráfico abaixo que o ano de 2012 registrou a maior saída de capital para a Espanha, US\$ 1,7 bilhão, cifra superada apenas por investimentos realizados nos Estados Unidos, US\$ 1,8 bilhão.

Evolução do investimento direto brasileiro na Espanha e % no total, 2006-2014 - (US\$ milhões)



Fonte: Elaboração SECOM com base nos dados do Banco Central do Brasil

O Setor Comercial da Embaixada tem conhecimento de dez grandes empresas brasileiras atuando em diversos setores na Espanha, com uma predominância do setor de tecnologia (WEG, STEFANINI, MICROMAR), siderurgia (GERDAU) e cimento (VOTORANTIM). Estão presentes também: Banco do Brasil, Banco Itaú (somente sua área corporativa), Mondial, Alpargatas e BRF Iberia Alimentos.

A Espanha busca atrair investimentos brasileiros apresentando-se como plataforma logística para entrada e distribuição na Europa e no Norte da África de produtos brasileiros.



Autorização de residência por atividade de investimento

A Lei 14/2013 e a Lei 25/2015, de 28 de julho de 2015¹¹ criaram na Espanha a possibilidade de obter Autorização de Residência para investidores estrangeiros.

O investimento pode destinar-se a cinco tipos de ativos, respeitando sempre a quantidade mínima a investir que se requer em cada caso:

1. Aquisição de um ou vários imóveis por um valor de pelo menos € 500 mil. Essa quantia não pode estar atrelada a um financiamento que represente uma carga devedora para os referidos imóveis.
2. Investimento de pelo menos € 1 milhão em ações ou participações em sociedades espanholas.
3. Investimento de pelo menos € 1 milhão em depósitos destinados a entidades financeiras localizadas na Espanha.
4. Investimento de pelo menos € 2 milhões em Títulos de Dívida Pública espanhola.
5. Implantação de um projeto

empresarial a ser desenvolvido na Espanha, que seja considerado de interesse geral para o país.

O investimento pode ser realizado através de sociedades, desde que se cumpram as seguintes condições:

1. O investidor em questão tenha, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto na sociedade, e tenha a capacidade de nomear e destituir a maioria de seus Administradores.
2. A sociedade não pode estar domiciliada em um paraíso fiscal.

Em princípio, o investimento dá direito a uma Autorização de Residência durante um ano. No caso de que esse investimento seja mantido, a autorização é ampliada por mais um ano. Posteriormente, pode-se solicitar uma prorrogação a cada dois anos. O investidor poderá obter Autorização de Residência também para seu cônjuge, filhos menores de 18 anos e filhos maiores dependentes. Em geral, a obtenção dessa Autorização de Residência não constitui uma residência fiscal.

Ademais do investimento realizado, deverão ser cumpridos outros requisitos relevantes para a obtenção da Autorização de Residência:

¹¹ Guarrigues detalhe essa modificação no seu site: http://www.garrigues.com/sites/default/files/documents/comentario-real-estate-1-2015_0.pdf



1. O investimento deverá ser realizado, como máximo, nos 60 dias anteriores à solicitação da Autorização de Residência.
2. Contratar um seguro de saúde na Espanha.
3. Demonstrar recursos econômicos suficientes para a manutenção do solicitante e da sua família durante o período de residência na Espanha.
4. Viajar, pelo menos, uma vez ao ano à Espanha.
5. Cumprir com as obrigações tributárias e de Seguridad Social locais, quando cabível.



Foto: Romas_Photo/Shutterstock.com

Vista da praia em Palma de Maiorca.



3. PRINCIPAIS ACORDOS ECONÔMICOS COM O BRASIL

De acordo com o Ministério de Relações Exteriores (Divisão de Atos Internacionais) atualmente estão vigentes seis acordos bilaterais entre Brasil e Espanha que guardam relação com o comércio exterior. A tabela a seguir apresenta os mais relevantes. Cabe destacar que também se aplicam à Espanha todos os acordos existentes entre o Brasil e a UE.

Principais Acordos Bilaterais entre Brasil-Espanha na área comercial

Acordos	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Convênio de Defesa Fitossanitária	12/04/1984	14/12/1990	Vigente
Convênio Zootécnico sanitário para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal	12/04/1984	26/02/1986	Vigente
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	03/12/1975	Vigente

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE)



Linhas de crédito de bancos brasileiros

O sistema de apoio oficial às exportações brasileiras disponibiliza, atualmente, os seguintes mecanismos de financiamento e garantia:

Linhas de crédito de bancos brasileiros

Programas	Descrição	Destinatários	Vantagens
ACC/ACE	<p>Antecipação de recursos ao exportador (em Reais) está disponível em duas modalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ACC – “Adiantamento sobre Contrato de Câmbio”: por conta de uma exportação a ser realizada no futuro; • ACE – “Adiantamento sobre Cambiais Entregues”: mediante a transferência para o Banco do Brasil dos direitos sobre a venda a prazo. Disponibilização após o embarque da mercadoria para o exterior. 	Exportadores ou produtores rurais cujos negócios no exterior precisem de capital de giro e/ou recursos para financiamento das fases de produção (ACC) ou de comercialização (ACE).	<ul style="list-style-type: none"> • Adiantamento: até 100% do valor da exportação; <ul style="list-style-type: none"> • Taxas de juro internacionais; • Prazo de pagamento: até 750 dias nas fases pré-embarque (ACC) e pós-embarque (ACE); • Capital de giro: até 360 dias antes do embarque do bem exportado (ACC); • Possibilidade de venda ao exterior a prazo com recebimento à vista; <ul style="list-style-type: none"> • Isenção do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF; • Possibilidade de contratação via Internet – ACC/ACE Automático.
BNDDES – Exim	Financiamento, através do BNDDES, à exportação (pós-embarque) e à produção para exportação (pré-embarque).	Exportadores de bens/ serviços e importadores de produtos brasileiros.	<ul style="list-style-type: none"> • Para o exportador: participação de 100% do valor da exportação; • Prazo: até 12 anos para pagamento na modalidade pós-embarque; até 36 meses no pré-embarque, de acordo com a mercadoria/serviço; <ul style="list-style-type: none"> • Para o importador: possibilidade de realizar suas importações sem pagamento imediato; além das taxas de juros bastante atrativas; • Possibilidade de venda a prazo com recebimento à vista.



<p>PROEX Financiamento</p>	<p>É o instrumento público mais importante de apoio às exportações brasileiras de bens/serviço, cujo objetivo é conceder às exportações condições equivalentes às do mercado internacional.</p> <p>Disponível em duas modalidades operacionais: financiamento e equalização. Financiamento direto ao exportador brasileiro ou importador. Fonte de financiamento: Tesouro Nacional.</p>	<p>Vocacionado para as micro, pequenas e médias empresas brasileiras exportadoras de bens e serviços (com faturamento bruto anual até R\$ 600 milhões).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento: até 100% do valor da exportação para os financiamentos com prazo até dois anos; até 85% do valor da exportação nos restantes casos; <ul style="list-style-type: none"> • Taxas de juros internacionais; • Prazo: 60 dias a 10 anos, em função do valor da mercadoria ou complexidade do serviço prestado; • Pagamentos semestrais, iguais e consecutivos; • Não há limite mínimo de valor ou de quantidade de mercadoria por operação ou embarque; <ul style="list-style-type: none"> • Garantias: aval, carta de crédito de instituição financeira de primeira linha, fiança ou seguro de crédito à exportação.
<p>PROEX Equalização</p>	<p>Financiamento à exportação brasileira por instituições financeiras estabelecidas, quer no Brasil quer no exterior. Os encargos financeiros são parcialmente assumidos pelo PROEX, tornando as taxas de juros equivalentes às praticadas internacionalmente.</p>	<p>Empresas brasileiras exportadoras de bens e serviços, de qualquer dimensão. O beneficiário do mecanismo de equalização é a instituição financeira financiadora.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Equalização: até 85% do valor da exportação; • As características do financiamento (prazo, percentual equalizáveis, taxa de juro e garantias) podem ser livremente acordadas entre as partes. Podem ser diferentes das condições de equalização; <ul style="list-style-type: none"> • Prazo: 60 dias a 10 anos, em função do valor da mercadoria ou complexidade do serviço prestado; • O pagamento ao financiador ocorre por intermédio da emissão de Notas do Tesouro Nacional, da Série I (NTN-I).



Proger Exportação	Financiamento à produção de bens vocacionados para exportação e despesas diretamente ligadas à promoção (participação em feiras no Brasil e no exterior).	Micro e pequenas empresas exportadoras brasileiras, clientes do Banco do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento (em moeda nacional - R\$): até R\$ 250 mil por operação; • Prazo: até 12 meses antes do embarque dos bens (carência até 6 meses); • Ausência de risco cambial; • Possibilidade de acesso aos principais eventos em todo o mundo; • Tarifas e custos reduzidos.
Seguro de Crédito à Exportação	<p>Tem a finalidade de garantir as operações de crédito à exportação que possam afetar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a produção de bens para a exportação brasileira (e a prestação de serviços associados); • as exportações brasileiras de bens e serviços. 	<p>Exportadores e instituições financeiras que financiem ou refinanciem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a produção de bens para a exportação brasileira (e a prestação de serviços associados); • as exportações brasileiras de bens e serviços. 	Garantia contra riscos comerciais, políticos e extraordinários.

Fonte: Como Exportar Portugal, 2013

Matriz de oportunidades: principais produtos importados pela Espanha

Com a retomada do crescimento econômico na Espanha e o aumento continuado das importações, observam-se oportunidades de mercado para o exportador brasileiro, mesmo não sendo mais o Brasil parte integrante do SGP.

O SECOM - Madri, através de um estudo das importações espanholas procedentes de todo o mundo, entre 2007 e 2012, encontrou 161 produtos dinâmicos¹³, ou seja, produtos que registram crescimento contínuo nas suas respectivas importações.

¹³ Metodologia desenvolvida pelo Radar Comercial do MIDC.



Com o objetivo de atingir fundamentalmente o pequeno e médio exportador brasileiro, a tabela abaixo ilustra apenas alguns desses produtos, excluindo, por exemplo, commodities que já sejam exportadas em grandes quantidades por importantes exportadores brasileiros. A relação completa pode ser adquirida solicitando-a ao SECOM-Madri pelo e-mail: secom.madrid@itamaraty.gov.br

Matriz de oportunidades: importações espanholas crescentes em tempos de crise, 2007-2012 (em € milhões)

TARIC/NCM	Média	CMA*
630491 - Outros artefatos têxteis de malha	28,9	49,3%
180320 - Pasta de cacau	81,4	41,0%
610443 - Vestidos de malha	58,1	27,1%
230310 - Resíduos da indústria alimentícia	21,9	26,0%
160231 - Outras preparações de peru	37,1	22,0%
890392 - Barcos a motor	580,4	21,8%
620443 - Vestidos de fibra sintética	136,9	21,8%
847050 - Caixas registradoras	51,3	21,3%
620640 - Blusas fibra sintética p/ mulher	122,7	21,1%
490300 - Álbuns ou livros para crianças	23,7	19,9%
380894 - Desinfetantes	28,1	19,6%
902131 - Próteses articulares	99,6	17,9%
040900 - Mel natural	28,4	17,2%
090411 - Pimenta, sem triturar	23,1	16,9%
293628 - Vitamina e seus derivados	29,3	16,9%
621050 - Outro vestuário de uso feminino	83,9	16,0%
300210 - Antissoros	1.154,1	16,0%
190110 - Preparações para alimentação de crianças	85,3	16,0%
901920 - Aparelhos respiratórios de reanimação	65,5	15,6%
902140 - Aparelhos p/ audição	38,1	14,6%
852352 - Cartões inteligentes	49,3	14,6%
080550 - Limões	45,2	13,4%
380892 - Fungicidas	141,1	13,1%



340111 - Sabão	26,7	12,8%
080450 - Goiabas, mangas	24,4	12,4%
731210 - Cordas e cabos	167,3	12,3%
640411 - Calçados para esporte	126,1	11,5%
100510 – Milho para sementeira	65,6	11,4%
294110 - Penicilinas e seus derivados	30,2	11,4%
480640 - Papel cristal e outros papéis	43,3	11,3%
902150 - Marca-passos cardíacos	121,4	11,0%
071010 - Batatas congeladas	71,6	10,8%
871200 - Bicicletas e outros ciclos	197,9	10,3%
380891 – Inseticidas	141,9	10,1%
901420 - Instrumentos para navegação	35,6	10,0%

Fonte: Elaboração SECOM a partir de dados da Secretaria de Comércio. * Crescimento médio anual

Os principais fornecedores à Espanha desses produtos e seus respectivos Impostos de Importação (I.I.) podem ser consultados nos seguintes links:

Estatísticas de comércio exterior:

<http://aduanas.cameras.org/>

União Aduaneira:

http://ec.europa.eu/taxation_customs/dds2/taric/taric_consultation.jsp?Lang=es

De modo geral, os países europeus estão entre os principais fornecedores à Espanha, especialmente a Alemanha, que representa 12% do total das importações do país. China e Estados Unidos também ocupam lugar destacado. O Brasil, por seu turno, está na 18ª posição com participação de 1,1% no total das importações.



V. ACESSO AO MERCADO

1. SISTEMA TARIFÁRIO

Estrutura da tarifa de importação

A Espanha, como membro da UE, utiliza a Nomenclatura Combinada – NC, baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, que regulamenta as importações originárias de terceiros países.

A Tarifa Externa Comum (TEC) disponibiliza a nomenclatura e o conjunto de direitos de importação aplicados por todos os países-membros da UE às importações originárias de terceiros países. A TEC compreende 21 seções e 99 capítulos abrangendo em torno de 15 mil itens numéricos, formados por 6 dígitos do Sistema Harmonizado e por mais 2 definidos pela UE em função das suas necessidades estatísticas e tarifárias. A TEC é dividida em duas grandes categorias: produtos agrícolas (Capítulos 01 a 24) e produtos industrializados (Capítulos 25 a 96).

Devido a sua complexidade e à baixa frequência de atualização, o acesso on line à TEC é restrito

aos profissionais. Empresários brasileiros interessados poderão obter informações mais detalhadas na TARIC – Tarif Intégré de la Communauté. Trata-se da tarifa integrada da comunidade e é um instrumento criado concomitantemente à Nomenclatura Combinada (NC) pelo Regulamento 2658/87 (art. 2). A TARIC contém a legislação comunitária tal qual publicada no Jornal Oficial da UE (JO) e constitui um instrumento de informação de uso corrente, mas não tem estatuto jurídico próprio. A TARIC tem por objetivo indicar as disposições regulamentares aplicáveis a determinado produto quando importado para o território aduaneiro da EU, e inclui as disposições do Sistema Harmonizado (SH) e as contidas na regulamentação comunitária específica, tais como suspensões, contingentes, cotas e preferências.

Os direitos aduaneiros previstos na TEC são, na grande maioria dos casos, estabelecidos com base ad valorem sobre o valor CIF da mercadoria. Os direitos específicos, expressos em valores predeterminados por unidades de volume, aplicam-se sobre alguns



Foto: Looks/Shutterstock.com

Vista da cidade medieval de Toledo - Espanha.



produtos, como por exemplo produtos agrícolas e bebidas. Em alguns casos pode haver, além dos direitos ad valorem e direitos específicos, direitos adicionais aplicáveis, por exemplo, a produtos cujos preços de entrada no mercado comunitário sejam inferiores aos fixados pela UE. A TEC prevê também direitos adicionais para produtos que contenham açúcar e farinha, e direitos sazonais para proteger produtos europeus, tais como frutas e vegetais durante a estação de colheita na UE.

Os impostos e taxas a serem recolhidos são os seguintes:

Direitos aduaneiros (Imposto de importação): varia em função do produto, entre 0% e 26%.

No caso específico da Espanha, incide também nas importações o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado). Esse imposto indireto é aplicado em três níveis:

1. IVA “geral” de 21%: aplicado em todas as transações que envolvem bens e serviços para as quais não existe regulamentação especial;
2. IVA “reduzido” de 10%: aplicado basicamente a alguns produtos

alimentícios, a produtos sanitários, no transporte de passageiros, na maioria de serviços de hotelaria e na construção de novas residências;

3. IVA “super-reduzido” de 4%: aplicado aos bens de primeira necessidade, como verduras, leite, pão, fruta, livros, jornais e especialidades farmacêuticas.

A TARIC é publicada anualmente e atualizada frequentemente. Pode ser consultada no banco de dados da UE e do MINECO:

- [http://ec.europa.eu/taxation_ customs/dds2/taric/taric_ consultation.jsp?Lang=es&redirectio nDate=20101129](http://ec.europa.eu/taxation_customs/dds2/taric/taric_consultation.jsp?Lang=es&redirectio nDate=20101129)
- <http://madb.europa.eu/madb/ euTariffs.htm>
- <http://www.comercio.mineco.gob. es/es-ES/comercio-exterior/politica- comercial/medidas-arancelarias/ Paginas/suspensiones-contingentes- arancelarios.aspx>

Sistema Geral de Preferências - SGP

O Sistema Geral de Preferências (SGP) foi idealizado no âmbito da UNCTAD -Conferência das Nações Unidas para o Comércio



e Desenvolvimento- para que mercadorias de países em desenvolvimento pudessem ter um acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos, em bases não recíprocas, superando-se, dessa forma, o problema da deterioração dos termos de troca e facilitando o avanço dos países beneficiados nas etapas no processo de desenvolvimento.

http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/march/tradoc_116449.pdf

Por meio do SGP, certos produtos, originários e procedentes de países beneficiários em desenvolvimento (PD) e de menor desenvolvimento (PMD), recebem tratamento tarifário preferencial (redução da tarifa alfandegária) nos mercados dos países outorgantes desse programa: UE (27 Estados Membros), Estados Unidos (inclusive Porto Rico), União Aduaneira da Eurásia (Cazaquistão, Rússia e Belarus), Suíça, Japão, Turquia, Canadá, Noruega, Nova Zelândia, e Austrália (esse último concede o benefício apenas aos PMD do Pacífico Sul).

O Brasil, desde 1º de janeiro de 2014, deixou de ser considerado um país

em desenvolvimento pela UE, e já não faz parte do SGP. A decisão foi confirmada no final de outubro de 2013, com a publicação da lista de países que não poderiam mais recorrer ao benefício.

Outras taxas e gravames à importação

- Direitos específicos: são tributos que incidem sobre produtos que a UE visa a proteger, conforme Regulamento de Salvaguardas nº 3285/94 de 01/01/95;
- Medidas compensatórias: são taxas adicionais, cuja imposição resulta de investigação das autoridades comunitárias sobre mercadorias que recebem subsídios no país de origem (Regulamento nº 3284/94 de 30/06/94, emendado pelo Regulamento 2026/97 de 21/10/97);
- Direitos anti-dumping: trata-se de taxa adicional de importação aplicada a mercadorias importadas a preços inferiores ao praticado no mercado doméstico exportador. De acordo com determinação das autoridades comunitárias, essa medida é regida pelo Regulamento EC 384/96. Os setores mais afetados têm sido os de ferro, aço, eletrônicos e químico;
- Direitos adicionais: são taxas que incidem sobre mercadorias que



requerem uma tarifa adicional ao valor já aplicado. Esses tributos são consequência da aplicação da Política Agrícola Comunitária. Aplicam-se atualmente para o açúcar, o melaço de cana, a carne de ave de capoeira, os ovos e a ovalbumina (OVA).

2. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO EXTERIOR

Política geral

Na condição de membro da Organização Mundial do Comércio, a UE adota a regra da “livre importação” em seu regime comum de importação. Segundo essa regra, a UE fomenta políticas comerciais liberais para facilitar a circulação de mercadorias e serviços por suas fronteiras, aplicando os princípios da consolidação dos direitos aduaneiros e da não discriminação entre parceiros comerciais.

O regime comum é aplicável às importações do Regulamento (CE) nº 260/2009 do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que revogou o Regulamento (CE) nº 3285/94 do Conselho, de 22 de dezembro de 1994.

Apesar do caráter geral do princípio

de livre circulação aplicado na UE, as importações de algumas mercadorias são, em razão de seu caráter sensível, submetidas a restrições de importação ou estritamente proibidas. A alfândega, em colaboração com outros órgãos administrativos, está encarregada da aplicação dos regulamentos nacionais e internacionais restritivos.

A importação de alguns produtos pode ser alvo de controle comunitário, por decisão do Conselho ou da Comissão Europeia, sempre que esses organismos considerem que a evolução das importações de um determinado produto represente uma ameaça aos produtores comunitários de produtos similares ou competidores. A vigilância pode consistir tanto em um controle a priori, quanto a posteriori (vigilância estatística). Para importar estes produtos dentro da UE, o comprador deverá possuir o documento comunitário de vigilância. Essas medidas de defesa comerciais são também reguladas por diretrizes publicadas no JOCE¹⁴.

¹⁴ Para maiores informações acessar a página oficial da UE: http://europa.eu/legislation_summaries/external_trade/r11002_es.htm



Medidas antidumping

O Regulamento (CE) nº 1225/2009 do Conselho, de 30 de novembro de 2009, tem como objetivo a defesa contra as importações objeto de dumping por parte de países não membros da Comunidade Europeia. Uma medida antidumping permanece em vigor apenas enquanto for necessária para combater o dumping que causa o prejuízo. A duração dos direitos termina cinco anos após a sua instituição ou cinco anos a contar da data de conclusão do reexame das medidas mais recentes. Esse reexame terá lugar quer por iniciativa da Comissão, quer a pedido dos produtores da UE. Os direitos mantêm-se em vigor durante o reexame.

A aplicação dessas medidas, contudo, só é possível se estiverem reunidas três condições:

- O produto for vendido a preço de exportação inferior ao seu valor normal, isto é, a preço inferior ao preço praticado no mercado do país exportador relativamente a produto similar;
- As importações objeto de dumping causarem ou ameaçarem

causar prejuízo importante no ramo de produção nacional do país importador; e

- A existência claramente estabelecida denexo de causalidade entre as importações objeto de dumping e o prejuízo importante causado ao ramo de produção em questão.

Existem alguns produtos brasileiros aos quais, atualmente, se aplica essa medida, tais como:

- Películas de poli (tereftalato de etileno);
- Folhas e tiras, delgadas, de alumínio com espessura igual ou superior a 0,008 mm, mas não superior a 0,018 mm, sem suporte, simplesmente laminadas, em grandes bobinas de largura não superior a 650 mm e com peso superior a 10 quilogramas.

Medidas compensatórias

O Regulamento (CE) nº 597/2009¹⁵, que trata das disposições do acordo sobre subsídios e suas medidas compensatórias, enuncia os

¹⁵ Acesso o Regulamento: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2009/july/tradoc_144131.codified-version.pt.L188-2009.pdf



critérios que permitem determinar se uma subvenção é concedida especificamente a uma empresa, a uma indústria ou a um grupo de empresas ou indústrias (Artigo 4º, parágrafo II).

O acordo prevê medidas corretivas, mediante direitos compensatórios, que se manterão em vigor durante o período e na medida do necessário para neutralizar as subvenções que estão a causar prejuízo (Artigo 17º).

Medidas de salvaguarda

O Acordo sobre as Medidas de Salvaguarda estabelece as regras para a aplicação dessas medidas previstas no artigo XIX do Acordo Geral de Tarifas e Comércio 1994 (GATT 1994). O referido artigo permite que os membros da OMC possam tomar medida de salvaguarda numa base não-discriminatória para limitar as importações quando estejam reunidas determinadas condições e para proteger a indústria nacional contra prejuízo grave ou contra ameaça de prejuízo grave causada pelo aumento das importações.

A duração dessas medidas não pode, em princípio, exceder quatro anos e,

em nenhum caso, superar oito anos.

Mercadorias submetidas a restrições, autorização ou formalidades especiais:

- Material de guerra, armas e munições;
- Vegetais e suas preparações: a importação de vegetais está submetida às exigências sanitárias vigentes e somente poderá ser realizada nos postos alfandegários autorizados. São submetidos a controle sanitário e se estiverem de acordo com as exigências fitossanitárias, o certificado deverá ser apresentado na alfândega para o desembarço e deverá acompanhar a mercadoria até o término da operação;
- Animais vivos e produtos animais: animais vivos, produtos de origem animal, oriundos de terceiros países, deverão ser submetidos a controle veterinário nos postos de inspeção nas fronteiras (PIF). O Certificado sanitário (certificado de passagem fronteiriço para os animais vivos, “Anexo B” para os produtos animais) será emitido e deverá ser apresentado na alfândega junto com os outros documentos exigidos;
- Mercadorias submetidas a



autorização ou a restrições particulares, tais como bebidas (alcoólicas ou não), tabaco, obras de metais preciosos, medicamentos, cereais, entre outros.

O exportador brasileiro poderá encontrar na seção do “Export Helpdesk” da UE todas as informações atualizadas sobre o tratamento administrativo e tarifário que recaem sobre seu produto: <http://exporthelp.europa.eu>

Importações proibidas

- Artigos falsificados;
- Objetos de qualquer natureza contendo imagens pornográficas envolvendo menores;
- Amianto ou produtos contendo amianto;
- Produtos contendo substâncias perigosas como sais de chumbo e níquel;
- Vegetais e suas preparações (cascas de árvores, sementes, terras), cuja importação seja proibida na UE;
- Produtos de origem animal, objeto de proibições regulamentares nacionais ou comunitárias, em vigor.

Licenciamento

Estando o despacho aduaneiro de mercadorias condicionado à apresentação de uma Licença de Importação (LI), esta deve ser autorizada pela Dirección General de Comercio Internacional y de Inversiones Secretaria General de Comercio Exterior. Dependendo da categoria do produto, outros Ministérios também estão aptos a emití-las.

Contingenciamentos ou Cotas

A UE pode, eventualmente, aplicar regimes de contingenciamento, preferenciais ou autônomos, para determinados produtos que estejam experimentando escassez de oferta no mercado europeu. Nesses casos, há uma redução ou até nulidade dos direitos aplicados.

Por outro lado, a UE pode TAMBÉM estabelecer cotas máximas de importação para produtos sensíveis. Em ambas as situações o importador deverá obter licença de importação comunitária.

Para acompanhar os produtos contemplados e as condições de



cada um dos regimes, o exportador deve estar atento às publicações do Jornal Oficial da União Europeia, no site da OMC, bem como no endereço eletrônico da UE:

<http://eur-lex.europa.eu/oj/direct-access.html?locale=pt>

http://www.wto.org/spanish/tratop_s/agric_s/negs_bkgrnd10_access_s.htm

http://exporthelp.europa.eu/thdapp/display.htm?page=it%2fit_Contingentes.html&docType=main&languageId=es

Importação via postal

Amostras de pequeno ou nenhum valor comercial (inferiores a € 60 e 20 kg por embalagem, aproximadamente US\$ 70) podem ser importadas com isenção de tarifas aduaneiras e licença de importação. As de valor inferior a € 150 (aproximadamente US\$ 200) passam por um procedimento de desembaraço simplificado, e as demais passam pelo procedimento normal através do preenchimento do DUA (Documento Único Administrativo).

Para maiores informações sobre os

trâmites aduaneiros, acessar a página web dos Correios:

<http://www.correos.es/contenido/02E-EnviarPaq/03-PaqInternacional/02E03-adtpostales.asp>

Bens destinados a feiras e exposições

Materiais destinados a feiras e exposições poderão entrar no país em caráter temporário. Para tanto, é necessário solicitar autorização prévia junto à alfândega e realizar um depósito-caução correspondente ao valor dos direitos que incidem sobre a mercadoria em questão. No momento da saída da mercadoria, dentro do prazo estipulado, o depósito será devolvido.

SISCOMEX

O cadastro no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) é indispensável para que uma empresa inicie seu processo de expansão internacional. A Receita Federal é o órgão responsável pelo sistema. Consulte a página web para mais informação:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Siscomex/siscomex.htm>



Regulamentação Específica

Medidas fitossanitárias

São impostas medidas fitossanitárias, nomeadamente no que diz respeito à regulamentação sanitária (produtos de origem animal e vegetal) e técnica (normas de segurança, qualidade e práticas comerciais). O objetivo dessas medidas é evitar a propagação de organismos nocivos para as plantas ou produtos vegetais em toda a UE.

No que diz respeito às exportações de carne bovina e de frango, as empresas brasileiras interessadas nesse mercado terão de se sujeitar a inspeções sanitárias por técnicos da UE. As inspeções incluem exames das condições higiênicas de estabelecimentos de abate, do processamento da carne e da qualidade do produto final a ser importado pela UE.

Depois de aprovados na inspeção e atendidos todos os requisitos do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Brasil, os produtores brasileiros ficam habilitados a constar

na lista de exportadores para a UE.

Há também uma legislação, denominada REACH- Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals (Agência Europeia das Indústrias Químicas), que se aplica a produtos químicos, ou produtos que contenham alguma substância química nos seus componentes ou no seu processo de fabricação. Esse regulamento entrou em vigor em 1º de junho de 2007 e substituiu os inúmeros textos legislativos nacionais que antes existiam, representando atualmente regulamento único na Comunidade. Impõe à indústria a responsabilidade de estimar e administrar riscos, bem como fornecer informações de segurança adequada aos usuários.

Os fabricantes e importadores de substâncias químicas ou produtos que as contenham estão obrigados a identificar e administrar os riscos associados ao produto. No caso de substâncias produzidas ou importadas em quantidades anuais superiores a 1 tonelada, os fabricantes ou os importadores deverão provar que os dispositivos previstos pelo REACH são respeitados através de um registro junto a ECHA - European Chemicals



Agency. Mais informações poderão ser obtidas na página web:

http://guidance.echa.europa.eu/docs/guidance_document/registration_en.htm?time=1240664042

As medidas sanitárias e fitossanitárias podem representar um grande obstáculo ao acesso de produtos agrícolas no mercado da UE. Em razão das grandes crises sanitárias nos últimos anos, como a doença da “vaca louca” e a “gripe aviária”, as medidas sanitárias estão cada vez mais rígidas. Mais informações sobre as medidas sanitárias em vigor na UE poderão ser consultadas na página web da CE:

http://ec.europa.eu/dgs/health_consumer/mailbox/index_en.htm.

Mercadorias submetidas a regulamentos de qualidade e de segurança obrigatórios

As normas de qualidade e de segurança são elaboradas por organismos europeus de normalização sob o controle da Comissão Europeia. São publicadas no JOCE e transcritas em normas nacionais.

Na Espanha, as normas europeias (EN) são codificadas como ES-EM pela AENOR (Asociación Española de Normalización y Certificación), entidade de utilidade pública sob a tutela do Ministério da Indústria, Energia e Turismo. A AENOR é o membro espanhol do CEN (European Committee for Standardization) e do ISO (International Organization for Standardization) e é responsável, na Espanha, pela qualidade e certificação de produtos.

Regulamentos técnicos nacionais ou comunitários tornam obrigatórias as regras de qualidade e de segurança para determinados produtos ou grupo de produtos. Nos intercâmbios com terceiros países, a aplicação dos regulamentos é controlada pela alfândega no momento da importação.

A inexistência de norma que obrigue a certificação específica não exime o fabricante de responsabilidade sobre a qualidade do produto, sua segurança e seu impacto na saúde dos consumidores.

O selo “AENOR” é uma marca de certificação de qualidade voluntária e tem como objetivo a diferenciação.



Embora não seja obrigatório, em alguns setores, como o da construção civil, por exemplo, é condição sine qua non para a distribuição do produto.

Embalagem e rotulagem

A UE adota regulamentação única sobre rotulagem e apresentação de produtos alimentícios, com o objetivo de orientar o consumidor sobre o conteúdo do produto. Nas etiquetas se deve constar, também, o idioma do país onde o produto é vendido. Poderão ser colocados desenhos ou gráficos ao lado das indicações em língua estrangeira, com a condição de que sua interpretação não dê margem a dúvidas.

O regulamento (CE) nº 1169/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativo à prestação de informação aos consumidores sobre gêneros alimentícios, foi publicado em 22 de novembro de 2011, no Jornal Oficial da UE.

Os principais pontos do regulamento são:

- Declaração nutricional – é obrigatória a informação do valor

energético, quantidades de lipídios, ácidos graxos saturados, hidratos de carbono, açúcares, proteínas e sal. A declaração nutricional deve ser expressa por 100 g/ml;

- País de origem – deve ser identificado a origem da carne bovina e de produtos à base dessa carne, mel, frutas, produtos hortícolas e peixes;

- Legibilidade – as menções obrigatórias terão de obedecer a uma altura mínima que dependerá da área de superfície maior da embalagem ou do recipiente;

- Alergênicos – a informação deverá ser providenciada em todos os gêneros alimentícios (quer pré-embalados, quer a granel). Na lista de ingredientes, os nomes alergênicos deverão aparecer destacados dos ingredientes restantes;

- Bebidas com alto teor de cafeína deverão mencionar que não são recomendadas para crianças, grávidas ou lactantes e referir sempre o teor de cafeína;

- Óleos vegetais – devem ser identificados os óleos vegetais utilizados no gênero alimentício.

Os produtos têxteis e de vestuário têm de apresentar sempre etiqueta com o país de origem. Os produtos têxteis



fabricados com fibras diversas devem indicar na etiqueta a percentagem de cada fibra na composição do tecido.

Informações detalhadas estão disponíveis, em português, na seção da página web da CE:

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s16600.htm>

Existe legislação específica sobre embalagens de madeira bruta. Trata-se da norma, “ISPM 15” - International Standard for Phytosanitary Measures, nº 15. Sua aplicação definitiva ocorreu a partir de 23 de agosto de 2003 e teve como objetivo uniformizar as medidas a serem aplicadas, visando a evitar a contaminação das florestas do país importador por pragas presentes em embalagens de madeira. A norma pode ser consultada na página web do IPPC:

www.ispm15.com/ISPM15_2006.pdf

São contempladas por essa norma todas as embalagens de madeira bruta de espessura igual ou superior a 6 mm, tais como palets, caixas, engradados, pranchas de cargas e descargas (as pranchas em

aglomerados fabricadas através de colagem a quente não são disciplinadas pela norma). Existem dois tipos de tratamento possíveis:

- Fumigação com brometo de metila durante 16 horas;
- Tratamento a quente atingindo o centro da madeira, 56°C durante 30 minutos no mínimo.

O exportador deverá imprimir na embalagem o código que lhe foi atribuído pelo IBAMA, com as seguintes informações: logotipo do órgão internacional, código do país, da região e do fabricante/exportador e tipo de tratamento.

Marcação “CE” (Conformidade Europeia)

A marca “CE” estabelece as condições de uso do produto por meio de diferentes diretivas. O citado selo atesta a conformidade do produto com as exigências de segurança estabelecidas pela UE (os produtos exportados à UE deverão estar acompanhados da declaração “CE” de conformidade, que detalha os meios pelos quais o fabricante ou o importador assegura a conformidade). Para a realização



do processo é necessário que este seja efetuado por uma pessoa jurídica com endereço na UE. Para tanto, os fabricantes brasileiros deverão nomear uma empresa europeia responsável pela marca “CE” em seu produto.

Para saber se um produto está submetido à obrigação é necessário consultar as diretivas ou as normas existentes na página web abaixo:

http://europa.eu/legislation_summaries/consumers/product_labelling_and_packaging/l21013_pt.htm

Marcas e patentes

Por meio de único depósito junto ao EPO – European Patent Office (<http://www.epo.org>) é possível patentear produto ou marca em diversos países. Uma vez obtido o certificado da patente, basta ao interessado apresentar cópia traduzida no idioma oficial dos diferentes países junto ao órgão competente respectivo. O órgão competente na Espanha para marcas e patentes é a “Oficina Española de Patentes y Marcas” – OEPM (<http://www.oepm.es>) onde igualmente pode ser solicitado registro de marcas e

patentes para o mercado espanhol e/ou europeu.

REGIME CAMBIAL

Não há restrições nem controle cambial nas importações. Poderão ser aceitos créditos dos fornecedores e os pagamentos poderão ser feitos em qualquer moeda conversível.

Cabe destacar que a taxa de câmbio relevante para a declaração de importação é a de venda; para a declaração de exportação a referência é a taxa de compra.

As taxas de câmbio de referência relativas às principais moedas e com paridade fixada regularmente estão disponíveis no Banco Central Europeu e no Banco de Espanha. O Banco Central do Brasil também publica diariamente a cotação Real/Euro.

3. DOCUMENTAÇÃO E FORMALIDADES

Para se proceder a um rápido desembaraço aduaneiro em território europeu, o exportador brasileiro deve estar de posse dos seguintes documentos a ser encaminhados ao importador espanhol:



- Fatura comercial;
- Conhecimento de embarque (bill of lading) ou (AWB “Air Way Bill”);
- Certificado de origem (a sua apresentação na Espanha é obrigatória no caso de importações de mercadorias com preferências pautais (EUR 1 e FORM A));
- Certificado sanitário ou fitossanitário (quando aplicável);
- Romaneio de embarque (packing list).

A fatura comercial é o documento base de qualquer transação comercial devendo conter os seguintes elementos: nome e endereço do exportador/importador, data de emissão, local de embarque, meio de transporte, descrição detalhada da mercadoria, peso bruto e líquido, preço unitário e total de fábrica acrescido de transporte, seguro e outros, país de origem e assinatura do representante da empresa exportadora.

O certificado de origem é emitido pelas entidades de classe do setor (Federações das Indústrias) a que pertence o produto a ser exportado. Os certificados de natureza sanitária são emitidos pelas respectivas

autoridades sanitárias, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Saúde.

O romaneio é o documento de embarque que discrimina todas as mercadorias embarcadas, os seus componentes e em quantas partes está fracionada a carga. O objetivo é dar a conhecer detalhadamente a mercadoria, para facilitar sua identificação e localização por parte da fiscalização, tanto no embarque como no desembarque.

O regulamento pertinente pode ser consultado no site da Agencia Tributaria:

http://www.agenciatributaria.es/AEAT.internet/Inicio/La_Agencia_Tributaria/Normativa/Normativa_tributaria_y_aduanera/Legislacion_de_Aduanas_e_Impuestos_Especiales/Normativa_aduanera/Normativa_aduanera.shtml

Formalidades para o desembaraço alfandegário na Espanha

A fatura comercial, o conhecimento de embarque, o certificado de origem e os demais certificados deverão ser providenciados pelo exportador brasileiro e os originais deverão ser



remetidos ao importador espanhol. As licenças para a importação de determinados produtos deverão ser providenciadas pelo importador espanhol. É importante seguir as instruções do importador quanto à documentação a ser fornecida, a fim de evitar qualquer dificuldade para o desembaraço alfandegário.

Para as mercadorias importadas e provenientes de países não membros da UE, a declaração de importação é feita no DUA (Documento Único Administrativo) pelo importador ou por seu representante.

Todas as importações estão sujeitas a inspeções pelas autoridades aduaneiras no porto, aeroporto ou em outro ponto de entrada no país. Após a inspeção, o controle dos documentos e o pagamento dos tributos, a liberação da mercadoria é imediata e passa a ser considerada em caráter de “em livre circulação”.

As formalidades para o desembaraço são geralmente feitas por empresas de despacho aduaneiro. As despesas geradas durante o processo dependerão do valor da fatura e são regidas por tabela própria.

Outros documentos e procedimentos

Na UE é cada vez maior o número de mercadorias sujeitas ao desalfandegamento e a apresentação de certificados de ordem diversa, consoante aos produtos em questão (certificados sanitários, fitossanitários, de qualidade, conformidade).

No caso de haver rejeição de alguma mercadoria, procede-se à sua reexportação, a custo do importador espanhol ou do exportador brasileiro, conforme estipulado no contrato. A mercadoria não sendo reclamada no prazo máximo de 45 dias será leiloada pela alfândega.

Terminais de movimentação

A Agência Tributaria, órgão máximo responsável pelo controle alfandegário em território espanhol, mantém postos de Aduana nos principais portos e aeroportos do país – terminais de movimentação que recebem a denominação de zonas primárias.

http://www.agenciatributaria.es/AEAT.internet/Inicio/Aduanas_e_Impuestos_Especiales/La_Aduana_Espanola/_Donde_estamos/_Donde_estamos_.shtml



As zonas secundárias equivalem aos portos secos. Um porto seco - também conhecido no Brasil como Estação Aduaneira Interior (EADI)- é um terminal intermodal terrestre, localizado em zona secundária (fora do porto), quase sempre no interior, e com caráter de autoridade pública, conectado por via terrestre ou ferroviária com um ou vários terminais marítimos, e que tem a prerrogativa de postergar até o momento de saída do porto o controle aduaneiro. Esta característica permite agilizar a saída das mercadorias dos portos para seu destino, contribuindo para descongestionar suas operações.

Além da carga de transbordo, podem também incluir zonas para armazenamento, consolidação, manutenção e serviços de desalfandegamento (recebem-se as cargas ainda consolidadas, podendo nacionalizá-las de imediato ou trabalhar como entreposto aduaneiro). A utilização dos portos secos permite que as mercadorias exportadas/importadas já cheguem aos portos marítimos preparadas para o embarque/desembarque de forma mais eficiente, eficaz e competitiva.

Os principais portos secos na Espanha são:

- Puerto Seco de Coslada (Madrid);
- Puerto Seco de Villafria (Burgos);
- Puerto Seco de Pancorbo (Burgos) em construção;
- Puerto Seco Santander;
- Puerto Seco de Antequera (Málaga);
- Puerto Seco de Venta de Baños (Palencia);
- Puerto Seco Azuqueca de Henares Gran Europa (Guadalajara);
- Puerto Seco de Salamanca Zaldesa.

O exportador também pode utilizar os portos secos brasileiros. Existem atualmente 63, sendo 35 unidades em 14 estados diferentes, 1 no Distrito Federal e 27 unidades apenas no estado do São Paulo. O maior porto seco da América Latina e terceiro maior do mundo está localizado em Uruguiana.

4. REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS

Importação temporária

A importação temporária permite a entrada das mercadorias na UE com



isenção de direitos, desde que se destinem a ser reexportadas sem terem sofrido qualquer alteração. O período máximo durante o qual as mercadorias podem permanecer ao abrigo desse regime é de dois anos. Espanha é signatária da Convenção relativa ao Livrete ATA, ao abrigo do qual são admitidas temporariamente amostras comerciais, material/equipamento profissional destinado a feiras, a exposições comerciais e a espetáculos.

Para tanto, se faz necessário entrar com o pedido de autorização prévia junto à alfândega e efetuar um depósito de caução. O valor desse depósito é o valor correspondente aos direitos e taxas da mercadoria em questão. No término do prazo estipulado, as mercadorias deverão ser reexportadas e a caução devolvida.

Declaração de Trânsito Aduaneiro

Regime aduaneiro no qual o transporte das mercadorias está submetido ao controle aduaneiro entre dois escritórios de aduanas.

Drawback

Trata-se de importação de peças

ou de matérias-primas que serão transformadas ou incorporadas a outros produtos com a finalidade de exportação.

Esse regime poderá ser feito em duas modalidades:

- Sistema de suspensão: se houver certeza da reexportação da mercadoria para fora do território da UE, esse é o sistema mais adequado. Não há nenhum recolhimento de impostos ou taxas.
- Sistema de reembolso: é aconselhado para os casos em que a reexportação seja parcial. Nesse caso, os direitos e taxas são recolhidos e reembolsados no momento da reexportação. Vale lembrar que os itens importados deverão ser “identificáveis” nos produtos acabados, objetos da reexportação.

Depósito Afiançado (aduaneiro)

O depósito affiançado (conhecido na Espanha como depósito aduaneiro) pode ser qualquer local, nave ou armazém reconhecido pelas autoridades aduaneiras e submetido ao seu controle, no qual se podem



armazenar mercadorias nas condições estabelecidas, por tempo ilimitado, até que o operador lhes dê um destino definitivo dentro ou fora do território aduaneiro comunitário. As mercadorias introduzidas podem obter os seguintes benefícios:

- não aplicação dos direitos alfandegários;
- não aplicação das medidas de política comercial;
- não aplicação ou isenção dos impostos interiores.

Os depósitos aduaneiros podem ser públicos ou privados:

- Públicos: de uso por qualquer pessoa para o armazenamento de mercadorias. Denominam-se de tipo “A”, “B” e “F”, respectivamente;
- Privados: reservados para o armazenamento exclusivo do titular (depositário) de mercadorias próprias de sua atividade. Denominam-se de tipo “C”, “D” e “E”, respectivamente.

Marco legal:

- Código Aduaneiro: Regulamento (CEE) do Conselho (Texto

consolidado), nº 2913/92 de 12-10-92 no qual se aprova o Código aduaneiro comunitário (DO L 302 de 19.10.1992, p. 1) (DOUE 19-outubro-1992). Artigos 98 a 113;

- Disposições de Aplicação do Código Aduaneiro: Regulamento (CEE) nº 2454/93 de 2-7-93 no qual se fixa determinadas disposições de aplicação de Regulamento (CEE) nº 2913/92 do Conselho que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário (DOCE 11-outubro-1993). Versão consolidada a 01.01.2009. Artigos 524 a 535;
- Resolução de 18 de junho de 2003, do Departamento de Aduanas e Impostos Especiais da Agência Estatal da Administração Tributária, pela qual se regem as instruções de funcionamento dos depósitos aduaneiros e distintos dos aduaneiros (BOE 6-agosto-2003).

Depósito Especial Alfandegado

Esse regime permite ao importador estocar a mercadoria em um depósito alfandegário sem recolher os impostos. A vantagem desse regime é a constituição de um estoque,



por tempo indeterminado, sem o recolhimento dos impostos. O depósito pode estar localizado em um país-membro da UE e as formalidades de importação serem cumpridas em outro país-membro. Os produtos não poderão sofrer nenhuma transformação dentro do depósito, exceto manipulações simples visando a resguardar seu bom estado. Se a mercadoria for exportada, não existirá imposto a ser recolhido; se for destinada ao mercado interno, os impostos serão recolhidos no momento da sua retirada do depósito alfandegário.

Os Depósitos Francos (Zona Franca de controle tipo II) na Espanha estão localizados em: Algeciras, Alicante, Bilbao, Cartagena, Gijón, La Coruña, Las Palmas de Gran Canaria, Madri-Aeroporto, Málaga, Pasajes, Santander, Tarragona, Valência, Villafria (Burgos) e Zaragoza.

O marco legal atual contempla de forma igual o Depósito franco e a Zona franca. A utilização de mencionadas áreas acarreta grandes facilidades aduaneiras. Em ambos os casos, os pontos de acesso e saída estão submetidos à vigilância dos serviços de aduanas que controlam

tanto o tráfego de mercadorias e meios de transporte quanto o de pessoas.

A entrada de mercadorias em uma zona franca/depósito franco não gera a necessidade de apresentação de uma declaração aduaneira, salvo em três casos:

- Quando se cancele um regime aduaneiro;
- Se concedida uma devolução ou desobrigação de direitos de importação;
- Para o pagamento antecipado de restituições à exportação.

Com a entrada em vigor do Mercado Único Europeu (1.1.1993) se modificou o marco legal espanhol para:

- Código Aduaneiro Comunitário: Regulamento (CEE) nº 2913/92 de 12-10-92, (DOCE L-302 de 19-10-92), artigos 166 a 181;
- Disposições de Aplicação do Código Aduaneiro: Regulamento (CEE) nº 2454/93 de 2-7-93 (DOCE L-253 de 11-10-93), artigos 799 a 814;
- Ordem de 2 de dezembro de 1992 (BOE de 17-12-92), na qual se



regem as normas sobre Zonas e Depósitos francos.

Zona Franca

Segundo a Agência Tributária espanhola¹⁶, existem atualmente na Espanha quatro Zonas Francas, que estão constituídas em Barcelona, Cádiz, Vigo e Las Palmas de Gran Canaria (Zona Especial Canária - ZEC).

A ZEC é uma zona de baixa tributação criada no âmbito do Regime Econômico e Fiscal (REF) das Canárias com a finalidade de promover o desenvolvimento do arquipélago e diversificar a sua estrutura produtiva.

Todas as empresas e instituições que pretendam desenvolver uma atividade industrial, comercial ou de serviços, enquadradas dentro de uma lista de atividades permitidas pela legislação vigente, estão sujeitas a um reduzido Imposto sobre Sociedades (4%). As ilhas Canárias fazem parte do território espanhol e comunitário tendo, assim, os seguintes benefícios:

- São aplicáveis os convênios assinados por Espanha para evitar

dupla tributação;

- Os dividendos distribuídos pelas entidades filiais ZEC às suas sociedades matrizes residentes em outro país da UE ficarão isentos de retenção;
- Ficam isentos de retenção os juros e demais rendimentos obtidos pela cessão a terceiros de capitais próprios, bem como os lucros patrimoniais derivados de bens móveis obtidos sem utilização de estabelecimento permanente;
- A normativa da ZEC contempla que as isenções anteriores serão também aplicáveis aos rendimentos obtidos pelos residentes em Estados não membros da UE quando tais rendimentos forem pagos por uma Entidade ZEC e procederem de todas as operações realizadas no âmbito geográfico da ZEC.

Atualmente, existem dois tipos de Zonas Francas na Espanha:

1. Zonas francas de controle de tipo I: onde os controles se baseiam principalmente em que estejam delimitadas com muros;
2. Zonas francas de controle de tipo II (que seriam os depósitos

¹⁶ http://www.agenciatributaria.es/AEAT.internet/Inicio/Aduanas_e_Impuestos_Especiales/Procedimientos_Aduaneros/Regimenes_aduaneros_economicos/Zonas_y_Depositos_francos.shtml

alfandegados mencionados acima), onde os controles se baseiam nas formalidades efetuadas conforme o regime de depósito aduaneiro.

O artigo 166 do C.A. define os Depósitos e Zonas Francas como partes (lugares) ou locais do território aduaneiro comunitário separados do mesmo, nos quais é possível introduzir qualquer tipo de mercadoria, podendo permanecer neles por tempo ilimitado. No caso de mercadorias não comunitárias, estas não estarão submetidas a impostos de importação nem a medidas de política comercial. Ademais, as transformações e manipulações que se efetuam no

seu interior gozam de formalidades aduaneiras mais simplificadas ou reduzidas em comparação com as aplicáveis nas demais partes do território aduaneiro.

Por último, cabe destacar que a modalidade de Importação por Consignação somente é possível nos regimes aduaneiros especiais supracitados (Entrepósito Aduaneiro, Zona Franca e Depósito Especial), que permite, na importação, o depósito de mercadorias em local determinado e sob o controle fiscal, com suspensão do pagamento de tributos até o momento da nacionalização da mercadoria.



Parque Guell do arquiteto Antoni Gaudi, em Barcelona.

Foto: Marmag99/Shutterstock.com



VI. INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

1. INFRAESTRUTURA PARA IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO

Análise dos principais modais

A Espanha é detentora da segunda maior rede de linhas férreas da UE (oitava no ranking mundial) e da segunda rede de linhas de alta velocidade, atrás apenas da China. No que tange a infraestrutura aérea e marítima, conta com 46 aeroportos e 46 portos internacionais, o que a qualifica como importante centro de distribuição de mercadorias e de conexões de transporte e comércio na Europa, bem como para a África do Norte.

Modal rodoviário

Em 2014, a malha viária da Espanha alcançou 166.284 km, dos quais 26.124 km estão geridos pela Administração Central e absorvem 51% do tráfego total. As Comunidades Autônomas são responsáveis por 71.397 km (43% do tráfego) e 68.763 km são estradas vicinais que pertencem às Províncias (6% do tráfego restante). Ademais,

existem outros 361.517 km de estradas interurbanas geridos pelos Municípios e outros organismos, segundo estimativas da Dirección General de Carreteras (DGC), organismo equivalente ao DETRAN no Brasil.

Desse total, 15.048 km são estradas de grande capacidade, o que contribui para que atualmente ocupe o primeiro lugar no ranking europeu com maior longitude desse tipo de estrada. O segundo país é a Alemanha, com 12.917 km (dados de EUROSTAT 2013).

O consumo de combustível, que vinha caindo desde 2009 devido à recessão do país, aumentou levemente em 2014.

O transporte de carga vinha diminuindo desde 2008; em 2014, aumentou 7% em comparação com 2013.

Modal ferroviário

Principal meio de transporte na Espanha até meados do século



passado, as ferrovias ocupam hoje papel secundário no sistema de transporte de carga. Passaram a funcionar de modo complementar à rede rodoviária, respondendo por apenas 4% do transporte de carga e 6% do transporte de passageiros na Espanha.

O sucesso da primeira linha de alta velocidade, inaugurada entre Madri e Sevilha, em 1992, levou o Governo Central a elaborar um plano estratégico para conectar, por essa via, as principais cidades do país. O objetivo do plano é que a maioria das capitais autonômicas esteja a menos de quatro horas de trem de Madri.

Atualmente, a rede ferroviária em operação alcança 15.900 km de extensão, dos quais 2.830 são de alta velocidade.

No que tange ao transporte de mercadorias por ferrovias, as estatísticas indicam uma queda paulatina no volume total de toneladas transportadas desde 2004.

Modal marítimo

Espanha é o país da UE que conta com maior extensão de costa. São 7.876 km distribuídos entre o

litoral peninsular (o Brasil, a título de comparação, possui uma área total de 8.514.876 Km², com uma costa litorânea comportando mais de 7.000 km de extensão em linha contínua), os arquipélagos das Ilhas Baleares e das Ilhas Canárias, as cidades autônomas de Ceuta e Melilla e as denominadas Plazas de Soberanía disseminadas pelo norte da África. Ademais, sua situação geográfica, próxima ao eixo de uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, a posiciona como área estratégica no transporte marítimo internacional e como plataforma logística do sul da Europa.

O Sistema Portuário estatal é integrado por 46 portos de interesse geral, geridos por 28 Autoridades Portuárias, cuja coordenação e controle de eficiência cabem ao organismo público Portos do Estado, órgão dependente do Ministério de Fomento.

A importância dos portos como elo das cadeias logísticas e de transporte é ratificada pelas seguintes cifras: por eles passam aproximadamente 60% das exportações e 85% das importações espanholas, representando assim, 53% do



comércio exterior do país com a UE e 96% com terceiros países. Depois de quatro anos de crescimento, em 2013 o tráfego portuário, em toneladas, registrou uma diminuição de 3,4% em relação ao ano anterior, alcançando 459 milhões de toneladas.

A atividade do sistema portuário estatal aporta aproximadamente 20% do PIB do setor de transporte, o que representa 1,1% do PIB espanhol. Gera, também, emprego direto a mais de 35 mil trabalhadores e, de forma indireta, a outros 110 mil.

Com relação ao tráfego marítimo, os maiores portos em 2013 (último ano com dado disponível ¹⁷) foram: Bahía de Algeciras (91,1 milhões de toneladas), Valência (65 milhões de toneladas), Barcelona (42,4 milhões de toneladas) e Bilbao (30,1 milhões de toneladas).

Os portos do norte da Espanha ocupam o primeiro lugar no tráfego de grãos sólidos, com exceção de Huelva, que se encontra no sul. No que tange ao comércio de mercadorias (em contêiner ou

não), os portos mais utilizados são os de Bahía de Algeciras, Valência, Barcelona e Las Palmas, respectivamente. Já em relação à pesca capturada, os primeiros lugares são ocupados pelos portos da Galícia (Vigo e La Coruña).

Modal aéreo

Dados elaborados pela divisão de Aviação Civil do Ministério de Fomento mostram que, após uma diminuição no tráfego total de passageiros nos 46 aeroportos espanhóis em 2013 (-3,5%), a cifra voltou a aumentar em 2014 (4,6%). Em 2014, passaram pelos aeroportos espanhóis quase 195 milhões de passageiros.

As cargas internacionais representaram 82,8% do total do tráfego aéreo de mercadorias e registraram um aumento de 7,5% em relação ao ano anterior. O tráfego doméstico também cresceu em 3,6%.

Os três principais aeroportos na Espanha, em tráfego de passageiros, são os de Madri (41,8 milhões de passageiros), Barcelona (37,5 milhões) e Palma de Mallorca (23,1 milhões de passageiros). Os

17 Fonte: Portos do Estado: <http://www.puertos.es/es-es/estadisticas/RestoEstad%C3%ADsticas/anuarioestadisticos/Paginas/2013.aspx>, acesso em 4 de dezembro de 2015.



aeroportos de Madri e Barcelona também são os mais importantes quanto ao transporte de mercadorias. Juntos, respondem por 71% do total do tráfego aéreo de mercadorias da Espanha.



Foto: PerseoMedusa/Shutterstock.com

Sevilha, estilo renascentista na arquitetura.



VII. ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

1. CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO CONSIDERAÇÕES GERAIS

Com a entrada da Espanha na UE, o Estado reduziu fortemente sua participação na distribuição de mercadorias e/ou serviços. Atualmente, apenas alguns setores, como o bancário, energético, tabaco e comunicações, contam com a regulação/participação estatal. Os demais setores têm livre acesso ao mercado e sua distribuição é realizada conforme as normas da UE.

Acompanhando uma tendência internacional, houve um aumento notável, durante as últimas décadas, da participação de lojas de departamento, hipermercados e cadeias de supermercados na distribuição do comércio na Espanha. Esses grandes grupos costumam contar com departamentos próprios de compras. Ainda assim, é importante também o papel de agentes comerciais e de importadores que distribuem os produtos diretamente, ou por meio de centrais de compra, aos pequenos varejistas e mercados municipais. Comparando a distribuição de mercadorias na Espanha com outros

países da UE, observa-se que os pequenos comerciantes ainda mantêm importante participação no mercado.

COMÉRCIO EM NÚMEROS

Segundo dados da última Pesquisa Anual de Comércio, divulgada pelo INE em fevereiro de 2015, a cifra de negócio no comércio diminuiu 1% em 2013 alcançando € 620 bilhões. O número de empresas comerciais também registrou uma redução, neste caso de 1,8%, e finalizou o ano com um total de 722.586 estabelecimentos. Já o número de pessoas ocupadas caiu 2,4% em comparação com 2012 para 2.894.452 (56% empregadas no comércio varejista). As comunidades autônomas que mais contribuíram para o faturamento do setor foram a Comunidade de Madri (22,2%), Catalunha (19,9%) e Andaluzia (12,6%).

O comércio caracteriza-se pela predominância de microempresas. Em 2013 mais de 95% das empresas do setor tinham menos de 10 empregados; seu faturamento, contudo, apenas representa 29,6% do total de cifra de negócios do setor.



Já as grandes empresas (com 250 ou mais empregados) faturam 30,3% do total. As pequenas empresas (de 10 a 49 empregados) participaram com 23,4% do faturamento. E a média empresa (de 50 a 249 empregados), com 16,7% do total dos negócios do setor.

Com relação ao destino das vendas, o mercado doméstico absorveu 89,6% das vendas. As vendas realizadas no exterior foram mais significativas para a UE (6,7%), enquanto que para os demais países a participação foi de apenas 3,7%.

Comércio atacadista (al por mayor)

Em 2013, as vendas no atacado representaram 58% (€ 361 bilhões) do faturamento total no comércio, mesmo percentual do ano anterior. Esse faturamento foi possível graças ao bom desempenho dos setores de produtos não agrícolas semielaborados e sucata (28,9% no total de faturamento do comércio atacadista) e produtos alimentícios, bebidas e tabaco (27%).

Comércio varejista (al por menor/ minorista)

Já as vendas no varejo, em 2013, representaram 33% (€ 205 bilhões)

do faturamento total no comércio, queda de 2,6% em relação com o ano anterior. Os setores que mais contribuíram para esse desempenho foram produtos alimentícios, bebidas e tabaco, com participação de 39,5% no total de comércio varejista. Têxteis e calçados (13,9%) e produtos médicos, farmacêuticos e cosméticos (12,5%), ocuparam as segunda e terceira posições, respectivamente.

As vendas e consertos de veículos, um segmento a parte tanto do comércio atacadista quanto varejista, de acordo com as estatísticas elaboradas pelo INE, absorveu os demais 9% do faturamento total do comércio, com um volume de negócio da ordem de € 54 bilhões (queda de 1,1% em comparação com 2012).

Compras governamentais

As compras governamentais, tanto do Governo Central quanto das Comunidades Autônomas, são realizadas mediante licitações publicadas no Boletim Oficial do Estado (BOE)¹⁸.

¹⁸ Disponível em: <http://www.boe.es/>



Em princípio, companhias estrangeiras podem participar dessas licitações, sendo que, na prática, a maioria das licitações é adjudicada a empresas sediadas na Espanha, principalmente pela complexidade dos mecanismos envolvidos e pelo curto prazo para a apresentação das ofertas.

Canais Recomendados

Para uma correta decisão sobre o canal de distribuição no mercado espanhol é importante considerar: a natureza do produto, o custo da distribuição e as margens de lucro dos intermediários.

Em geral, no caso dos bens de consumo, a figura do importador é importante na medida em que ele mantém uma relação direta com os distribuidores adequados, facilitando assim, o acesso às cadeias de lojas de autosserviço; para as matérias primas, sugere-se a contratação de um representante local. No caso dos bens de capital é aconselhável contar com um representante local ou uma subsidiária da empresa brasileira.

Cabe salientar que um bom contrato de representação, formulado em termos claros e objetivos, contendo

cláusulas específicas de exclusividade e de solução de controvérsias, é o instrumento recomendado para empresas envolvidas no comércio internacional de produtos industrializados.

2. PROMOÇÃO DE VENDAS

Considerações gerais

Para promover as vendas, além dos canais tradicionais, é útil dispor, como apoio, de uma página web em espanhol, com opção em inglês, mostrando os produtos e divulgando os principais dados da empresa. Os principais meios de promoção de produtos na Espanha são: feiras e exposições; publicações especializadas; e, dependendo do produto, as lojas de departamento e os hipermercados, que realizam atividades específicas para a introdução de novas marcas e produtos.

Por meio do novo website Guia de Comércio Exterior e Investimento – Invest & Export Brasil, que inclui informações prestadas pela rede comercial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) a empresa brasileira pode obter



uma lista atualizada de potenciais importadores:



<http://www.investexportbrasil.gov.br/>

Recomenda-se aos empresários brasileiros interessados em introduzir um novo produto no mercado espanhol que definam previamente com o parceiro espanhol a estratégia de promoção comercial e as responsabilidades nos custos derivadas dessa estratégia.

Principais feiras e exposições

A participação em feiras e exposições, com a finalidade de dar a conhecer um novo produto, ou para analisar o potencial do mercado, é fundamental. A Espanha conta com grande número de eventos nacionais, regionais e municipais e, em alguns casos, com feiras de prestígio internacional que atraem expositores/visitantes do mundo inteiro como: Mobile World Congress, Salão Internacional do Automóvel e Alimentária, em Bracelona; FITUR (tursimo), ARCO (galerias de arte

contemporânea), Fruit Attraction, e Madridjoya-Bisutex-Momad Metrópolis, em Madri.

Veículos publicitários

A televisão é o principal meio de comunicação de massa da Espanha e, segundo o INE, está presente em 99,2% dos lares do país. É considerado um serviço de interesse geral que os particulares prestam em regime de livre competição com certas limitações. O Estado atua diretamente por meio da empresa estatal Radio e Televisão Espanhola (RTVE), responsável por vários canais.

Atualmente há 26 canais nacionais de televisão digital terrestre (TDT), sendo os principais:

Redes públicas:

- La 1 (TVE-1)
- La 2 (TVE-2)

Redes privadas:

- Antena 3 (Grupo Atresmedia)
- Telecinco (Grupo Mediaset)
- Cuatro (Grupo Mediaset)
- La Sexta (Grupo Atresmedia)

As principais cadeias de difusão regionais (Comunidades Autônomas) são públicas. Cumpre destacar:



- Canal Sur (Andaluzia)
- Telemadrid (Madri)
- TV3 (Catalunha)
- ETB1 (País Basco)

Televisão por assinatura:

- Movistar+

O rádio também é um relevante canal publicitário: apesar de também contar com grande audiência na Espanha, o custo dos anúncios costuma ser bastante mais reduzido. Empresas de serviços e cadeias de distribuição utilizam intensamente o rádio para divulgação.

As principais cadeias de rádio espanholas são: Radio Nacional da Espanha (estatal), Radio Exterior da Espanha (estatal), Cadena Ser (privada) e Cadena COPE (privada).

A imprensa escrita também constitui veículo promocional relevante em termos de volume de investimento publicitário no país. Se os grandes jornais nacionais são preferencialmente por empresas de serviços, seguros, bancos, construtoras, instituições oficiais e empresas produtoras de bens de consumo de massa (refrigerantes, eletrodomésticos, computadores, livros, entre outros), as publicações

especializadas permitem atingir segmentos mais específicos do mercado.

Os principais jornais de informação geral são “El País”, “El Mundo”, “ABC”, “La Razón” e o barcelonês “La Vanguardia”. Entre os econômicos se destacam “Expansión”, “Cinco Dias” e “El Economista”.

Outros veículos publicitários, como os outdoors e o cinema, têm conquistado espaço no panorama publicitário espanhol. As malas diretas são utilizadas particularmente para a promoção de serviços ou de produtos de consumo durável em fase de lançamento, enquanto que a distribuição de folhetos é utilizada, com mais frequência, por grandes superfícies.

Consultoria de marketing

Uma empresa que decida atuar no mercado externo não pode deixar de realizar estudos de mercado aprofundados, que deverão incluir análise do contexto legislativo, econômico e social do local de implantação do negócio, bem como análise quantitativa e qualitativa dos consumidores e da concorrência.



Na impossibilidade de enviar especialistas para o campo de trabalho, a empresa brasileira poderá recorrer a empresas de consultoria de marketing, capacitadas para elaborar estudos de mercado e formular estratégias de inserção do produto/serviço brasileiro no mercado espanhol.

Com a abertura do mercado espanhol, grandes empresas multinacionais de consultoria se instalaram no país. Há também numerosas empresas espanholas dedicadas a estudos de mercado, telemarketing e mala direta que podem assessorar empresas brasileiras na elaboração dos seus planos de marketing.

As principais associações na Espanha são:

Asociación Española de Estudios de Mercado, Marketing y Opinión (AEDEMO)
<http://www.aedemo.es>

Asociación de Marketing de España
<http://www.asociacionmkt.es/>

3. PRÁTICAS COMERCIAIS NEGOCIAÇÕES E CONTRATOS DE IMPORTAÇÃO

Correspondência

A correspondência dirigida a empresários espanhóis deve, de preferência, ser escrita no idioma espanhol já que o domínio de outros idiomas é escasso.

Quando utilizado o telefone, recomenda-se confirmar por escrito o que foi discutido.

Em caso de material promocional, recomenda-se que a tradução para o castelhano seja feita por um tradutor espanhol. Não é recomendável distribuir na Espanha o mesmo material traduzido para o mercado latino-americano, por diferenças na linguagem.

O e-mail é o meio preferido da comunicação escrita. Usa-se o fax quando é necessária a confirmação assinada da comunicação.

Condições gerais dos contratos de importação

As regras gerais dos contratos



comerciais vêm se simplificando. No entanto, recomenda-se especificar ao máximo as condições acertadas, tais como prazo de entrega, forma de pagamento, qualidade da mercadoria e preço, a fim de evitar problemas posteriores.

Tendo-se em conta que o dólar é a moeda de referência no comércio internacional, as cotações de preços podem, além do euro, serem realizadas em US\$/CIF - porto espanhol.

Designação de agentes

No mercado espanhol, como anteriormente destacado, é habitual o uso do agente comercial devido ao seu conhecimento de mercado. Os agentes podem ser classificados como especializados, gerais e exclusivos, e podem atuar a nível nacional ou regional. De modo geral, operam por comissão de vendas.

O Conselho Geral de Órgãos (Colegios) de Agentes Comerciais da Espanha põe em contato empresas e profissionais. Para mais informação acessar o site:

<http://www.cgac.es>

No caso de designar um importador, ou agente, como representante exclusivo, recomenda-se que seja estipulado um prazo específico passível de ampliação. Assim, caso o importador ou agente não atinja as expectativas do exportador, será mais fácil anular o compromisso de exclusividade.

Abertura de escritórios de representação comercial

A abertura de escritório de representação na Espanha é possível sem maiores restrições. Segundo o Invest in Spain, em geral, para sua abertura, não são requeridas formalidades mercantis, ainda que, para efeitos fiscais, trabalhistas e de seguridade social, poderia ser necessário o outorgamento de uma escritura pública (ou documento outorgado perante Notário Público estrangeiro, devidamente legalizado). Para abertura de escritório de representação não é necessária inscrição no Registro Mercantil. De qualquer maneira, para uma rápida tramitação recomenda-se a contratação de uma consultoria jurídica que, em muitos casos, pode servir de endereço comercial. Para mais informações sobre como



abrir uma empresa na Espanha, acessar o site de Invest in Spain: <http://www.investinspain.org/invest/es/invertir-en-espana/establecerse-en-espana/oficina-de-representacion/index.html> Ainda nesse mesmo site, já está disponível o novo Guia de Negócios na Espanha (2015):

http://www.investinspain.org/guidetobusiness/index_es.htm

Endereços de empresas especializadas podem ser obtidos nas repartições oficiais de promoção comercial relacionadas nos anexos. Caso a empresa brasileira queira realizar investimentos e abrir empresa de produção ou de distribuição, a Espanha oferece vários tipos de incentivos, tanto nacionais, quanto regionais, dependendo do volume de negócio que será gerado pela nova empresa e do número de pessoas empregadas.

O sistema fiscal espanhol é moderno e competitivo. A pressão fiscal no país (medida como porcentagem de impostos e seguridade social sobre o PIB) encontra-se quase sete pontos percentuais abaixo da média dos países da UE.

Os principais impostos diretos e indiretos aplicáveis na Espanha são:

- Diretos:

Imposto sobre Sociedades (IS)
Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF)

Imposto sobre a Renda de Não Residentes (IRNR)

- Indiretos:

Imposto sobre o Valor Agregado (IVA)
Imposto sobre Transmissões Patrimoniais e Atos Jurídicos Documentados (ITP y AJD)

A cooperação empresarial entre empresas estrangeiras e espanholas também está sendo incentivada pelos governos central e autônomos. Informações sobre essa atividade poderão ser obtidas diretamente nos Setores de Promoção Comercial (SECOM) localizados na Embaixada do Brasil em Madri e no Consulado do Brasil em Barcelona, bem como na Embaixada e Consulados da Espanha no Brasil.

Seguros de embarque

Não há obrigação legal de seguros de embarque, exceto quando o Incoterm assim o especifique; porém, para



produtos perecíveis, esse seguro é recomendável. É importante que o exportador brasileiro especifique as responsabilidades e se assegure da documentação necessária para a importação do produto evitando, dessa forma, a retenção da mercadoria pela alfândega espanhola.

Financiamento das importações

As entidades bancárias privadas estão, na atualidade, bastante reticentes para fornecer crédito às empresas em especial para o financiamento de importações. Uma alternativa com que conta o importador espanhol é o apoio institucional dado pela Câmara de Comercio de España na busca por financiamento:

<http://www.camara.es/innovacion-y-competitividad/aprende-financiarte>

Litígios e arbitragem comercial

Todo contrato de exportação deve especificar qual legislação aplicar em caso de conflito, se a brasileira ou a espanhola, devendo incluir cláusula de resolução de litígios e referência ao respectivo foro. Em caso de desacordo, de não cumprimento do contrato ou de inexistência de

cláusula formal para solução de litígios, as partes envolvidas poderão tentar resolver o problema por acordo amistoso. Se o problema persistir, existirão, então, três vias: a gestão diplomática, a arbitragem internacional ou o processo judicial, em local escolhido pelas partes, à luz das regras do direito internacional privado.

Nesse sentido, as Câmaras de Comércio e Cortes Internacionais de Arbitragem dos demais países do continente europeu, podem ser alternativas aos tribunais espanhóis. Exemplos: Câmara de Comércio de Estocolmo (SCC) (<http://www.sccinstitute.com>); Câmaras de Comércio da Suíça (<http://www.cci.ch/it/map.htm>); Corte de Arbitragem de Londres (LCIA) (<http://www.lcia.org/>) e Câmara de Comércio Internacional de Paris (CCI) (<http://www.iccwbo.org/court/>).

A página web oficial da Justiça para a UE disponibiliza informação detalhada sobre mediação em cada país-membro:

https://e-justice.europa.eu/content_mediation_in_member_states-64-es-es.do?member=1



4. COMÉRCIO ELETRÔNICO

PANORAMA

A revolução das tecnologias da informação e a disseminação do uso da internet permitiram grande desenvolvimento do comércio eletrônico na Espanha. Dados mais recentes elaborados pelo INE revelam que, em 2015, 78,7% dos lares espanhóis e 98,4% das empresas (com 10 ou mais empregados) já dispunham de acesso à internet.

O comércio eletrônico nesse ano foi praticado por uma de cada três pessoas (32,1% da população). As regiões que mais compraram por internet foram Catalunha, a Comunidade de Madri e Andaluzia. As que menos utilizaram esse meio de compra foram Melilla, Ceuta e La Rioja.

Segundo a Comisión del Mercado de las Telecomunicaciones (CMT), no primeiro trimestre de 2015, o comércio eletrônico na Espanha alcançou um volume de negócio de € 4,4 bilhões, 24,5% mais em comparação com o mesmo trimestre de 2014.

Foram realizadas cerca de 68 milhões de operações, distribuídas principalmente entre: agências de viagens e operadores turísticos (15,7%), transporte aéreo (8,6%), marketing direto (5,4%), vestuário (5,4%), transporte terrestre de passageiros (3,8%), espetáculos artísticos e esportivos (3,7%), outros comércios especializados em alimentação (3,5%), hotéis e alojamentos similares (2,9%), jogos de azar e apostas (2,8%) e eletrodomésticos, imagem e som (2,4%).

As páginas de comércio eletrônico estabelecidas na Espanha responderam 57,2% do volume do faturamento do setor no primeiro trimestre de 2015. O restante (42,8%) das compras foi feito em páginas de fora da Espanha. O saldo líquido exterior (diferença entre o que é comprado a partir do exterior em sítios webs espanhóis e o que é comprado por espanhóis em páginas estrangeiras) corresponde a um déficit de € 1,1 bilhão.



Evolução trimestral do volume de negócio do comércio eletrônico (€ bilhões e variação percentual interanual)

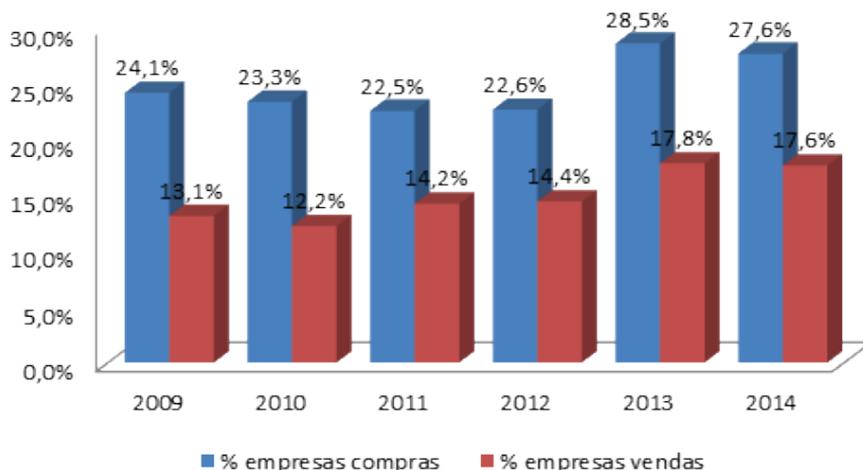


Fonte: <http://data.cnmec.es/datagraph>

Evolução, perspectivas e tendências do mercado eletrônico

Segundo o INE, na sua última pesquisa anual sobre comércio eletrônico nas empresas (INE, 26 de junho de 2015), 17,6% das empresas com 10 ou mais trabalhadores realizaram vendas através de comércio eletrônico em 2013 e 27,6% realizaram compras.

Evolução da percentagem das empresas que realizaram comércio eletrônico, 2009-2014



Fonte: INE

O volume de negócio gerado por essas vendas alcançou € 198,3 bilhões, 1,4% mais que 2013. No que tange às compras, os negócios registraram € 197,1 bilhões, aumento de 0,9%.

Em 2014, as vendas entre empresas, denominadas “Business to Business” (B2B) absorveram mais 66,7% do total do comércio eletrônico pela web. As vendas destinadas a consumidores finais, “Business to Consumer” (B2C), alcançaram 31,4% do total. Por último, as vendas com destino às Administrações Públicas, “Business to Government” (B2G), representaram 1,9%.

A perspectiva é que o comércio B2C siga crescendo, dado que, segundo o Eurostat, em 2015, somente 37% dos espanhóis compraram por Internet em comparação com 50% da média europeia (UE 28). Os países europeus líderes no setor são Reino Unido (79% da população total) e da Dinamarca (78%).



Direitos do consumidor

Há várias normas legais, especialmente no tocante aos direitos do consumidor, que se aplicam ao comércio eletrônico na Espanha. A Asociación Española de la Economía Digital, em colaboração com a entidade pública Red.es do Ministério de Indústria, Energia e Turismo, disponibiliza na sua página web um guia prático para as pequenas e médias empresas, denominado Libro Blanco do Comércio Eletrônico: <http://www.vendeseninternet.es>

Cumprir destacar os seguintes diplomas legais: Lei Orgânica 15/1999, 13 de dezembro, de Proteção de Dados de Carácter Pessoal (LOPD); Lei 34/2002, de 11 de julho, de Serviços da Sociedade da Informação e do Comércio Eletrônico (LSSICE); Lei 7/1998, de 13 de abril, sobre Condições Gerais da Contratação; e o Real Decreto Legislativo 1/2007, de 16 de novembro, pelo qual se aprova o texto da Lei Geral para a Defesa dos Consumidores e Usuários e outras leis complementares, que regulam de forma específica os contratos assinados a distância.

Deveres do fornecedor

A menos que as partes hajam acordado outra coisa, o vendedor deve executar o pedido em um prazo máximo de trinta dias a partir do dia seguinte àquele em que recebeu a comunicação de pedido do comprador.

Os bens, produtos e serviços que se ponham à disposição dos consumidores através dessas novas vias de comunicação, ademais de ser seguros, deverão apresentar uma informação veraz, eficaz e suficiente sobre suas características essenciais.

O contrato que se subscreve on line deve-se ajustar às exigências da norma comunitária/espanhola para garantir o equilíbrio entre as partes, de maneira que não deverão conter cláusulas que possam ser consideradas abusivas, e devem cumprir com as exigências expressamente contempladas na contratação a distância.

Devoluções: obrigações e prazos

Desde o dia em que se recebe o produto, o comprador tem um prazo de quatorze dias úteis para



poder devolver o produto, sem que haja penalização no uso desse direito. O comprador não está obrigado a indicar nenhum motivo para tal. De qualquer maneira, cabe destacar que nem todos os produtos podem ser devolvidos, como podem ser os perecíveis, arquivos musicais, etc.

Exercitando esse direito, o vendedor deve devolver ao comprador todas as quantidades pagas, incluídos os gastos de envio, ainda que possa solicitar ao consumidor que arque com os custos de devolução, em um prazo máximo de quatorze dias. Não sendo respeitado este prazo, o consumidor pode exigir que seja devolvido o dobro do valor da compra, podendo solicitar, ademais, uma indenização por danos e prejuízos, se estes existirem.



Foto: PachoCalapre/Shutterstock.com

Palácio Royal em Madrid.



VIII. RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS

O exportador brasileiro que considere a Espanha como destino das suas mercadorias, deve saber que o país, como Estado integrante da UE, possui a mesma estrutura tarifária estabelecida para todos os seus países membros.

A estrutura da tarifa da União Europeia tem como base o Sistema Harmonizado (SH) e a Nomenclatura Combinada. A Nomenclatura Combinada da Comunidade Europeia (NC) integra a Nomenclatura SH e abrange subdivisões adicionais de oito dígitos e notas legais criadas especialmente para lidar com as necessidades da Comunidade.

As mercadorias, uma vez declaradas em um país da UE, geralmente devem ser classificadas de acordo com a Nomenclatura Combinada. Mercadorias importadas e exportadas devem ser declaradas informando-se em qual subtítulo elas se enquadram. Isso determina qual imposto de importação se aplica e como as mercadorias são tratadas para fim de estatística.

A Pauta Integrada das Comunidades Europeias, denominada TARIC,

contém as medidas comunitárias e comerciais aplicadas às mercadorias importadas e exportadas pela Comunidade. A Comissão Europeia é responsável por sua gestão e publica versão atualizada diariamente no site oficial da TARIC:

http://ec.europa.eu/taxation_customs/dds2/TARIC/TARIC_consultation.jsp?TARIC=&Lang=pt&Screen=0&Description=&Area=&redirectionDate=20100713&Level=&LangDescr=en&Expand=false&SimDate=20100713

Por ser país membro da União Europeia e estar localizada numa área geográfica privilegiada, a Espanha é uma interessante opção para os exportadores brasileiros entrarem com seus produtos na Europa e no Norte da África. Para tanto, o país dispõe de uma das melhores redes de infraestrutura de transporte da Europa, contando com excelentes malhas rodoviárias e ferroviárias, assim como com grandes e renomados portos, como os de Algeciras, Barcelona e Valência.

Com vistas a auxiliar o exportador, a Comissão Europeia criou o Export Helpdesk, que pode ser muito útil



para esclarecer dúvidas sobre como exportar para países da União Europeia.

http://exporthelp.europa.eu/index_pt.html

A Comissão Europeia também lançou, em 2010, o “European Customs Information Portal”, portal europeu de informação aduaneira que explica o enquadramento jurídico de seus procedimentos de importação, exportação e trânsito, bem como links para sites aduaneiros da UE e dos Estados membros.

<http://ec.europa.eu/ecip/>

Informações tarifárias e estatísticas atualizadas

Informações sobre estatísticas de comércio exterior, tarifas alfandegárias, barreiras não-tarifárias, relação de importadores e demais temas relacionados com os mercados brasileiro e espanhol poderão ser obtidos diretamente nos respectivos websites “Guia de Comércio Exterior e Investimento – Invest & Export Brasil” e “Cámaras de Comercio de España”:

<http://www.investexportbrasil.gov.br/>

<http://www.camara.es/>

Já no site da Agência Tributária espanhola podem ser consultadas informações sobre mercadorias, regimes pautais e impostos, entre outros itens:

http://www.agenciatributaria.es/AEAT.internet/Inicio_es_ES/Aduanas_e_Impuestos_Especiales/Aduanas_e_Impuestos_Especiales.shtml

No que tange as medidas fitossanitárias, a Diretiva 2000/29/CE do Conselho da Europa estabelece legislação baseada nos princípios da Convenção Fitossanitária Internacional (CFI) e do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio:

<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>

Remessa de amostras e material promocional

A remessa de material promocional está isenta do imposto de importação, salvo aquelas que contenham informações específicas sobre preços e condições. A remessa de amostras sem valor comercial segue as mesmas diretrizes estipuladas pela UE e devem seguir devidamente declaradas com tal. É recomendável



que o exportador se informe previamente, junto ao possível importador, sobre a documentação específica exigida para o produto em questão.

Embarques

É fundamental que o exportador brasileiro prepare cuidadosamente a documentação que deve acompanhar sua exportação, a fim de evitar problemas posteriores que possam redundar na retenção do produto na alfândega espanhola. Recomenda-se aos exportadores que verifiquem junto aos importadores espanhóis, antes de embarcar a mercadoria, a documentação específica requerida pelas autoridades espanholas para o produto em questão.

Designação de representantes comerciais

O mercado espanhol é bastante diversificado e conta com grande número de pequenos e médios empresários. A designação de um agente ou representante comercial pode ser muito útil para atender ao grande número de atacadistas e varejistas. Caso a designação tenha caráter de exclusividade,

recomenda-se a contratação por meio de contrato com prazo determinado. Assim, evitam-se problemas de encerramento de contratos. No que diz respeito à instalação de escritório de representação, pode ser útil a contratação de um escritório de consultoria jurídica para agilizar o processo de abertura e, eventualmente, servir de endereço comercial. Informações adicionais também podem ser obtidas junto ao Setor Comercial da Embaixada em Madri (SECOM Madri) ou no SECOM de Barcelona, bem como às representações oficiais da Espanha no Brasil.

Reclamações comerciais

Sugere-se, primeiramente, que sejam esgotadas todas as possibilidades junto aos serviços dos Setores de Promoção Comercial das Embaixadas dos dois países. Como recurso posterior, o assunto poderá ser levado ao Comitê Nacional da Câmara de Comércio Internacional.

Viagens de negócios

É fundamental que uma viagem de negócios seja preparada com antecedência e após detectar as áreas



prioritárias, contatar as empresas via correio eletrônico e solicitar, com a maior antecedência possível, o apoio dos setores comerciais da Embaixada em Madri ou do Consulado-Geral em Barcelona.

No caso de missão comercial, composta por vários empresários, é recomendável comunicá-la o quanto antes possível ao Departamento de Promoção Comercial do Ministério de Relações Exteriores, que poderá dar apoio na preparação da missão.

Períodos não recomendados: segunda quinzena de dezembro, primeira quinzena de janeiro, Semana Santa, e os meses de julho e agosto.

Recomenda-se evitar marcar reuniões às sextas-feiras, em especial no período da tarde e estar atento aos feriados no país.

Horário de visitas: 9h às 14h e de 17h às 20h. Em muitos casos é de praxe o almoço de trabalho. Trato: formal; traje: formal. A pontualidade é valorizada.

Em relação com o horário comercial, a norma básica nacional sobre os

horários de abertura ao público estabelece o princípio de liberdade dos comerciantes para determinar os dias e horas de sua atividade comercial (Lei 1/2004, de 21 de dezembro, modificada pela disposição no Título V Real Decreto-lei 20/2012, de 13 de julho). Maiores informações no Ministério de Comércio:

<http://www.comercio.gob.es/es-es/comercio-interior/ordenacion-del-comercio/paginas/regulacion-de-los-horarios-comerciales-.aspx>

Assistência Profissional

Tanto o SECOM de Madri quanto o de Barcelona dispõem de sistema informatizado, com informações básicas sobre o mercado espanhol e relação de importadores efetivos.

Com o objetivo de melhor assessorar o exportador, solicita-se ao empresário brasileiro verificar qual é a sua área prioritária de atuação e posteriormente selecionar o SECOM mais próximo dessa área. Caso deseje enviar pedido de ajuda a ambos, fazer menção na correspondência: “solicitei informação similar ao SECOM de ...”.



Desta forma cada SECOM poderá dedicar maior tempo na arrecadação de informações de sua jurisdição.

O SECOM mantém um ótimo relacionamento com as entidades de classe locais que, por sua vez, são bastante eficientes e dispostas a facilitar informações a empresários estrangeiros. Estas entidades também podem ser contatadas diretamente pelos empresários brasileiros. Por último, cabe destacar que, além do Banco do Brasil instalado em Madri, os departamentos internacionais dos maiores bancos espanhóis, dispõem de informações úteis para o empresário brasileiro que deseja introduzir seu produto no mercado espanhol.



ANEXOS

ENDEREÇOS

ÓRGÃOS OFICIAIS

Representação Diplomática e Consular brasileira:

Embaixada do Brasil
C/ Fernando El Santo, 6 - 28010 - Madrid
Tel.: (00 34) 91.700.4650 Geral
Fax: (00 34) 91.700.4660
E-mail: brasemb.madrid@itamaraty.gov.br
<http://madri.itamaraty.gov.br>

Sector de Promoção Comercial em Madri – SECOM

C/ Almagro, 28 – 2º - 28010 - Madrid
Tel.: (00 34) 91.702.0635
Fax: (00 34) 91.310.1838
E-mail: secom.madrid@itamaraty.gov.br

Consulado Geral do Brasil em Madri
C/ Goya 5 e 7, Pasaje Comercial, 2º, Madri
Tel.: (00 34) 91.702.1220
Fax: (00 34) 91.310.1630
E-mail: consular.cgmadri@itamaraty.gov.br
<http://cgmadri.itamaraty.gov.br/pt-br/>

Consulado Geral do Brasil em Barcelona
Avda. Diagonal, 468 / 2º - 08006 - Barcelona
Tel.: (00 34) 93.488.2288
Fax: (00 34) 93.487.2645
E-mail: cg.barcelona@itamaraty.gov.br
<http://barcelona.itamaraty.gov.br/pt-br/>

Sector de Promoção Comercial em Barcelona
- SECOM
Avda. Diagonal, 468 / 2º - 08006 - Barcelona

Tel.: (00 34) 93.488.2288 ext. 222/236
Fax: (00 34) 93.368.8350
E-mail: secom.barcelona@itamaraty.gov.br

Consulados Honorários do Brasil na Espanha:

Jurisdição do Consulado-Geral em Madri

Consulado Honorário do Brasil em Granada
18006 - Granada
Tel.: (00 34) 958 50 86 93
E-mail: consbrasilgranada@gmail.com

Consulado Honorário do Brasil em Málaga
29016 - Málaga
Tel.: (00 34) 952 21 10 69
E-mail: consbrasilma@gmail.com

Consulado Honorário do Brasil em Santiago de Compostela
Tel.: (00 34) 981 553 511
E-mails: info@consuladohonorariobrasil.es
www.consuladohonorariobrasil.es

Consulado Honorário do Brasil em Sevilla
Tel.: (00 34) 954 580 423
E-mail: info@consuladodebrasileensevilla.org

Consulado Honorário do Brasil em Santander
Tel.: (00 34) 942 211 781
E-mail: carmene.alberto@gmail.com

Consulado Honorário do Brasil em Santa Cruz de Tenerife
Tel.: (00 34) 922 258 296
E-mail: gonzalezdemesa@gmail.com

Consulado Honorário do Brasil em Las Palmas de Gran Canaria
35010 - Las Palmas de Gran Canaria, Las



Palmas
Tel.: (00 34) 928 225888
E-mail: consuladohbrasillp@bbm.es

Jurisdição do Consulado-Geral em Barcelona

Consulado Honorário do Brasil em Alicante
Tel.: (00 34) 96 592 8852
E-mail: consulhonorarioalicante@brasilbcn.org

Consulado Honorário do Brasil em Bilbao
Tel.: (00 34) 94 447 4950
E-mail: consulhonorariobilbao@brasilbcn.org

Consulado Honorário do Brasil em Tarragona
43001 - Tarragona
Tel.: (00 34) 97 721 9700
E-mail: consulhonorariotarragona@brasilbcn.org

Consulado Honorário do Brasil em Valência
46004 - Valencia
Tel.: (00 34) 96 110 4491
E-mail: consulhonorariovalencia@brasilbcn.org

Consulado Honorário do Brasil em Palma de Mallorca
07003 - Palma de Mallorca, Islas Baleares
Tel.: (00 34) 971 098 233
E-mail institucional: consulhonorariopalma@brasilbcn.org

Principais órgãos oficiais espanhóis

Presidência do Governo
Complejo de la Moncloa
Avda. Puerta de Hierro, s/n - 28071 Madrid
www.lamoncloa.gob.es/

Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação

Tel.: (00 34) 91 379 97 00
E-mail: informae@maec.es
www.exteriores.gob.br

Ministério da Fazenda e Administração Pública
Tel.: (00 34) 91 595 80 00
www.minhap.gob.es

Agência Tributária
E-mail: director.aduanas@correo.aeat.es
www.agenciatributaria.es/

Ministério de Fomento
Tel.: (00 34) 915 977 000
E-mail: atencionciudadano@fomento.es
www.fomento.gob.es

Ministério de Indústria, Energia e Turismo
Tel.: (00 34) 913.494.640
<http://www.minetur.gob.es>

Órgão Espanhol de Marcas e Patentes - OEPM
Tel.: (00 34) 902.157.530
E-mail: informacion@oepm.es
www.oepm.es

Ministério de Economia e Competitividade
Tel.: (00 34) 911 754 175
<http://www.mineco.gob.es>

Secretaría de Estado de Comercio
Tel.: (00 34) 911 754 175
E-mail: sec@comercio.mineco.es
<http://www.comercio.mineco.gob.es>

ICEX España Exportación e Inversiones
Tel.: (00 34) 913 496 100
www.icex.es / www.investinspain.org



Órgãos oficiais espanhóis no Brasil

Representação Diplomática da Espanha:

Embaixada da Espanha
SES - Avenida das Nações, Quadra 811, Lote 44
70429-900 - Brasília - DF
Tel.: (061) 3701.1600
Fax: (061) 3242.1781
E-mail: emb.brasilia@maec.es

Escritório Comercial da Embaixada em
Brasília
SES - Av das Nações, Quadra 811, Lote 44
70.429-900 Brasília - DF
Tel.: (061) 3242.9394
Fax: (061) 3242.0899
E-mail: brasilia@comercio.mineco.es
www.icex.es

Escritório Comercial em São Paulo
Tel.: (011) 5105 4378
E-mail: saopaulo@comercio.mineco.es

Consulado Geral da Espanha em São Paulo
Tel.: (011) 3087 2600
E-mail: cog.saopaulo@maec.es

Consulado Geral da Espanha no Rio de
Janeiro
Tel.: (021) 2543 3200
E-mail: cog.riodejaneiro@maec.es

Consulado Geral da Espanha em Porto Alegre
Tel.: (051) 3321 19 01
E-mail: cog.portoalegre@maec.es

Consulado Geral da Espanha em Salvador
Tels.: (071) 3336 9055 / 1937 y 3337 3112
E-mail: cog.salvadorbahia@maec.es

Seção Consular da Embaixada em Brasília
SES, Avenida das Nações, Quadra 811, Lote
44 - 70429-900 - Brasília - DF.
Tel.: (061) 3701 1640
Fax: (061) 3242 1781 /3244 2381
E-mail: sc.brasilia@maec.es

Órgãos oficiais brasileiros (área de comércio exterior)

Ministério das Relações Exteriores:

Divisão de Inteligência Comercial (DIC)
Elabora estatísticas de comércio exterior;
presta consultoria comercial e colabora
para a solução de problemas e reclamações
ademais de divulgar licitações internacionais.
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I,
sala 514
70170-900 – Brasília – DF
Tel.: (061) 2030-8932
Fax: (061) 2030-8954
E-mail: dic@itamaraty.gov.br

Divisão de Operações de Promoção
Comercial (DOC)
Planeja e coordena missões empresariais
brasileiras, feiras, seminários e rodadas de
negócios de promoção comercial, divulga
o produto turístico brasileiro, analisa e
emite pareceres sobre pedidos de operação
de exportação de produtos de defesa, no
âmbito da Política Nacional de Exportação de
Material de Emprego Militar (PNEMEM).
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I,
sala 426
70170-900 – Brasília – DF
Tel.: (061) 2030-8531
Fax: (061) 2030-6007
E-mail: doc@itamaraty.gov.br



Divisão de Investimentos (DINV)
Dentre outras atribuições, está o apoio na atração de investimentos, promoção da internacionalização de empresas brasileiras, de diálogos bilaterais de comércio e investimentos, na elaboração e contratação de estudos sobre investimentos no Brasil e no exterior.

Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I, sala 523

70170-900 – Brasília – DF

Tel.: (061) 2030-8960

Fax: (061) 2030-8957

E-mail: dinv@itamaraty.gov.br

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior:

Secretaria de Comércio Exterior – SECEX

Esplanada dos Ministérios, Bloco “J”

Brasília - DF, 70053-900

Tel.: (061) 2027-7000

Web: www.desenvolvimento.gov.br

Rede Nacional de Informações sobre Investimentos – RENAI

<http://investimentos.mdic.gov.br/>

Apex-Brasil, Europa

Avenue des Arts

19 A/D B-1000

Brussels – Belgium

Tel.: +32 2 211 05 30

E-mail: alex.figueiredo@apexbrasil.com.br

Empresas brasileiras na Espanha

Alpargatas Europe, S.L.U.

Tel.: (00 34) 914 009 288

E-mail: eno.polo@alpargatas.com

www.alpargatas.com

Banco de Brasil, S.A.

Tel.: (00 34) 91 4232500

E-mail: bancobrasil@tsai.es

www.bb.com.br

ITAU BBA International plc. Rep. Office

Tel.: (00 34) 914 117 867

E-mail: dana.urquhart@itau.bba.com

Gerdau - Sidenor

Tel.: (00 34) 94 487 1516

www.gerdau.es

Micromar Europe, S.L.

Tel.: (00 34) 925 257 683

E-mail: europe@micromar.com

www.micromar.com

Plusfood S.L. grupo Brasil Food)

Tel.: (00 34) 917 480 517

E-mail: carina.seibert@brf-europe.com

www.plusfood.com

Stefanini Madrid

Tel.: (00 34) 91 355 9795

E-mail: mark.bardoe@stefanini.com

www.stefanini.com

Votorantim Cement Europe Asia Africa

(VCEAA)

Tel.: (00 34) 917 371 400

E-mail: emf@vceaa.com

WEG Iberia, S.A.

Tel.: (00 34) 91 6553008

E-mail: wegiberia@wegiberia.es

www.wegiberia.es



Câmaras de Comércio

Na Espanha

Cámara de Comercio de España

E-mail: info@camaras.es

www.camaras.es

Cámara de Comércio Brasil-Espanha- CCBE

E-mail: camara@CCBE.es

www.ccbe.es

Câmara de Comércio Brasil-Cataluya – CCBC

E-mail: cambra@cambra-brasilcatalunya.com

www.cambra-brasilcatalunya.com

No Brasil

Câmara Oficial Espanhola de Comércio

Tel.: +55 11 5508 5959

E-mail: [camaraespanhola@](mailto:camaraespanhola@camaraespanhola.org.br)

[camaraespanhola.org.br](http://www.camaraespanhola.org.br)

www.camaraespanhola.org.br

Principais entidades/associações de classe locais

CEOE (Confederação Espanhola de

Organizações Empresariais)

Tel.: (00 34)91 566-3400

E-mail: ceoe@ceoe.es

www.ceoe.es

(Através da página da CEOE pode-se consultar nome e endereço eletrônico das federações setoriais e associações de classe do setor empresarial espanhol www.ceoe.es/organizaciones.html)

Órgão Oficial de Agentes Comerciais da Comunidade de Madri

E-mail: coaccm@coaccm.org

www.coaccm.com

Conselho Geral dos Agentes Alfandegários da Espanha

E-mail: cga@representantesaduaneros.com

www.representantesaduaneros.com

Associação de Feiras Espanholas - AFE

CAMARA DE COMERCIO DE ESPAÑA

Tel.: (00 34) 680 214 893

<http://www.afe.es/>

Associação Espanhola de Normalização e Certificação (AENOR)

Tel.: (00 34) 91 432-6000

E-mail: info@aenor.es

www.aenor.es



Principais empresas de e-commerce e órgãos de defesa do consumidor

E-commerce

Ranking Setorial				
	Moda	Celulares	Alimentação	Hotelaria
1	El Corte Inglés	Amazon	Covap	Expo Maquinaria
2	Zara	Vodafone	El Corte Inglés	Hostelería online
3	Milano	Movistar	Ulabox	Vega
4	Asos	Orange	Carrefour	DCF
5	Mango	GSMspain	Tu Despensa	Infrico
6	Blanco	Mediamarkt	Hipercor	Nueva Maquinaria
7	Kiabi	Yoigo	Mercadona	Maquinaria de Hostelería online
8	Desigual	Jumpy Móvil	Simply	Comercialalfer
9	Paco Cecilio	The Phone House	Eroski	Futurbar
10	Lula	Vip Móvil	Alcampo	Equipalo
11	By Drop	3G Móvil	Caprabo	Eur Hostel S.L.L
12	Celop	Antzup Mobile	Mas	Todo para Hostelería
13	Ropa 10	Max Móvil	Día	Servibar
14	Barneto	Mas Móvil	Alimerk	Central de Hostelería
15	Precchio	Móvil Plaza	Froiz	El Sacacorcho

Fonte: <http://www.tic-spain.com/>

Defesa do Consumidor

Centro Europeo do Consumidor na Espanha

Tel.: (00 34) 918 224 555

E-mail: cec@consumo-inc.es

cec.consumo-inc.es

Endereços de “Oficinas Telemáticas” no território espanhol:

www.cec.consumo-inc.es/documentos/telematica/OficinasTelematicas.pdf

AECOSAN (Ministério de Saúde, Serviços Sociais e Igualdade)

E-mail: inc@consumo-inc.es

www.consumo-inc.gob.es

FACUA-Consumidores em Ação

E-mail: comunicacion@facua.org

www.facua.org

Organização de Consumidores e Usuários (OCU)

Tel.: (00 34) 913 009 151

www.ocu.org/

**Principais bancos****Bancos brasileiros com representação na Espanha**

Banco do Brasil, S.A.
E-mail: madri@bb.com.br
www.bb.com.br

ITAU BBA International plc. Rep. Office
Tel.: (00 34) 914 117 867
E-mail: dana.urquhart@itau.bba.com

Principais bancos espanhóis

Banco de España (Banco Central)
E-mail: [sedelectronica@bde.es](mailto:sedeelectronica@bde.es)
www.bde.es

Banco Santander Central Hispano (BSCH)
E-mail: investor@gruposantander.com
www.gruposantander.com

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)
E-mail: inversoresbbva@grupobbva.com
www.bbva.es

La Caixa
E-mail: investors@caixabank.com
www.lacaixa.es

Grupo Banco Popular
E-mail: ir@bancopopular.es
www.bancopopular.es

Representações bancárias espanholas no Brasil

Banco Santander Brasil
E-mail: ri@santander.com.br
www.santander.com.br
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)

Tel.: +55 11 3707 4900
www.bbvacib.com

Banco Popular
Escritório de representação RJ
20011- Rio de Janeiro - RJ
Tel.: +55 21 2531 2423

Escritório de representação SP
01418 - 200 - São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3065-5805

Banco de Sabadell, S.A.
Escritório de representação
05423-010 - São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3095 9266
www.bancsabadell.com

Meios de comunicação**Jornais**

El País (Madri)
E-mail: redacciondigital@elpais.es
www.elpais.es

ABC (Madri)
E-mail: internacional@abc.es
www.abc.es

El Mundo (Madri)
E-mail: atencionlector@elmundo.es
www.el-mundo.es

La Vanguardia (Barcelona)
E-mail: redaccion@lavanguardia.es
www.lavanguardia.es

La Razón (Barcelona)
<http://www.larazon.es>



Jornais especializados em economia e comércio

Cinco Dias (Madri)
E-mail: redaccion@cincodias.com
www.cincodias.es

Expansión (Madri)
E-mail: attcliente@unidadeditorial.es
www.expansion.es
El Economista (Madri)
E-mail: empresas@eleconomista.es
<http://www.eleconomista.es>

La Gaceta (Madri)
E-mail: comercial@intereconomia.com
<http://www.gaceta.es>

Revistas

Dinero (Madri)
www.dinero.com

Nueva Tribuna (Madri)
<http://www.nuevatribuna.es>

Ejecutivos (Madri)
<http://www.ejecutivos.es>

Revistas especializadas em economia e comércio

Actualidad Económica (Madri) www.actualidad-economica.com
ARAL (Madri) <http://www.tecnipublicaciones.com/ara/>
Alimarket (Madri) <http://www.alimarket.es/>

Canais de Televisão

RTVE (estatal)
www.rtve.es

Antena 3
www.antena3tv.com

Cuatro
www.cuatro.com

La Sexta
www.lasexta.com

Telecinco
www.telecinco.es

Cada Comunidade Autônoma da Espanha dispõe de um ou mais canais públicos.

Estações de rádio

Radio Nacional/Internacional de Espanha:
www.rtve.es/radio/

Cadena SER (privada)
Empresa do Grupo Prisa
www.cadenaser.es

Cadena COPE (privada)
www.cope.es
Onda Cero (privada)
www.ondacero.es

Consultorias

Consultorias de Marketing Internacional

Associação Nacional de Empresas de Investigação de Mercados e Opinião Pública - ANEIMO
E-mail: aneimo@aneimo.com
www.aneimo.com

Ageron International
E-mail: info@ageron.es
www.ageron.es



AGR Food Marketing
E-mail: agr@agrfoodmarketing.com
www.agrfoodmarketing.com

Eurovendex
Telefax: (00 34) 913 759 667
www.eurovendex.com

Redes de Campo
E-mail: j.jaquotot@redesdecampo.com
www.redesdecampo.com

Aquisição de documentação

Publicações do Banco da Espanha
E-mail: publicaciones@bde.es
www.bde.es/bde/es/secciones/informes/
Informe anual – edições em espanhol e inglês
Balanço de pagamentos da Espanha
Boletim Econômico e Boletim Estatístico
Indicadores Econômicos

Publicações do Ministério de Indústria,
Turismo e Comércio
E-mail: revistasice.sccc@comercio.mineco.es
www.revistasice.com

Información Comercial Española (ICE) -
semanal
Boletín Económico de ICE – mensal
Publicações do Instituto de Comércio Exterior
(ICEX)
Tel: (00 34) 902 349 000
www.icex.es/icex/cda/controller/
pageICEX/0,6558,5518394_5519226_
5559215_0_0_-1,00.html

El Exportador
Spain Gourmetour
Guía de Negocios

Publicações oficiais: Boletín Oficial del Estado
(equivalente espanhol ao Diário Oficial da
União)
E-mail: info@boe.es
www.boe.es/publicaciones/

Companhias de transporte

Transitários

Federación Española de Transitarios (FETEIA-
OLTRA)
E-mail: feteia@feteia.org
www.feteia.org

Sócios da CCBE:

Altius, S.A.
E-mail: info@grupooaltius.com
www.grupooaltius.com

Expeditors International España, S.A.
E-mail: herder.sa@expeditors.com
www.expeditors.com

Leeward España, S.L.
E-mail: leeward@leeward.es
www.leeward.es

Translog Overseas
E-mail: justo@translogoverseas.com
www.translogoverseas.com

Outras companhias:

ITD Consignaciones
E-mail: miguel@itd-consignaciones.com
www.itd-consignaciones.com

Clyanor, S.A.
E-mail: almacen@clyanorlogistica.com
www.clyanorlogistica.com



Vallinoco Cargo, S.A.
E-mail: info@vallinotocargo.es
www.vallinotocargo.es

Comercial Combalia Sagrada SA
E-mail: barcelona@combalia.com
www.combalia.com

Companhias Aéreas

LATAM Airlines Group, S.A.
Tel.: (00 34) 914 544 108
www.latamairlinesgroup.net

TAP Portugal
Tel.: (00 34) 901 11 67 18
www.flytap.com

Air China
Tel.: (00 34) 91.548.9032
www.airchina.es/es/index.html

Air Europa Líneas Aéreas, S.A.
Tel.: 902.401.501
www.air-europa.com

Iberia
Tel.: (00 34) 915 878 787
www.iberia.com

Supervisão de embarques

A Agência Tributária dispõe de diversos escritórios na Espanha. Sugerimos entrar no link abaixo e selecionar a cidade de destino da sua exportação:

https://www.agenciatributaria.gob.es/AEAT.sede/Inicio/_otros_/_Direcciones_y_telefonos/_Aduanas_e_Impuestos_Especiales/Aduanas_e_Impuestos_Especiales.shtml

Para entrar em contato com despachantes, consultar as empresas relacionadas nesta sessão (Anexo/Companhias de transporte/ Transitários).

Outros endereços úteis

Principais feiras e exposições

Institución Ferial de Madri (IFEMA)
Feria de Madrid
E-mail: infoifema@ifema.es
<http://www.ifema.es>

Feria de Barcelona
E-mail: info@firabcn.es
www.firabcn.es

Feria de Valência
E-mail: feriavalencia@feriavalencia.com
www.feriavalencia.com

FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL

INFORMAÇÕES SOBRE FRETES

Marítimos

Consultar as empresas que se encontram no Anexo (Companhias de transporte).

Aéreos

Consultar o Anexo (Companhias de transporte), na seção sobre companhias aéreas de carga.



Comunicações: tarifas na Espanha

Telefone

A EMBRATEL, na sua Web, oferece a possibilidade de conhecer as diferentes tarifas para ligações internacionais:

http://www.embratel.com.br/Embratel02/cda/portal/0,2997,RE_P_278,00.html

Para efetuar ligações ao Brasil, a Embratel oferece o BrasilDireto. Com ele, se liga a cobrar de qualquer telefone no mundo e o pagamento é feito no Brasil, em Reais. O número para ligação a cobrar da Espanha é: 900 99 00 55.

Correios

No Brasil

O exportador conta com o Exporta Fácil, serviço dos Correios que atende as necessidades comerciais das empresas e pessoas físicas que queiram exportar seus produtos (documentos ou mercadorias). Para maiores informações, acesse o site:

http://www.correios.com.br/empresa/exporta_importa/exportacoes/default.cfm

Na Espanha

Dada a enorme possibilidade de envio e/ou serviços, sugerimos consultar o site dos Correios onde há um simulador de tarifas:

<http://www.correos.es/comun/tarificador/tarifas.asp>

Tarifas 2013: <http://www.correos.es/comun/tarifas2013/tarifas2013.asp>

INFORMAÇÕES SOBRE SGP

SGP

Sr. Philippe Cuisson
E-mail: philippe.cuisson@cec.eu.int
Tel.: (32-2) 295.27.94
Fax: (32-2) 296.92.90

Sr. Benoit Lefort
E-mail: benoit.lefort@cec.eu.int
Tel.: (32-2) 299.86.90
Fax: (32-2) 296.92.90

Sr. Hannu Pitkänen
E-mail: hannu.pitkanen@cec.eu.int
Tel.: (32-2) 296.83.25
Fax: (32-2) 296.92.90

Divisão de Inteligência Comercial (DIC)
E-mail: dic@itamaraty.gov.br
Setor de Promoção Comercial – SECOM
Calle Almagro, 28 – 2º - 28010 - Madrid
Tel.: (00 34) 917 020 635
Fax: (00 34) 913 101 838
E-mail: secom.madrid@itamaraty.gov.br

INFORMAÇÕES PRÁTICAS

Moeda

A moeda espanhola é a EURO (€), com subdivisão decimal em cêntimos.
Câmbio diário oficial: www.bacen.gov.br
Moedas de 1, 2, 5, 10, 20 e 50 centavos de Euro.



Moedas de 1 e 2 €uros

(<http://www.ecb.int/euro/coins/html/index.es.html>)

Notas de 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 €uros

(<http://www.ecb.int/euro/banknotes/html/index.es.html>)

Pesos e medidas

Sistema Métrico Decimal

Feriados

São observados os seguintes feriados nacionais:

- 1º de janeiro (Ano Novo)
- 6 de janeiro (Dia dos Reis)
- 19 de março (São José)
- 1º de maio (Dia do Trabalho)
- 11 de junho (Corpus Christi)
- 15 de agosto (Assunção da Virgem)
- 12 de outubro (Dia da Raça ou Hispanidad)
- 1º de novembro (Todos os Santos)
- 6 de dezembro (Constituição Espanhola)
- 8 de dezembro (Imaculada Conceição)
- 25 de dezembro (Natal)

Além desses dias, há de se considerar as festas móveis como a Semana Santa, e os feriados regionais de cada Comunidade Autônoma. Os meses de julho e agosto são considerados meses de férias.

Fuso horário

Existe uma diferença de quatro horas a mais entre Brasília e a Espanha peninsular. Com o horário de verão a diferença pode variar de três a cinco horas. Com relação às Ilhas Canárias a diferença se reduz em uma hora.

Horário comercial

Atividades comerciais: de 09h/10h às 13h/14h e de 15h30/17h às 18h/20h

Bancos: de 08h30 às 14h (atendimento ao público)

Entidades Públicas: de 09h às 14h

Comércio: de 09h/10h às 13h30/14h e 17h/17h30 às 20h/21h

Lojas de departamento: de 10h às 21h30/22h

Horário de verão: com exceção das lojas de departamento, as demais atividades têm um horário corrido de 09h às 14h nos meses de verão (de meados de junho a meados de setembro).

Eletricidade

220V/50Hz

Períodos recomendados para viagem

As atividades econômicas/comerciais concentram-se principalmente no período de outubro a junho. Não é recomendável realizar viagem de negócios nos meses de julho/agosto e durante os feriados da Semana Santa e Natal.

Visto de entrada

Não é exigido o visto em passaporte brasileiro para uma permanência de até 90 dias, porém o passaporte do viajante deverá ter, no mínimo, três meses de validade



posterior à data da partida. No entanto, existem requisitos mínimos de entrada exigidos pelas Autoridades espanholas.

Para estada que não exceda três meses em um período de seis meses (Artigo 5 Código de Fronteiras Schengen; Artigo 25 Lei dos Estrangeiros e Artigos 4 e seguintes do Regulamento dos Estrangeiros):

1. Passaporte em vigor, com validade de, no mínimo, três meses depois da data pretendida de partida de país do Espaço Schengen.
2. Prova de meios econômicos suficientes para a permanência na Espanha. Os turistas devem dispor de 68 euros por dia de permanência (por pessoa) e total de, no mínimo, € 570 por pessoa; devem exibir o montante em espécie ou comprovar sua posse apresentando cheques de viagem ou cartões de crédito acompanhados de extratos de conta expedidos recentemente pelo próprio banco (não sendo aceitos extratos obtidos via Internet). O turista deve também apresentar passagem aérea nominal (e sem possibilidade de transferência) de regresso ao Brasil ou viagem para terceiro país.
3. Justificativa documental dos motivos da entrada (o agente de imigração, a seu critério, poderá exigir um ou mais dos documentos abaixo listados):

Para viagens de caráter profissional, científico, desportivo ou religioso: convite de empresa, autoridade ou instituição; documentos relacionados à missão que motiva a viagem; cartões de acesso a feiras e congressos.

Para viagens de estudos, formação ou pesquisa: documento de pré-inscrição ou admissão da instituição de ensino legalmente reconhecida; carnê de estudante ou certificados relativos aos cursos seguidos. Para viagens de turismo ou privadas: reserva em hotel ou estabelecimento de hospedagem; confirmação de reserva em viagem organizada; passagem de volta ou de circuito turístico; convite de um particular (carta-convite tramitada em delegacia de polícia espanhola).

A carta-convite (“carta de invitación”) é documento indispensável quando o visitante irá se hospedar na casa de parente ou amigo na Espanha. O anfitrião deve solicitá-la à delegacia (“Comisaría de Policía”) de seu lugar de residência. A taxa cobrada é de 96,90 euros.

Recomenda-se solicitar o documento na delegacia espanhola com antecedência mínima de 30 dias da data da viagem do convidado. Ressalta-se que a carta-convite original deverá ser enviada ao Brasil para que o convidado apresente o documento às autoridades migratórias espanholas no momento de seu ingresso em território espanhol.

Caso o viajante brasileiro destine-se a outro país europeu, mas entre pela Espanha, a carta-convite expedida no outro país deve ser traduzida para o espanhol por tradutor juramentado.

4. Não estar proibido de entrar na Espanha e/ou;
5. Não representar perigo para a ordem



pública, segurança nacional ou relações internacionais.

Além dos requisitos acima, o passageiro não deve estar incluído no SIS (Sistema de Informação Schengen); não pode ter sido deportado por algum país-membro; não pode ter permanecido, em viagem anterior, além do prazo permitido para turistas (três meses) ou estar reingressando no Espaço Schengen antes de decorridos três meses da última saída deste território. Poderá ainda ser causa de inadmissão a existência de proibição expressa por atividades consideradas contrárias aos interesses de um país-membro, ligação com organizações criminosas ou perigo para a saúde ou ordem pública.

6. Possuir seguro de saúde/viagem válido para todo o período de estada.

Não há sistema de saúde gratuito para turistas brasileiros na Espanha. Sugere-se, assim, que seja contratado seguro que cubra emergências médicas e repatriação, com validade em todos os países que serão visitados.

Para as viagens de estudos ou outro tipo de atividade de formação:

- Documento de matrícula de um centro de ensino para participar de cursos teóricos e práticos de formação;
- Certificados relativos aos cursos em questão;
- Apresentação, quando for o caso, de certificados médicos;
- Não estar sujeito a uma proibição de entrada, (inscrito na S.I.S. ou Registro Nacional).

São casos de proibição, além de outros itens, não haver esgotado o prazo de 3 meses de estada, contados a partir da data do ingresso anterior, nos 6 meses anteriores (art. 20.1 Schengen e art. 30 da Lei dos Estrangeiros).

Antes de viajar, verifique a validade de seu documento de viagem para evitar problemas ao ingressar na Europa.

Mais informações nos sites do Consulado do Brasil em Madri:

http://cgmadri.itamaraty.gov.br/pt-br/requisitos_entrada_espanha.xml

e no Ministério do Interior espanhol:

<http://www.interior.gob.es/estrangeria-28/regimen-general-189/entrada-requisitos-y-condiciones-198?locale=es>

Vacinas

Para brasileiros, não há exigência de qualquer vacina.

Câmbio

Não há restrições de câmbio na Espanha.

Hotéis

Nos aeroportos internacionais existe o serviço de reserva de hotéis.

Intercontinental Castellana Madrid
Tel.: (00 34) 91 700 7300
www.intercontinental.com/madrid



Mandarin Oriental - Ritz
Tel.: (00 34) 91 701 6767
www.mandarinoriental.com/ritzmadrid

Occidental Miguel Angel
Tel.: (00 34) 91 452 05 22
www.hotelmiguelangel.com

The Westin Palace
Tel.: (00 34) 91 360 7436
www.westinpalacemadrid.com

Villa Magna
Tel.: (00 34) 91 587 1234
www.hotelvillamagna.com

Hesperia Madrid
Tel.: (00 34) 91 210 88 00
www.hesperia-madrid.com

Gran Meliá Fênix
Tel.: (00 34) 91 431 6700
www.granmeliafenix.com

Meliá Princesa
Tel.: (00 34) 91 541 8200
www.melia.com

Wellington
Tel.: (00 34) 91 423 1488
www.hotel-wellington.com

Radisson Blu
Tel.: (00 34) 91 524 2626
www.radissonblu.com/pradohotel-madrid

AC Santo Mauro (rede Marriott)
Tel.: (00 34) 91 319 6900
www.espanol.marriott.com/hotels/travel/madma-ac-santo-mauro-autograph-collection/

AC Palácio del Retiro
Tel.: (00 34) 91 523 7460
www.espanol.marriott.com/hotels/travel/madre-ac-palacio-del-retiro-autograph-collection/

Hotel Silken Puerta América
Tel.: (00 34) 91 744 5400
www.hoteles-silken.com/hotel-puerta-america-madrid

Hotel Orfila
Tel.: (00 34) 91 702 7770
www.hotelorfila.com

Innside Madrid Génova
Tel.: (00 34) 912 062 160
www.melia.com

Innside Madrid Luchana
Tel.: (00 34) 912 922 940
www.melia.com

High Tec Petit Palace Santa Bárbara
Tel.: (00 34) 91 391 4421
www.hthoteles.com

Hotel Emperador
Tel.: (00 34) 915 472 807
www.emperadorhoTel.com

Hightech Madrid Aeropuerto
Tel.: (00 34) 91 564 59 06
www.hthoteles.com

Gran Hotel Canarias
Tel.: (00 34) 91 330 24 00
www.granhotelcanarias.com

Gran Versalles
Tels.: (00 34) 91 447 5700 /
(00 34) 91 446 3987
www.hotelgranversalles.es



High Tech President
Tels.: (00 34) 91 577 1951
www.hthoteles.com

Hotel Opera
Tel.: (00 34) 91 541 2800
www.hotelopera.com

Hotel Meninas
Tel.: (00 34) 91 541 28 05
www.hotelmeninas.com

Hotel Dehesa Real
Tel.: (00 34) 91 727 7609
www.hoteldehesareal.es

NH Lagasca
Tel.: (00 34) (00 34)/ 91 575 4606
www.nh-hoteles.es/hotel/nh-madrid-lagasca

NH Alonso Martínez Embajada
Tel.: (00 34).91.5940213
www.nh-hoteles.es/hotel/nh-madrid-alonso-martinez

APART-HOTÉIS

Lets Room
Vários tipos de apartamentos em diferentes zonas da cidade.
Tels.: (00 34) 91 429 5518
Cel: (00 34) 608 749 983
www.letsroom.com

Apartamentos Centro Colón
Tel.: (00 34) 91 349 0000
www.apartahotel-centro-colon.es

Apartamentos Galileo
Tel.: (00 34) 91 448 0714
Fax: (00 34) 91 446 8034

Apartamentos Madrid Plaza
Tel.: (00 34) 91 541 1039
www.apartamentosmadridplaza.es

Madrid Rental Flats
Tel.: (00 34) 91 700 0388
www.madridrentalflats.com

Amador de Los Rios
Tel.: (00 34) 91 310 7500
www.amadordelosrios.com

HOSTAIS

Hostal Residencia Don Diego
Tel.: (00 34) 91 435 0760
www.hostaldondiego.com

Hostal 4C Cuatro Caminos
Tel.: (00 34) 91 553 1992
www.hostalcuatrocaminos.com



Foto: TatyanaVyc/Shutterstock.com

Júzcar, vilarejo azul em Málaga (cidade natal de Pablo Picasso).



BIBLIOGRAFIA

- Administrador de Infraestructuras Ferroviarias (ADIF) – http://www.adif.es/es_ES/index.shtml
- Agencia Tributaria (AEAT) – www.agenciatributaria.es
- AENA – www.aena.es
- Asociación de Centros de Transporte de España (ACTE) – www.acte.es
- Asociación Española de Banca (AEB) – www.aebanca.es
- Asociación Española de Fabricantes de Automóviles y Camiones (ANFAC) – <http://www.anfac.com/estadisticas.action>
- Comissão Europeia (CE) – http://ec.europa.eu/index_pt.htm
- Confederación Española de Comercio (CEC) – <http://www.confespacomercio.es/>
- Consejo Superior de Cámaras (CSC) – Base de datos de comercio exterior - <http://aduanas.camaras.org/>
- Banco de España – www.bde.es
- Banco Central do Brasil – www.bacen.gov.br
- Banco Central Europeu – <http://www.ecb.int/ecb/html/index.pt.html>
- Banco Mundial – <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>
- Boletín Oficial del Estado (BOE) – www.boe.es
- Correos – www.correos.es
- Datos Macro – www.datosmacro.com
- Dirección General de Tráfico (DGT) – www.dgt.es
- European Patent Office - <http://www.epo.org>



Eurostat - <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

Fundo Monetário Internacional (FMI) - <http://www.imf.org/external/spanish/index.htm>

Guia de Comércio Exterior e Investimento – Invest & Export Brasil –
<http://www.investexportbrasil.gov.br/sobre-o-site>

HOSTELTUR – www.hosteltur.com

ICEX España Exportación e Inversiones – www.icex.es

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) – www.ipeadata.gov.br

Instituto Nacional del Consumo (INC) – <http://www.consumo-inc.gob.es/>

Instituto Nacional de Estadísticas (INE) – www.ine.es

Instituto Nacional Geográfico (ING) – www.ing.es

La Moncloa - <http://www.lamoncloa.gob.es/home.htm>

Ministerio de Empleo y Seguridad Social - <http://www.empleo.gob.es/es/informacion/smi/contenidos/evolucion.htm>

Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas –
<http://www.minhap.gob.es/es-ES/Paginas/Home.aspx>

MDIC/SECEX/Sistema Alice - <http://www.mdic.gov.br/sitio/>

Ministerio de la Presidencia – <http://www.mpr.gob.es/index.htm>

Ministério das Relações Exteriores – www.itamaraty.gov.br

Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación (MAEC) – www.maec.es

Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medioambiente (MAGRAMA) - <http://www.magrama.gob.es/es/>

Ministerio de Industria, Energía y Turismo (MINETUR) -
<http://www.minetur.gob.es/es-ES/Paginas/index.aspx>



Ministério de Hacienda y Administraciones Públicas - <http://www.seap.minhap.gob.es/index.html>

Ministerio de Fomento – www.fomento.es

Oficina Española de Patentes y Marcas (OEPM) – <http://www.oepm.es>

Organizações das Nações Unidas (ONU) - <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/ESP.html>

Organização Mundial do Comércio (OMC) - <http://www.wto.org/indexsp.htm>

Puertos del Estado – www.puertos.es

Receita Federal – www.receita.fazenda.gov.br

Red Eléctrica de España (REE) - <https://demanda.ree.es/demanda.html>

Secretaría de Estado de Comercio –
<http://www.comercio.gob.es/es-ES/Paginas/default.aspx>

Sociedad de Tasación (ST) - <http://web.st-tasacion.es/es/inicio.html>

UNESID - <http://www.unesid.org/documentos/revista/2011/apendice-consumo-aparente.html>